

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

**BIBLIOTECAS ITINERANTES E
LEITURA PÚBLICA**

UM PROJECTO DE BIBLIOTECA ITINERANTE PARA O
ALTO ALENTEJO – DISTRITO DE PORTALEGRE

Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da
Documentação

Dulce Isabel Prates Silva Pereira Guerra

Orientador: Professor Doutor Francisco Vaz

Évora, 2010

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

**BIBLIOTECAS ITINERANTES E
LEITURA PÚBLICA**

UM PROJECTO DE BIBLIOTECA ITINERANTE PARA O
ALTO ALENTEJO – DISTRITO DE PORTALEGRE

Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da
Documentação



186383

Dulce Isabel Prates Silva Pereira Guerra

Orientador: Professor Doutor Francisco Vaz

Évora, 2010

Agradeço ao Professor Doutor Francisco Vaz, orientador da presente
Dissertação, pelos ensinamentos, sugestões, conselhos e todo o tempo
dispensado.

Agradeço a todas as pessoas que colaboraram comigo na definição do
itinerário e selecção de pontos de paragem e ainda ao bibliotecário
entrevistado.

“Embora produto circunstancial, sem dúvida, o livro não se encerra no breve instante que o viu nascer. Ele renasce a cada momento, às mãos de cada leitor, sempre de forma renovada e diferente.”

Carlos Alberto Rebelo

Resumo

O presente trabalho centra-se na ideia de que o acesso à informação não está generalizado a todas as regiões do país, existindo populações de extrema carência informacional. Como tal, tentam encontrar-se soluções que possam minimizar esta deficiência, sendo a criação de uma biblioteca itinerante uma alternativa viável. Num momento em que a sociedade de informação obriga à reformulação de conceitos como a cidadania e a educação, promovendo uma crescente intersecção entre os dois, não se podem excluir populações deste movimento.

A criação de uma biblioteca itinerante permite atingir dois objectivos principais. Um deles é disponibilizar meios informacionais a todos os membros da comunidade local, incluindo o acesso às novas tecnologias e o outro objectivo é oferecer sobretudo às crianças os meios para que possam evoluir de forma positiva contribuindo directa ou indirectamente para o progresso local.

Palavras-chave: Biblioteca pública, biblioteca itinerante, meio rural, educação, informação, tecnologias de informação e comunicação.

Abstract

Mobile libraries and public lecture

A project for mobile library to Alto Alentejo - District of Portalegre

This work focuses on the idea that the access to information doesn't range every region of the country yet, once there still keep being populations which face, show extreme lack of information knowledge concerning this subject. Therefore, one has even trying to find solutions that can minimize this serious failure, being the creation of an itinerant library a feasible alternative. At an age of global information which promotes a growing interaction between the continually changing concepts of citizenship and education, no one should be excluded.

The creation of an itinerant library enables to achieve two main goals. One of them is to make information means available to every member of the local community, including the access to new technologies and the other aim is to provide children with the adequate means so that they can develop in a positive way, contributing this way to the local progress.

Key words: Public library; itinerant library; countryside; education; information; information technologies.

Sumário

Introdução	1
Capítulo I – Bibliotecas e Leitura Pública	5
1. Da Biblioteca das Luzes ao Liberalismo	6
2. O Liberalismo	9
3. Uma biblioteca para todos – Bibliotecas Populares	13
4. Rede Nacional de Bibliotecas Públicas	16
5. Agente de mudança – o bibliotecário	21
6. Biblioteca: espaço de livro e de leitura	25
Capítulo II – Bibliotecas Itinerantes em Portugal e outros países	31
1. História das bibliotecas itinerantes em Portugal	32
2. Um caso português de sucesso	40
3. As bibliotecas itinerantes noutros países	42
4. Vantagens e desvantagens das bibliotecas itinerantes	46
5. Bibliotecas itinerantes e a educação	47
6. As bibliotecas itinerantes e o seu papel de inclusão social	51
Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante	53
1. Desenvolvimento e investigação	54
1.1. Estudo de caso e sua metodologia	54
2. As limitações do interior de Portugal – o meio rural	55
3. Caracterização da região seleccionada	60
4. Características da população alvo	66
5. A justificação e implementação de um projecto de biblioteca itinerante	69
6. Construção de um projecto	82
6.1 Implantação e execução	82
6.2 Objectivos da Biblioteca Itinerante	85

6.3 Uma biblioteca com nome: “ Biblioteca Itinerante José Régio”	88
7. Onde Chega a Biblioteca Itinerante	89
7.1 Itinerário	89
7.2 Público alvo	95
8. Prestação de serviços	97
8.1. Secção de adultos	97
8.2. Secção infantil	101
8.3. Serviços especiais	102
8.4. Serviços internos	103
9. Requisitos básicos	105
9.1 Desenvolvimento da colecção	105
9.2 Os veículos	109
9.3 Mobiliário	112
9.4 Tecnologias de Informação e Comunicação	113
9.5 Conforto térmico e ambiental	115
9.6 Segurança	117
9.7 Sinalética e divulgação	118
10. Condições de manutenção	119
10.1 Actividades de animação da biblioteca	119
10.2 Custo médio de um bibliocarro: recursos materiais e humanos	121
10.3. Tutela da Biblioteca Itinerante.....	123
10.4. Avaliação	124
Conclusão	126
Referências Bibliográficas	133
Anexos	144
I – Manifesto da Unesco sobre Bibliotecas Públicas	144
II –Manifesto da Unesco sobre as Bibliotecas Escolares	148
III – Grelha de observação sobre as localidades	152

IV – Características especiais dos veículos	154
V – Guião da entrevista semi-estruturada a bibliotecários	158
VI – Entrevista	161

Índice de quadros

I – Analfabetismo em Portugal em 1978	12
II – Resumo das principais características de Portugal	61
III – Características dos concelhos do distrito de Portalegre	64
IV – Comparação de alguns indicadores referentes a Portugal, ao Alentejo e ao Alto Alentejo	67
V – Categorias referentes à indústria e serviços	70
VI – Índice de envelhecimento em 2001 e 2004 e número de pensionistas	71
VII – Equipamentos de saúde	72
VIII – Número de bibliotecas públicas e itinerantes por distrito	80
IX – Responsáveis por um projecto de biblioteca itinerante	83
X – Características gerais da biblioteca itinerante	84
XI – Itinerário do veículo A (semana I)	91
XII – Itinerário do veículo A (semana II)	92
XIII – Itinerário do veículo A (semana III)	92
XIV – Itinerário do veículo A (semana IV)	93
XV – Itinerário do veículo B (semana I)	93
XVI – Itinerário do veículo B (semana II)	94
XVII – Itinerário do veículo B (semana III)	94
XVIII – Itinerário do veículo B (semana IV)	95
XIX – Serviço de referência	100
XX – Tarefas do pessoal das bibliotecas	104
XXI – Colecção da FCG entre 1960 e 1988	106
XXII – Distribuição dos recursos por formato	108
XXIII – Distribuição dos recursos por nível etário	108
XXIV – Investimento para colocar em funcionamento uma biblioteca itinerante ..	121

Índice de Figuras

Figura 1 – Mapa de Portugal	62
Figura 2 – Mapa dos concelhos do distrito de Portalegre	63
Figura 3 – Rede de Bibliotecas Municipais e Itinerantes	79
Figura 4 – Localidades do distrito de Portalegre	89
Figura 5 – Interior de um veículo modificado	111

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Situação profissional dos habitantes do Alentejo	69
Gráfico 2 – Distribuição da população de acordo com os ramos de actividade ...	69
Gráfico 3 – Distribuição da população pelas várias categorias de inactivos	70
Gráfico 4 – Iliteracia funcional (% de população entre os 16 e 65 anos) 1994 – 1998	75
Gráfico 5 – Distribuição dos recursos da biblioteca itinerante por formato	108
Gráfico 6 – Distribuição dos recursos da biblioteca itinerante por nível etário	108

Introdução

O presente trabalho foi elaborado no âmbito do Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação e resultou da convergência de dois interesses de diferente natureza, um de cariz pessoal e outro profissional. Como resultado de uma experiência de dinamização de uma biblioteca de pequena comunidade no distrito de Portalegre foi possível constatar a enorme carência informacional da população e as dificuldades de acesso à mesma por parte daqueles cujo quotidiano está limitado entre serras e montanhas e onde a luz do conhecimento não passa de uma “miragem no horizonte”. Por outro lado, o interesse que a biblioteca pública suscita como instituição por excelência com fins informativos, recreativos e educativos, culminou na tentativa de criação de uma biblioteca pública, que fosse dinâmica e que levasse o conhecimento, o saber e a cultura não a um grupo de letrados intelectuais mas ao povo, motor do progresso da sociedade nas suas mais diversas vertentes – cultural, económica, científica e tecnológica. Essa biblioteca é pois uma biblioteca itinerante acessível a todos, promotora de igualdades e disseminadora de valores intrínsecos à própria condição humana.

Muitos escreveram sobre a organização de bibliotecas, mas esta tarefa tem sido árdua, pois em Portugal a atenção dada a estas instituições é relativamente recente e uma biblioteca não é um mero conjunto de prateleiras de livros mas sim uma memória colectiva que nos dá a conhecer o passado para compreendermos melhor o presente.

As bibliotecas desempenharam ao longo dos tempos diferentes funções. Inicialmente ligadas aos mosteiros e conventos passaram sob a influência do estrangeiro e do desenvolvimento das universidades a estar ligadas ao debate de ideias. Com o liberalismo foram criadas várias bibliotecas em todo o país e em 1870 foi proposta a criação das chamadas Bibliotecas Populares mais tarde designadas Bibliotecas Municipais. Em 1958 surgem as Bibliotecas Itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian, que desempenharam um papel determinante no domínio da leitura pública. Estas bibliotecas foram extintas mas assiste-se hoje ao ressurgimento, como uma extensão da Biblioteca

Introdução

- Será uma biblioteca itinerante a opção mais adequada para a resolução do problema?
- De que forma se implementa no terreno a criação de uma biblioteca itinerante?
- Como se pode avaliar a sua eficácia?

Na concretização deste trabalho foram utilizadas numerosas fontes de informação após uma exaustiva pesquisa bibliográfica sobre a leitura pública em Portugal, bem como acerca da região sobre a qual o estudo incide. Simultaneamente foram feitas visitas às várias localidades nas quais o carro-biblioteca seria susceptível de paragem com vista à avaliação das efectivas necessidades da população. Por último foi feita uma entrevista a um bibliotecário responsável por um projecto semelhante com o objectivo de determinar resultados alcançados pelo mesmo e avaliar a concretização dos objectivos.

O trabalho compreende três capítulos. Os dois primeiros capítulos ocupam-se da revisão de literatura e constituem o enquadramento teórico do tema. O capítulo I apresenta uma panorâmica geral das bibliotecas em Portugal e a Leitura Pública ao longo dos últimos séculos, os intervenientes no processo de dinamização das bibliotecas e a função das bibliotecas como agentes de difusão cultural. O capítulo II traça uma caracterização das bibliotecas itinerantes em Portugal, na busca de um suporte para a análise da realidade portuguesa actual no âmbito do acesso à leitura e ainda uma abordagem a um caso português de sucesso no que diz respeito à itinerância.

O capítulo III apresenta várias secções. A primeira descreve a metodologia utilizada na aproximação à realidade vivida sob, a qual incide o trabalho efectuado, incluindo as limitações que se impõem no interior de Portugal, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento cultural. As restantes secções dizem respeito à fundamentação de um projecto de biblioteca itinerante para o Alto Alentejo – distrito de Portalegre, à caracterização da referida região, aos serviços prestados por este tipo de biblioteca, aos requisitos para a sua prossecução e finalmente às condições necessárias à sua manutenção.

CAPITULO I

Capítulo I – Bibliotecas e Leitura Pública

1. Da Biblioteca das Luzes ao Liberalismo

“E as bibliotecas foram aprendendo a resistir às catástrofes naturais e humanas ainda que se soterrassem em pó. No escuro, em desordem, envoltos em poeiras e teias de aranha, os velhos livros perduraram. E quando se abrem depois, tal como a flor do vinho velho precisa de ar e de luz para libertar o cheiro e o sabor, também ante os nossos olhos, nas suas letras impressas, ressuma o espírito do verbo.”

(Ventura, 2002, cit. Manuel Monteiro, 1994)

Portugal pode orgulhar-se da antiguidade e real categoria das suas bibliotecas particulares e públicas, na medida em que as primeiras não serviam apenas a curiosidade intelectual ou o gosto dos seus possuidores e, assim, por estes franqueadas, de certo modo vinham a substituir as segundas na sua função. Tal acontecia com a biblioteca régia, a que D. João I e D. Duarte imprimiram desenvolvimento, certamente a partir de núcleos de fundação e recolhas anteriores aos seus reinados. O mesmo sucedeu para tempos mais recuados no que concerne a alguns mosteiros e prelados. Na verdade não pode ser esquecida a variedade dos códices reunidos em alguns mosteiros (Alcobaça, Santa Cruz de Coimbra, Santo Tirso, Pombeiro). Deve-se à igreja a preservação e a divulgação da cultura herdada dos gregos, latinos e árabes, que de outro modo se teria perdido irremediavelmente. Nos conventos e mosteiros, os monges copiavam pacientemente pergaminhos e manuscritos e depois eram cuidadosamente guardados nas livrarias daquelas instituições monásticas.

Durante o séc. XVII assiste-se ao desenvolvimento de pólos concorrentes de ensino e formação em “livrarias” designadas de “arcádias” ou “academias”. Estas academias criadas por toda a Europa pretendiam impulsionar a investigação e divulgar e promover a aplicação de novos conhecimentos científicos e técnicos. As academias permitiam o contacto

directo entre cientistas e promoviam o progresso das ciências através da apresentação e publicação de memórias, actas e jornais científicos.

No séc. XVIII foram criadas em Portugal várias academias caracterizadas sobretudo pelo cultivo das letras e não tanto pela sua vertente científica. A generalização da leitura de obras de carácter técnico foi um fenómeno tardio que as academias procuraram ultrapassar. Mais tarde e sob a influência das ideias iluministas e por acção do Marquês de Pombal, que promoveu um importante conjunto de reformas educativas, estas instituições viriam a tornar-se nos principais centros de debate das novas ideias trazidas do estrangeiro. Sob a sua influência circulam e discutem-se as ideias novas vindas do estrangeiro e criam-se bibliotecas em estabelecimentos de ensino ou em casas de particulares (Ventura, 2002).

Ainda sob influências iluministas e por incentivo do ministro Marquês de Pombal, Portugal sofre alterações profundas. Dois factores tornaram-se determinantes na expansão dos estudos para as classes sociais menos privilegiadas, sendo eles o facto de existir uma grande influência por parte dos estrangeiros e o desenvolvimento da universidade. Como consequência todas as actividades ligadas aos livros desenvolveram-se, nomeadamente a proliferação de academias, as publicações editoriais e os jornais. Em 1759 o Marquês de Pombal manda publicar um alvará que iria constituir a primeira providência a tomar com o intuito de dar fim à péssima situação escolar portuguesa. Este alvará vem pôr fim ao ensino da Companhia de Jesus e vem impor uma diferente metodologia para as chamadas Escolas Menores. Embora a alfabetização tenha progredido no séc. XVIII, na verdade as escolas régias consagradas na reforma da Universidade de 1772 visavam tão só beneficiar a nobreza de toga, os proprietários fundiários e a burguesia em geral. Ficavam afastados do ensino elementar régio os empregados nos serviços rústicos e nas artes fabris.

Por tudo o que foi referido o Marquês de Pombal compreendeu os riscos que podiam resultar da livre circulação de correntes opostas ao despotismo iluminado. O perigo advinha sobretudo da entrada de obras estrangeiras ou transformadas para o idioma nacional. Havia também que resolver o problema da censura às publicações saídas dos prelos portugueses, actividade esta, executada pela autoridade eclesiástica, a qual havia saído abalada da crise de

1758-1759, devido às posições regalistas da coroa. O Estado tem então que chamar a si a responsabilidade da censura e a 5 de Abril de 1768 criava a Real Mesa Censória, cujo objectivo seria a análise de livros, papéis e outros documentos que deviam correr no reino. A sua criação inseriu-se não só no combate pombalino à Companhia de Jesus, mas também numa política mais geral de predominância do Estado sobre a Igreja.

Segundo Manuela Domingos (1992), Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas, ao propor a D. José I, cerca de 1771, a criação, no âmbito da Real Mesa Censória, de uma Biblioteca Pública dimensionada à medida das melhores europeias, contava, positivamente, com o vasto núcleo inicial de muitas livrarias dos Colégios da Companhia de Jesus¹, mandadas conduzir a Lisboa para esse fim, com o regozijo de recuperar um amplo território da "memória bibliográfica" do Reino, salvo do Terramoto, que poderia e deveria, pela esclarecida orientação da Mesa Censória, reverter a favor da nova orientação das Reformas de Estudos. Os fundos que vieram a constituir a Real Biblioteca Pública fizeram-se com as espécies da Livraria da Academia Real de História, com as medalhas, manuscritos e livros raros de D. Tomás Caetano do Bem, com os livros doados pelos religiosos da Divina Providência, com o monetário Fontenelle e grande parte da colecção Bodoni que pertenceu a Francisco Vieira. A estes fundos acresce, todavia, o recorrente contributo de Cenáculo, que beneficiaria, também a Biblioteca Real, a da Real Mesa Censória, a da Mitra de Beja, a franciscana do Convento de Jesus, a da Academia de Ciências e finalmente a de Évora (Pereira, 2006).

Em 1796 já durante o reinado de D. Maria I a Livraria Real foi erigida pelo alvará de 29 de Fevereiro, tendo aberto as suas portas à população apenas em 13 de Maio de 1797, pelo aniversário do príncipe regente, surgindo a primeira biblioteca pública portuguesa, tendo a designação de Real Biblioteca Pública da Corte, rebaptizada, depois, Primeira Biblioteca e mais tarde com o liberalismo Biblioteca Nacional (Domingos, 2006). Esta biblioteca tinha o objectivo de "promover a literatura portuguesa e para o maior aproveitamento dos vassallos que se dedicavam à louvável cultura das Ciências e das Artes

¹ Expulsão em 1759 por iniciativa do Marquês de Pombal.

nela se recolhiam os livros mais preciosos pela sua raridade e estimação e os monumentos mais respeitáveis das mesmas Artes e Ciências” (Ventura, 2002, cit. Nunes, 1996). A Livraria Real continuou a enriquecer-se, pois D. José, primogénito de D. Maria I, mandou adquirir no estrangeiro extraordinárias obras com luxuosas encadernações², constituindo-se então, a ideia da criação de um Depósito Geral.

De uma biblioteca servindo essencialmente comunidades privadas e restritas de utilizadores, espaço de meditação e introspecção evoluiu-se para um modelo de biblioteca de serviço público, espaço de instrução, de cultura, de estudo, de cidadania e até de sociabilidade, procurando abarcar diversas classes e estratos socioprofissionais e as mais largas camadas da população (Barata, 2003).

2. O liberalismo

A herança cultural e filosófica do iluminismo transmitiu-se aos movimentos revolucionários dos séc. XVIII e XIX, contribuindo para consolidar a transformação social em curso na Europa desde o séc. XVI. A partir de então a desagregação do mundo medieval, onde dominara o religioso, é uma realidade, com autonomização do político e do económico. O homem tornou-se o centro das preocupações e as novas concepções do poder e da ordem são determinadas pela ciência, pelo progresso e pela riqueza. Este amplo movimento social de transformação é acompanhado e definido pela emergência de uma ideologia – o liberalismo.

Com o advento das ideias liberais, foram criadas bibliotecas em todo o país. Dois bons exemplos são a fundação da Biblioteca Pública de Évora (1805) e a Biblioteca Pública do Porto (1833).

A criação da Biblioteca Pública de Évora foi um marco importante no país para a divulgação de obras literárias e expansão do gosto pela leitura

² Muitas obras haviam sido perdidas no terramoto de 1755, pelo que havia uma necessidade urgente de aumentar o espólio documental da biblioteca. A proveniência dos livros era a mais diversa, podendo vir de Paris, Londres, Lião, Madrid, Veneza, Amesterdão e Salamanca.

devendo-se ao inegável interesse que Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas³ revelou pelos livros e bibliotecas. As ideias que nortearam Frei Manuel do Cenáculo para a fundação desta biblioteca relacionavam-se com a utilidade da instrução do clero e restantes diocesanos, dando continuidade ao projecto de Frei Xavier Botelho de Lima seu antecessor (Vaz, 2004).

O fundo bibliográfico inicial da Biblioteca Pública de Évora era proveniente do arcebispo anterior e dos livros que o próprio Cenáculo trouxe de Beja. O aumento gradual do número de exemplares que constituem o espólio da biblioteca no séc. XIX resulta das numerosas ofertas e da orientação dos fundos bibliográficos provenientes de conventos e de livreiros do estrangeiro.

Apesar do espólio documental ter crescido nos primeiros anos da sua fundação a biblioteca foi sujeita à vandalização por parte de invasores franceses e terá sofrido uma redução acentuada, contudo Frei Manuel do Cenáculo não abdicou do seu objectivo inicial. Com a sua morte verificou-se um bloqueio no desenvolvimento tanto ao nível da biblioteca como mesmo ao nível do museu.

É de realçar, no entanto, a preocupação que Frei Manuel do Cenáculo tem com os livros. Estes são considerados o suporte imprescindível à formação e instrução quer do povo quer das elites ilustradas. As ideias e a acção do prelado são uma prova de que considerava a biblioteca como um meio necessário ao reformismo social e económico. Com efeito nas ideias de Frei Manuel do Cenáculo, o investimento em livros, bibliotecas e escolas é encarado como tendo benefícios quer a nível da produção, quer também na integração social (Vaz, 2004).

Relativamente à Biblioteca Pública do Porto, esta foi fundada por D. Pedro e instituída por Decreto de 9 de Julho de 1833 (Ventura, 2002). No relatório que precede a citada lei Cândido José Xavier, Ministro do Reino, justifica a criação de bibliotecas públicas como um complemento indispensável

³ Frei Manuel do Cenáculo (1724 – 1814), foi bispo de Beja e arcebispo de Évora, sendo uma das figuras dominantes da reforma pombalina no ensino, no exercício de cargos como presidente da Junta de Providência literária, o de Presidente da Real Mesa Censória e o de Presidente da Junta de Subsídio Literário. Importante promotor da constituição de escolas e bibliotecas, fundando a Biblioteca Pública de Évora e organizando, na capital, a Biblioteca do Convento de Jesus, que viria a constituir o núcleo da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.

Capítulo I – Bibliotecas e Leitura Pública

Na sequência das medidas atrás referidas foram criadas várias bibliotecas, das quais se destacam a Biblioteca Pública do Funchal (1838), a de Vila Real (1839), a de Braga (1841), a de Ponta Delgada (1845), a de Setúbal (1873), a de Santarém (1880), a de Elvas (1880), a de Coimbra (1892) entre outras (Ventura, 2002). Ao longo do séc. XIX quase todas se mantêm fiéis às funções de conservação dos depósitos antigos, pelo que eram frequentadas quase exclusivamente por eruditos e estudiosos locais. As necessidades de gerir espólios do Antigo Regime e o enorme aumento de publicações durante o séc. XIX trouxeram novos problemas no que respeita à conservação e difusão do saber acumulado.

Só no século XIX a educação chegou às classes sociais inferiores. A partir de meados do século torna-se gratuito o ensino primário, no entanto para a mentalidade colectiva da época a alfabetização não era ainda considerada uma necessidade de primeira ordem. À medida que o tempo foi passando o analfabetismo em Portugal foi diminuindo de forma subtil, estimulando diversas áreas como a imprensa, o sector tipográfico em geral e a constituição de bibliotecas. Em 1878 a população portuguesa estava dividida em três categorias distintas conforme quadro I. Os analfabetos correspondem a mais de oitenta por cento da população e os que sabem ler e escrever correspondiam a mais de catorze por cento da população.

Quadro I
Analfabetismo em Portugal em 1878

	Total	Sexo masculino	Sexo feminino
Sabem ler e escrever	742 669	548 066	194 603
Sabem só ler	146 256	86 490	59 766
Não sabem ler nem escrever	3 751 774	1 631 273	2 120 501

Fonte: Rómulo de Carvalho, 1996

As graves e permanentes carências do ensino, a falta de capacidades dos sucessivos governos para as resolverem e as reformas sucessivas em curtos espaços de tempo vem abalar o sistema monárquico português, que não conseguindo diminuir de forma significativa o analfabetismo em Portugal é alvo do ataque de republicanos. Se em 1874 a taxa de analfabetismo era de 82,4%, em 1900 ela diminui subtilmente para 78,6% (Carvalho, 1996).

Nos finais do séc. XVIII testemunhava-se uma necessidade urgente de ler, não importava o quê, tendo no séc. XIX o crescimento potencial do público leitor acompanhado o desenvolvimento da escolarização. O alargamento do público leitor não foi todavia um fenómeno isento de controvérsia, sendo o livro um instrumento de poder, o seu acesso primeiro por parte da burguesia e depois das camadas populares, contou com a oposição feroz quer de elites quer de camadas mais conservadoras (Rebello, 2002).

O alargamento da rede de leitura pública e a diversificação do público leitor constituem as principais características da evolução das bibliotecas a partir do Antigo Regime.

3. Uma biblioteca para todos – bibliotecas populares

Os progressos registados no domínio da alfabetização designadamente o alargamento da escolarização e a introdução de cursos nocturnos para adultos aumentaram o número de leitores e favoreceram a difusão de edições populares e da imprensa em geral. As inovações tecnológicas na imprensa permitiram a oferta de materiais mais acessíveis ao público leitor nomeadamente pela introdução de jornais, folhetins, entre outros. As instituições de leitura não estavam ainda preparadas para o público popular, por isso, em 1870 no Decreto de 2 de Agosto, D. António da Costa⁶, Ministro da Instrução Pública, propõe a criação das bibliotecas populares. Para tal era necessária uma estreita colaboração entre as câmaras municipais e os poderes públicos, bem como entidades privadas para que o acesso à leitura fosse generalizado a todos os concelhos. Sendo a biblioteca popular uma biblioteca pública, e por isso, aberta a todos, ela era no entanto destinada às classes mais humildes. O empréstimo dos livros seria gratuito e domiciliário, de modo a facilitar o acesso das mulheres e das crianças à leitura.

⁶ D. António da Costa (1824-1892) era o oitavo filho dos primeiros condes de Mesquitela. Foi escritor e político português, natural de Lisboa. Formado em Direito, viria a ter importante acção ao nível da instrução pública, área de que chegou a ser ministro – ainda que apenas sessenta e nove dias – tempo para proceder a reformas ligadas ao ensino superior, à instrução primária e às bibliotecas públicas. Fundou o Centro Promotor de Instrução Popular e foi comissário de Teatro D. Maria II.

No Decreto de 2 de Agosto de 1870 é clara a intenção de fundar bibliotecas populares em todos os concelhos, mas esta intenção era muito ambiciosa tendo caído rapidamente no esquecimento. Durante o ano de 1875 e resultante de uma inspecção extraordinária em todas as escolas primárias há um incentivo à instrução popular e muito em particular à criação das bibliotecas populares.

A fundação da maior parte das bibliotecas populares ficou associada às escolas primárias, pelo que os seus mentores as consideram como um prolongamento natural e um complemento da instrução elementar e outras ficaram associadas aos municípios, organizadas por iniciativa de beneméritos e literados locais (Rebello, 2002). A título exemplificativo poderemos citar a criação de algumas bibliotecas populares, nomeadamente em Setúbal em 1873, Santarém em 1880, Elvas em 1880, Guimarães em 1883 e Coimbra em 1892.⁷

Inicialmente os fundos das bibliotecas populares estavam muito desajustados dos interesses e das necessidades dos potenciais leitores. Este desfazamento não desaparece com o tempo e no final do século o progresso científico e material vem alterar o quadro das relações sociais e o sistema de transmissão de conhecimentos, agravando a crise desta instituição, além das mudanças políticas, sociais e mentais ocorridas nos séc. XIX e XX. Mostra-se então urgente a criação de uma instituição original, capaz de estabelecer uma síntese entre a biblioteca tradicional e a popular, acolhendo indistintos públicos e colocando à disposição livros quer de estudo, de formação ou recreativos. A expressão biblioteca popular cai em desuso e estas passam a designar-se por bibliotecas municipais.

O conceito de biblioteca pública, como sendo a instituição responsável pela preservação de um fundo documental e torná-lo útil para a população em geral com vista à satisfação das necessidades informacionais reforça-se em 1910 com a instauração da primeira República. De acordo com os princípios então instituídos através do Decreto-lei de 18 de Março de 1911, as bibliotecas

⁷ João Ventura refere que o Anuário Estatístico de 1892 considera a existência de doze bibliotecas públicas além das referidas bibliotecas populares.

Capítulo I – Bibliotecas e Leitura Pública

deviam servir para ensinar, informar e distrair, criando hábitos de leitura e informando o cidadão sobre a vida pública (Ventura, 1999). Deviam ser criadas bibliotecas nos hospitais, prisões, um serviço de leitura nos caminhos-de-ferro, além de mais bibliotecas populares. Muito cedo se achou que as bibliotecas municipais eram as mais adequadas a prestarem um serviço de leitura pública à generalidade da população, o que teria como consequência a consagração do âmbito municipal como base de uma estrutura de leitura pública (Melo, 2004). As novas bibliotecas populares deveriam desenvolver-se gradualmente até constituírem e consolidarem uma vasta rede de leitura e cultura popular, sendo os funcionários particulares os responsáveis pelas mesmas ou professores primários. Em 1919 existiam 68 bibliotecas e mais de metade possuía menos de dois mil livros. O estado geral das bibliotecas em Portugal manteve-se durante bastante tempo em situação de precariedade, com baixos níveis de utilização, devido à instabilidade política e à insuficiência de meios técnicos e financeiros para executar uma verdadeira política de promoção da leitura pública.

Em 1958 surge, então, a rede de bibliotecas móveis da Fundação Calouste Gulbenkian que viria complementar o serviço disponibilizado pelas bibliotecas existentes, com a finalidade de tornar o livro acessível a populações mais isoladas. Em 1972 a Fundação Gulbenkian tinha em funcionamento uma rede de 60 bibliotecas itinerantes e 166 fixas. Este tópico será abordado em pormenor no capítulo II.

No ano de 1974 e com a instauração da democracia as bibliotecas e a Leitura Pública não constituem prioridades do novo governo. Em 1982 e segundo um inquérito com vista à determinação das verdadeiras dificuldades e oportunidades estabelecidas pelas bibliotecas conclui-se que em Portugal se vivia um autêntico estado de calamidade em termos das bibliotecas. As suas funções dirigidas para a população são ainda menosprezadas e associado a este factor as instalações, fundo bibliográfico, pessoal qualificado e verbas com vista à dinamização das bibliotecas estavam muito aquém das verdadeiras necessidades do país (Ventura, 2002). Este panorama só viria a ser modificado

quando surgiram as primeiras bibliotecas da RNBP⁸ (Rede Nacional de Bibliotecas Públicas).

4. Rede Nacional de Bibliotecas Públicas

No início dos anos 80 do séc. XX, as bibliotecas portuguesas encontravam-se em crise, como já foi referido anteriormente. A caracterização dessa situação foi feita com base num inquérito realizado às bibliotecas em 1982. Aqui como em muitas outras áreas do sector cultural, o atraso do nosso país era preocupante. No primeiro congresso nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas eram assim descritas as bibliotecas públicas portuguesas:

- Bibliotecas instaladas em edifícios velhos;
- Inexistência de livre acesso às estantes e empréstimo domiciliário;
- Funcionários em n.º reduzido e sem formação;
- Inexistência de actividades de animação;
- Bibliotecas meramente de conservação do fundo documental.

Em 1986 surge, por iniciativa do Estado, o interesse em definir e prosseguir uma política nacional de Leitura Pública, sendo criado para o efeito um grupo de trabalho pluridisciplinar, dependente da Secretária de Estado da Cultura. Este grupo foi criado por Despacho n.º23/86, publicado a 03-04-1986 e do Decreto-Lei n.º 111/87 de 11 de Março.

O objectivo do grupo era “apresentar um conjunto de medidas de actuação concretas nos domínios orçamental e normativo, bem como propostas de articulação das responsabilidades conferidas à administração central e autarquias” ou seja surgiu uma consciência da urgente necessidade de se iniciar uma acção global que envolvesse o poder local e central em prol do desenvolvimento da leitura pública (Runkel, 1994).

⁸ Inicialmente designada Rede Nacional de Leitura Pública.

Capítulo I – Bibliotecas e Leitura Pública

Este grupo de trabalho deveria apresentar um relatório do qual constariam as seguintes propostas:

1 – No prazo de três meses, propostas de medidas susceptíveis de serem tomadas de imediato no domínio orçamental e também normativo, nomeadamente sobre responsabilização repartida das administrações central e autárquica, adaptação e construção de novos equipamentos, constituição de fundos bibliográficos adequados, formação profissional, dinamização do livro e da leitura e sensibilização do público.

2 – No prazo de oito meses, uma proposta de uma política nacional participada de leitura pública, estabelecendo fases, propondo os instrumentos e a articulação dos meios existentes ou a criar, eventualmente através de um conjunto de medidas de carácter legislativo e financeiro (Nunes, 1991).

Assim, pela primeira vez na história das bibliotecas portuguesas parecia haver vontade política e meios financeiros para tentar resolver o problema da leitura pública (Nunes, 1991).

Do estudo desenvolvido em 1986, metodologia aliás inovadora na época procurando que especialistas da área contribuíssem de modo claro para a reestruturação deste campo de intervenção política, resultou a apresentação de uma proposta de criação de uma Rede Nacional de Leitura Pública, tendo como unidade de base o Concelho, apresentando um modelo muito próximo ao francês, proposta aceite passando a constituir a base do Programa Rede Nacional de Bibliotecas Municipais, mais tarde designado Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

O Estado reconhece assim a importância da Biblioteca Pública, considerando-a como a infra-estrutura cultural indispensável ao desenvolvimento do país, e como instituição que assegura na sociedade actual o direito à cultura das populações (Figueiredo, 2004).

A execução de uma política integrada de desenvolvimento da leitura pública obriga à criação de um organismo vocacionado para a execução do

Capítulo I – Bibliotecas e Leitura Pública

projecto, uma vez que o Instituto Português do Livro, IPL⁹, existente na época, não podia responder adequadamente a esta nova área de intervenção. Com o Decreto-Lei n.º 71/87 cria-se o Instituto Português do Livro e da Leitura, IPLL, organismo autorizado a estabelecer contratos – programas com os municípios.

A utilização do contrato-programa constituiu uma inovação no que respeita à formalização das relações e partilha efectiva de responsabilidades entre os dois níveis de poder da administração pública. As características são:

- Os contratos-programa têm a duração mínima de quatro anos;
- Aos Municípios compete a iniciativa da criação da biblioteca e a responsabilidade pelo seu posterior funcionamento;
- À Administração Central compete o apoio técnico-financeiro;
- A comparticipação do estado pode atingir 50 % dos custos orçamentados para cada projecto incluindo honorários da equipa projectista, obra de construção civil, mobiliário, equipamento específico, fundos documentais e informatização;
- A selecção das Câmaras Municipais será feita através de um processo de candidatura (Figueiredo, 2004).

Por política integrada do livro e da leitura entende-se a actuação da Administração Central a dois níveis: ao nível do livro (criação, edição e difusão) e ao nível da leitura (competências no domínio da implantação e gestão de uma rede de leitura pública).

Ao longo do tempo vários foram os momentos marcantes do sistema de Rede de Leitura Pública, nomeadamente:

Em 1987, é a data da criação do Instituto Português do Livro e da Leitura, IPLL. Sendo essa a data para o estabelecimento dos contratos-programa entre o IPLL e os municípios. Em 1992 dá-se a fusão do Instituto Português do Livro e da Leitura com a Biblioteca Nacional através do Decreto-

⁹ O IPL era regido pelo Decreto Regulamentar n.º 17/80 de 23 de Maio. Era vocacionado globalmente para a protecção do livro. O IPPC, Instituto Português do Património Cultural destinava-se à inventariação, conservação, classificação e recuperação do património cultural e por este motivo eram-lhe atribuídas funções nesse âmbito, sem qualquer vocação como organismo promotor e coordenador da Leitura Pública em Portugal.

Capítulo I – Bibliotecas e Leitura Pública

Lei n.º 106/92 de 1 de Junho. O Programa da Leitura Pública prosseguiu, e em 1997 cria-se o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB), cujas funções são:

- Elaborar modelos estratégicos e metodológicos que contribuam para reduzir disparidades regionais, no caminho para a sociedade de informação, atendendo ao papel fundamental das redes de bibliotecas no reforço da democracia, da liberdade de expressão e da igualdade, do bem-estar e da qualidade de vida dos cidadãos.
- Planear a instalação da rede de bibliotecas públicas, enquanto centros locais interactivos de informação, tendo em conta que devem poder assegurar a igualdade de oportunidades a toda a população do país, independentemente dos seus constrangimentos, entre outros de tempo e de lugar.
- Apoiar a criação de novas bibliotecas públicas, a nível local e regional e a modernização das existentes no sentido de fornecer informação à comunidade, considerando as diferentes necessidades do seu quotidiano, desde a formação contínua e a ocupação do ócio, até às de carácter social e profissional utilizando as tecnologias de informação e comunicação.

A criação de um organismo com este âmbito de actuação e a definição de uma política clara como a criação de instrumentos para a sua concretização possibilitou operar mudanças pretendidas e considerar este projecto exemplar no seu desenho e resultados. O conceito de Biblioteca Pública tem-se concretizado no terreno a partir de um Programa de Apoio elaborado pelo organismo que tem a responsabilidade de executar a política para as Bibliotecas Públicas. O programa define a tipologia de bibliotecas a serem criadas no âmbito da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas de acordo com:

- Número de habitantes do concelho;
- Áreas e espaços para os serviços ao público;
- Fundos documentais;
- Quadro de pessoal;
- Anexos.

Além das linhas orientadoras relacionadas com as áreas funcionais, fundos documentais e pessoal o Grupo de Trabalho elaborou dois programas tipo (BM1 e BM2) tendo como base a dimensão da população e um terceiro programa criado para casos especiais BMD¹⁰, que actualmente já desapareceu.

Com base neste programa as câmaras municipais elaboram os seus projectos concorrendo através de um processo de candidaturas. Se os projectos forem seleccionados estabelece-se o contrato-programa¹¹ discriminando-se as vertentes de cooperação assim como o montante financeiro relativo à comparticipação do estado.

Com vista a facilitar o processo de candidaturas o IPLL elaborou um documento¹² que reúne os critérios e conceitos necessários à concretização do programa de Leitura Pública, bem como a documentação para esclarecimento das Câmaras Municipais sobre procedimentos administrativos a seguir na formulação e desenvolvimento das referidas candidaturas.

Mais tarde, a partir das experiências decorrentes da implementação dos programas-tipo para BM1 e BM2 foi criado um outro programa-tipo destinado a concelhos com mais de 50 000 habitantes (BM3).

Pela criação do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB)¹³ prosseguiu-se com o projecto de criação da rede de bibliotecas públicas. A BNP comparticipa financeiramente e acompanha cada um dos projectos elaborando as directivas e prestando apoio técnico.

É indiscutível que as bibliotecas no panorama português sofreram mudanças significativas e os bibliotecários em geral tiveram um papel determinante nestas mudanças.

¹⁰ Bibliotecas Municipais em Desenvolvimento.

¹¹ Estes contratos programa incluem honorários para a equipa projectista, obra de construção civil, mobiliário, equipamento específico, fundos documentais e informatização.

¹² Este documento designa-se por Manual de Procedimentos.

¹³ O IPLB é constituído por uma Direcção de Serviços do Livro, um Departamento de Estudos de Investigação, uma Repartição de Serviços Administrativos e uma Direcção de Serviços e Bibliotecas.

5. Agente de mudança – o bibliotecário

A profissão de bibliotecário é um exercício milenar, tendo sido desde sempre uma prática natural, pelo simples facto de que a produção de informação é inerente à condição humana e social e que a necessidade do uso dessa mesma informação ditou inevitavelmente a existência de processos de armazenamento, organização e representação como meios para tornar exequível a sua recuperação e acesso. Sabe-se também que esta prática foi evoluindo, complexificando-se à medida que a própria sociedade também se tornou mais estruturada e se adaptou às diferentes tecnologias de produção, uso e comunicação da informação.

É comum falar-se dos novos problemas e desafios com que se debate o bibliotecário, o arquivista e o documentalista, o profissional que organiza e gere informação, pelo facto de ser incontornável a sua inserção na sociedade de informação. Intimamente ligada à revolução tecnológica que remonta ao séc. XIX está este problema. E a partir de meados do séc. XX os efeitos das tecnologias acentuaram-se de forma paradigmática e irreversível, afectando todo o quotidiano das pessoas. O profissional de informação não pode ser alheio a estas transformações.

A emergência da sociedade de informação à luz do avanço tecnológico pressupõe uma mudança significativa de papéis para serem desempenhados, num universo de trabalho. “De facto as novas tecnologias e as novas formas de trabalho tanto podem proporcionar oportunidades de um maior desenvolvimento profissional como podem representar factores de inadaptação funcional, estagnação e declínio” (Ochôa, 1999). Ao discutir-se os papéis sociais do bibliotecário, o de recuperador, preservador, disseminador da memória e do conhecimento, o de facilitador do acesso à informação, colocam-se novas possibilidades. Com o avanço tecnológico a sua função não mudou, apenas foi ampliada a sua abrangência, dinamizada a sua actuação.

Ao longo da segunda metade do séc. XX, a explosão de informação científica e técnica e da informação administrativa no contexto das mais diversas organizações, associada ao desenvolvimento da informática, veio

provocar mudanças estruturais, quer ao nível da profissão quer no que toca à formação quer ainda sob o ponto de vista disciplinar. Os tempos actuais são pois de crise e de mudança e a diversidade dos perfis profissionais e dos modelos formativos é um sinal inequívoco do sincretismo do paradigma dominante.

Num país onde muitas pessoas vivem abaixo da linha da pobreza é necessário que todos os sectores da sociedade se unam em prol da busca de soluções para os graves problemas sócio-económicos que nos afligem. Toda a sociedade não deve medir esforços para mudar esta realidade e os profissionais da informação não se podem excluir deste processo. Assim sendo entende-se que o bibliotecário como profissional da informação não se pode resumir a um mero guardador de livros, mas deve saber actuar na construção do conhecimento. O bibliotecário tem hoje uma actuação muito tímida nas transformações da sociedade. Por incrível que pareça muitos ainda se resumem apenas aos livros e às bibliotecas (Melo, 2004).

É preciso primeiramente que o bibliotecário se orgulhe da sua profissão, a partir daí uma segunda etapa seria a reflexão sobre as possibilidades e o papel social da área, o de contribuir para a amenização dos problemas sociais, exercendo activamente o seu papel de disseminador da informação.

Um bom bibliotecário não é forçosamente um tecnicista, empenhado em polémicas de vírgulas, pontos e traços. Um bom bibliotecário também não é aquele que se esconde por trás da sua secretária, de preferência em gabinete bem longe do contacto directo com os leitores, ilusoriamente defendido por pilhas de livros aguardando ansiosamente o momento de serem colocados nas estantes ao alcance da consulta dos leitores mais exigentes (Cabral, 1996).

O bibliotecário pode ser qualquer um desde que possua o entendimento de que aqueles livros, muito embora património colectivo, não são os seus livros; de que mais vale usar e gastar aqueles livros do que impedir que os mesmos sejam tocados; de que aqueles para serem utilizados, implicam uma organização; e de que os livros têm uma função social e cultural de valor

inestimável, residindo o seu interesse única e exclusivamente no uso que lhes possa ser dado (Tarapanoff, 2000).

A somar à formação universitária, o bibliotecário tem de garantir uma sólida preparação técnica. A simbiose destas duas facetas proporciona a explosão de tendências, apura gostos e alternativas, permitindo o aparecimento de soluções distintas, que são motor de desenvolvimento (Tarapanoff, 2000).

Um outro papel interessante do bibliotecário é o facto de poder desenvolver acções educativas. O bibliotecário possui também um papel de educador, que devia ser evidente no desenvolvimento das suas actividades.

Alguns dos papéis do bibliotecário podem ser resumidos:

- Preservar a informação – ser responsável pela memória e cultura da produção técnica e científica local e institucional;
- Organizar a informação para uso;
- Aceder à informação utilizando conexões entre redes;
- Trabalhar a informação agregando-lhe valor;
- Socializar a informação, preocupando-se com o acesso público à informação;
- Educar para a utilização da informação e para a sociedade da informação;
- Valorizar o conceito económico de informação;
- Criar, pesquisar e consumir informação (Tarapanoff, 2000).

Os profissionais de informação desenvolveram ao longo dos tempos as suas próprias ferramentas e técnicas para as questões práticas de pesquisa, do tratamento e armazenamento e circulação da informação, desempenhando a informática um papel determinante. Por este motivo muitos bibliotecários têm ainda uma mentalidade, uma estratégia, orientada para a valorização e conservação das colecções, em detrimento da atenção devida aos utilizadores (Miribel, 1997). Para a promoção e divulgação de qualquer instituição é necessário o desenvolvimento de estratégias de marketing. Estas devem ser implementadas e desenvolvidas pelo bibliotecário. A escolha de utilizar ou não

um serviço é com o utente, mas é muito importante que haja um conhecimento dos serviços da biblioteca.

Savard (1996) refere que os bibliotecários estão cada vez mais conscientes que têm um problema de imagem: não há dúvida que a sociedade dos nossos dias atribui uma grande importância à imagem e o marketing assume-se como uma técnica de promoção que permite melhorar a imagem de uma instituição – esta ideia assume especial importância se nos lembrarmos que as bibliotecas públicas existem para servir uma comunidade e que são sustentadas por dinheiro público, pelo que é preciso demonstrar a cada momento, perante as autoridades municipais, que este investimento de recursos se justifica.

O bibliotecário tem um papel crucial na defesa dos valores das bibliotecas públicas, promovendo a sua causa, atraindo fundos, sensibilizando e transmitindo energia. Este princípio é aplicável a todas as bibliotecas públicas mas assume-se de particular importância nas itinerantes. O bibliotecário é o principal agente dinamizador da biblioteca, é ele que se encontra em contacto directo com a população, cabendo-lhe avaliar as necessidades e fazendo os ajustes necessários em todas as circunstâncias. Aquando do estabelecimento de itinerários ou rotas o profissional de informação deverá estar devidamente informado de modo a que estas estejam adequadas.

Durante a estadia em cada localidade cabe ao bibliotecário assumir as funções determinantes de instrução na procura de informação, avaliando através de perguntas de referência as verdadeiras necessidades informacionais. Nem sempre o utilizador da biblioteca sabe o que procura. É frequente a ocorrência de questões de carácter vago e até ambíguo, sendo o bibliotecário o agente por excelência para o discernimento das verdadeiras necessidades do utilizador.

A diversidade de funções do bibliotecário é alargada mas num carro ambulante o bibliotecário terá de possuir um claro domínio informático, um conhecimento profundo da colecção e uma grande agilidade nos processos de aquisição de empréstimo domiciliário e rápida reposição dos mesmos. É também a ele que compete sensibilizar a comunidade para os serviços da

biblioteca, facultando o apoio devido a todos, na tentativa de diminuir a exclusão social verificada em algumas regiões.

6. Biblioteca: espaço de livro e de leitura

Intimamente ligado a todas as bibliotecas estão duas questões fundamentais, que se prendem com os objectos de difusão cultural por excelência – o livro – e a actividade que recai sobre eles – a leitura. Os estudos sobre estas duas temáticas são numerosos, cabendo a este nível fazer uma breve referência a estes dois temas dada a sua relevância. O livro é muito mais do que um objecto físico, o qual pode ser tocado e manuseado, ele encerra em si um “mundo” de ideias sugeridas pelo autor e que o leitor pode aceitar e incorporar nos seus esquemas mentais, ou criticar, pois cada leitor contém em si um conjunto de experiências únicas que lhe permitem apreender a essência de cada livro de forma diferente.

“Os autores não escrevem livros, escrevem textos que outros transformam em objectos manuscritos, gravados e impressos” (Furtado, 2000, cit. Stoddard). Os livros são transformados pelos editores e outros artesãos, mecânicos e engenheiros e por impressoras e outras máquinas (Chartier, 1989). Aquilo que chega ao leitor é produto de numerosas operações levadas a cabo pelos “construtores de livros”. É inegável que além das ideias expressas num livro, o seu aspecto é determinante: o facto de possuir capas duras ou moles, páginas brancas ou cremes, o formato ser in-fólio, in-quarto ou outro e ainda a existência do aspecto gráfico determina a forma como é imediatamente aceite pelo leitor.

“...Independente de ser livro, de ser veículo de saber, o livro está aquém do saber, pois nada saberíamos através do livro se não existisse em cada livro a sua própria memória impessoal, isto é a sua aptidão para escrever e ler que todo o livro implica e que somente se afirma por meio dele, graças à cultura que transporta e onde se constitui como presença” (Anselmo, 1997).



Nos últimos anos em particular tem-se verificado uma exacerbada controvérsia sobre a questão da “morte” ou do “fim” do livro, ou sobre a eventualidade da sua substituição por diferentes formas de comunicação. Roger Chartier (2001) considera que a actual “revolução” é muito mais radical do que qualquer outra anterior, pois abrange mudança na técnica de produção e reprodução do texto e na estrutura do meio e mesmo nas práticas de leitura. As novas tecnologias possuem um indiscutível valor acrescentado. São muito mais versáteis pois atenuam as distinções entre os processos de criação, reprodução e distribuição que caracteriza os bens impressos e a outra propriedade diz respeito à imaterialidade das representações electrónicas e diminuição nos custos de reprodução. Neste contexto as novas tecnologias de informação terão um papel determinante no mundo tradicional da edição. Os documentos impressos ou digitais são sempre o resultado de um conjunto de circunstâncias económicas, sociais e culturais.

José Afonso Furtado (2000) ao citar João Arriscado Nunes refere que quando se fala da “morte” do livro se fala mais do que o eventual desaparecimento do livro impresso, porque as noções dominantes de competência cultural nas sociedades ocidentais estão condicionadas pelo modelo de leitura, da escrita e do texto impresso. “Se o livro em papel perdeu o monopólio, como forma de comunicação, continua a deter o exclusivo na criação. Existem bibliotecas digitais, mas não escritores” (Furtado, 2000).

A leitura constitui um conceito complexo e como tal difícil de definir. Actualmente é descrita como um processo mais ou menos activo, que se inicia antes mesmo da entrada na escola, é intensificado durante o percurso escolar, prolonga-se pela vida fora através de estádios crescentes de mestria e envolve estruturas cognitivas cada vez mais elaboradas. O desenvolvimento da leitura está também associado ao desenvolvimento da compreensão e da funcionalidade: ler pressupõe a compreensão de todas as formas e sinais gráficos, desde os de uso quotidiano até às várias formas de texto literário. O acto de ler envolve simultaneamente competências práticas e hábitos que se desenvolvem associados ao desenvolvimento cognitivo e linguístico do indivíduo.

Horn e Packard (1985) resumem as sub-competências consideradas necessárias para um bom desempenho da leitura:

- Habilidades preceptivas e motoras (percepção visual, percepção auditiva, integração audiovisual, organização espaço-temporal, dominância lateral);
- Habilidades linguísticas (compreensão linguística e conhecimento metalinguístico);
- Habilidade cognitivas (processamento sequencial – simultâneo e operações concretas).

Qualquer desvio nestas habilidades é causa de distúrbio na aquisição e no desenvolvimento da leitura.

A leitura sofreu várias transformações ao longo da sua história, estando intimamente ligada à sua evolução e às suas transformações. Segundo José Afonso Furtado (2000) houve uma revolução da leitura, esta não constitui um fenómeno estático, tendo também a leitura uma história, que não funciona segundo o modo da evolução linear, que tem os seus movimentos lentos e as suas mutações mais bruscas. Assume formas diferentes entre os distintos grupos sociais e épocas.

De acordo com Alberto Manguel (1999), ler num conceito mais abrangente para além da descodificação mecânica de signos, significa dar sentido ao mundo e a nós próprios. A partir da leitura da palavra estamos autorizados a ampliar e aprofundar a leitura do mundo. De maneira mais específica, a literatura enquanto arte da palavra permite a vivência intensa e ao mesmo tempo a contemplação crítica das condições e possibilidades da existência humana. Ainda de acordo com o mesmo autor, diferentemente da escrita a leitura não tem garantias contra o desgaste do tempo. A leitura não tem lugar. É um exercício que rompe com a linearidade do tempo/espaço. É de todas as épocas e de todos os lugares e portanto ubíquo. O leitor adulto pode visitar a sua infância em textos infantis actuais. Entretanto uma obra pela forma estética, também pode romper com as experiências dos leitores e colocá-los diante de uma nova questão. O horizonte da expectativa conserva as experiências vividas, mas também antecipa possibilidades de concretização,

ele expande o comportamento social, rumo a outros objectos, vislumbrando novos caminhos para futura experiência.

Ler é sempre ler, afirma Chartier (1992). A história da leitura está limitada pelos códigos e pelas convenções que regem as práticas de uma comunidade de dependência. Está também limitada pelas formas discursivas e materiais dos textos lidos. O mesmo autor afirma que a leitura não é completamente determinada e que não se pode deduzir sem mais dos textos de que se apropria.

É no séc. XX que se assistiu no mundo ocidental a uma crescente preocupação com o ensino formal, a uma progressiva erradicação do analfabetismo clássico, à tentativa de generalizar o acesso à leitura e à reflexão sobre o conceito de biblioteca e as suas missões nos novos tempos, que se multiplicam os estudos, os inquéritos e análises sobre a leitura e que mais ou menos em uníssono, se aponta para uma crise do livro, da edição e da leitura. Existem ainda percentagens significativas da população que têm dificuldade em dominar as competências de leitura, escrita e cálculo, apesar da frequência, na grande maioria dos casos, pelo menos da escolaridade mínima obrigatória.

Não há uma mas muitas, uma infinidade de leituras, consoante a natureza dos volumes, o tipo dos textos lidos, as pessoas que os lêem, os momentos e as situações em que os lêem, as necessidades a que dão ou não resposta.

Para Roger Chartier (1992) a forma como um texto é recebido tem a ver com vários factores. Em primeiro lugar com os próprios leitores (cujos juízos contraditórios devem ser inscritos na diversidade dos caracteres e humores) e na pluralidade das expectativas e aptidões. Estas diferenças resultam também do escalão etário (crianças, jovens, adultos e idosos) e resultam dos usos distintos do mesmo texto.

A leitura é prática criadora, actividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum reduzidas às intenções dos autores. O leitor é também sempre pensado pelo autor. Falar de leitura é considerar a irredutível liberdade dos leitores e os condicionamentos que pretendem limitá-la.

Roger Chartier (1992) refere o leitor como o produtor inventivo de sentidos não pretendidos e singulares, o que significa encarar os actos de leitura como uma colecção indefinida de experiências irreduzíveis umas às outras. O mesmo autor concede ainda uma particular atenção ao modo como se efectua o encontro entre “o mundo do texto” e “o mundo do leitor”, reconstruir nas suas dimensões históricas este processo de actualização dos textos exige considerar que os seus significados dependem das formas através das quais são aceites e adaptados pelos seus leitores.

Ler é uma técnica, mais especificamente, uma técnica de descodificação, a leitura é uma operação inversa, que permite descodificá-los. Uma técnica existe porque os códigos de escrita são convencionais, é por isso preciso o exercício voluntário e metódico do seu conhecimento, e encontrar rapidamente as convenções. Sendo uma técnica a leitura pressupõe uma aprendizagem, que teve variações ao longo do tempo. Ler é também uma prática social, padrão do tempo, da comunicação e da memória, do segredo e um instrumento privilegiado de poder. Ler é também uma forma de gestualidade, apesar de não se ler em voz alta, a leitura pressupõe uma determinada posição corporal. Ler é uma actividade voluntária no sentido que a leitura tem sido considerada muito tempo como uma via de instrução e distracção (Furtado, 2000).

Ainda sobre esta temática José Afonso Furtado (2000) refere uma diminuição dos hábitos de leitura, sendo crescente o desinteresse dos jovens pela leitura, prediz-se o fim do livro, alerta-se para os analfabetos do audiovisual e desespera-se perante o fenómeno do iletrismo nos países desenvolvidos. As competências de leitura têm que ser desenvolvidas nos primeiros anos de vida e é necessário fazer-se uma articulação entre os sistemas promotores de leitura, que são as escolas e as bibliotecas para que a leitura se torne um prazer, e não uma obrigação.

As competências da leitura desenvolvem-se pelo uso do livro, que é uma instituição com regras e cenários de funcionamento e circulação e isso pode ser aliciante para uma criança. As bibliotecas itinerantes da Gulbenkian, agora em vias de extinção, eram extremamente importantes não apenas porque

serviam livros, quais dispensários ambulantes a leitores pré-existentes, mas pela ritualização do acto de ler. Chegava a carrinha da Gulbenkian, como chega o Natal, como chegam as andorinhas na Primavera, como é o tempo dos grilos, como é o tempo das ameixas. Esta ritualização, este papel que se atribui ao miúdo de escolher e requisitar o livro, de ter um tempo certo e um lugar certo, é também ela um factor de criação de leitores. Os miúdos gostam de desempenhar papéis, gostam de se inserir nas redes institucionais existentes, na primeira pessoa.

As bibliotecas não podem ser meros depósitos de livros. Não se destinam a servir leitores pré-existentes, as bibliotecas têm de criar leitores, têm de criar espaços de acolhimento, têm de ter animadores da leitura, têm de solicitar para a leitura e não apenas dar como adquirido que o leitor existe. Para estimular um possível leitor é obrigação destas instituições procurar os seus gostos, encontrar a leitura adequada, com as personagens adequadas e vivências as quais se podem identificar com o leitor, só dessa forma se poderá enriquecer os seus conhecimentos, vocabulário e a sua relação com o mundo.

O apoio à leitura assume formas muito diversas que vão desde acções realizadas no espaço das bibliotecas fixas (conferências, recitais, exposições, debates, leituras orientadas, encontros com escritores) até colaborações programadas com a escola, a rádio, a televisão, o poder autárquico, passando pelo crescente papel esclarecedor de todas as áreas referentes à cultura.

CAPITULO II

II – Bibliotecas Itinerantes em Portugal e outros países

1. História das bibliotecas itinerantes em Portugal

As bibliotecas itinerantes (bibliotecas inseridas num meio de transporte, que percorrem um determinado percurso com regularidade) inscrevem-se no grupo das bibliotecas móveis criadas a partir de 1915 por iniciativa e responsabilidade da Inspeção de Bibliotecas e Arquivos coordenadas pela Biblioteca Pública de Lisboa, tendo sido inactivadas a partir de 1946. As primeiras bibliotecas itinerantes foram lançadas inicialmente em Cascais (1953), Porto (1958) e Lisboa (1961) pelos respectivos serviços camarários e de iniciativa particular as bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian, como refere Daniel Melo (2004).

Conforme refere João Ventura (2002), com o advento do Estado Novo o panorama das bibliotecas em Portugal era confrangedor, pois além de serem em número reduzido, encontravam-se mal apetrechadas e o seu papel sociocultural era insignificante. As bibliotecas ambulantes de cultura popular do SNI¹⁴ representaram a primeira experiência do Estado Novo no capítulo da itinerância. Estas unidades foram criadas em 1945, por iniciativa de António Ferro¹⁵ e tinham por missão familiarizar as populações rurais com as grandes figuras nacionais e os grandes problemas da cultura nacional. Estas carrinhas percorreram 63 localidades dos distritos de Lisboa, Porto, Setúbal, Braga, Faro e Viana do Castelo entre 1945 e 1947 (Melo, 2004, cit. Portugal, 1948). Estas bibliotecas foram efémeras e apresentavam um pequeno catálogo, sendo ainda condicionadas oficialmente.

Existe uma estreita relação entre o movimento de leitura geral e o movimento de alfabetização. A alfabetização da população portuguesa cresceu bastante durante o período do Estado Novo, ainda assim de modo insuficiente,

¹⁴ SNI – Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo.

¹⁵ António Ferro é uma das figuras mais curiosas da História de Portugal do século XX. Apesar de ter sido um dos instrumentos de propaganda do regime salazarista, foi também um dos governantes portugueses que mais fez pela cultura. Foi ele quem sugeriu a Salazar a criação de um organismo que fizesse propaganda aos grandes feitos do Regime. Mas como era essencialmente um homem de cultura e de espírito, serviu-se do organismo criado para defender e divulgar os artistas e as obras mais arrojadas da nossa modernidade.

Capítulo II – Bibliotecas Itinerantes em Portugal e outros países

uma vez que Portugal permanecia nos últimos lugares entre os países Europeus em 1970 (Melo, 2004, cit. Sampaio, 1980). Entre 1930 e 1970, a taxa de alfabetização passou de quase 39% para cerca de 76%, ou seja, um pulo máximo de 37%. Esta evolução na taxa de alfabetização acompanhou um movimento que já vinha de trás e que não era determinado exclusivamente pela escolarização. No entanto, verificava-se uma intenção legislativa de desenvolver uma rede de leitura e cultura a partir da Biblioteca Popular de Lisboa, mas a censura dos livros e revistas tornaria as bibliotecas existentes cada vez mais inoperantes. Conforme refere Daniel Melo (2004) só a partir dos anos 50 é que a oferta de leitura das bibliotecas começa a acompanhar de modo mais perceptível o processo de alfabetização. É nessa altura que o Ministério da Educação Nacional avança com o plano de Educação Popular, o qual relançou os cursos de adultos e, sobretudo reduziu drasticamente o absentismo escolar durante a escolaridade obrigatória. É também nessa altura que surgem as bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian¹⁶. Ambos os fenómenos contribuem para a forte expansão do movimento de leitura dos anos 60. O contributo da Fundação Calouste Gulbenkian é o principal responsável pela consolidação mais precoce e sustentada do movimento de leitura nas bibliotecas. É neste contexto que se inscreve a criação de uma rede de bibliotecas móveis da Fundação Calouste Gulbenkian. Na verdade, em 1953, já circulava um carro-biblioteca ou biblioteca-circulante que se deslocava até às associações, escolas e lugares centrais das povoações de Cascais proporcionando, através do empréstimo domiciliário, o acesso ao livro pela população (Neves, 2006).

Dada a importância deste serviço bibliotecário implementado pela Fundação Calouste Gulbenkian faz-se um breve resumo de actividades e objectivos alcançados no desenvolvimento cultural e alfabetização da população conseguidos por esta iniciativa, estando dividido por fases como a caracterizou Daniel Melo na sua obra. A primeira dessas fases correspondeu

¹⁶ A Fundação Calouste Gulbenkian é uma instituição portuguesa de Direito privado e utilidade pública, cujos fins estatutários são a educação, a ciência, a beneficência e as artes. Criada por disposição testamentária de Calouste Sarkis Gulbenkian os seus estatutos foram aprovados em 1956. A fundação desenvolve uma vasta actividade em Portugal e no estrangeiro no âmbito dos seus fins estatutários através de actividades directas e indirectas.

ao levantamento das necessidades da população e à criação de um projecto de bibliotecas itinerantes. As carências em termos de acesso à informação foram a base para o desenvolvimento do projecto.

A segunda fase caracterizou-se pelo lançamento dessas bibliotecas itinerantes. As primeiras carrinhas de bibliotecas itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian partiram para a estrada em 1958. O Presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar teve o direito à apresentação das bibliotecas itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian, nos jardins do Palácio de São Bento. O escritor Branquinho da Fonseca¹⁷ (primeiro responsável pelo serviço itinerante da fundação), levaram uma carrinha carregada de livros, para lhe mostrar como seria inédito um projecto como aquele. Este projecto criado por Branquinho da Fonseca, estaria inspirado num projecto semelhante sueco.

As bibliotecas itinerantes ou carros-biblioteca levavam a bordo cerca de dois mil volumes arrumados nas estantes. Nas prateleiras de baixo, encontravam-se os livros para crianças, nas prateleiras do meio a literatura de ficção, de viagens e biografias e, por fim, nas de cima os livros menos procurados, de filosofia, poesia, ciência e técnica. Estas primeiras bibliotecas móveis pretendiam promover e desenvolver o prazer da leitura e elevar o nível cultural dos cidadãos através do livre acesso às estantes, empréstimo domiciliário e serviços gratuitos (Neves, 2006).

Branquinho da Fonseca conseguiu em pouco tempo encarregados e ajudantes mas também sedes e armazéns por todo o país, estudando os itinerários mais adequados, para que o serviço atingisse o maior número de pessoas e chegasse aos meios mais desfavorecidos, especialmente às aldeias rurais. De início teve a colaboração de escritores como Domingos Monteiro, António Quadros, Tomás Kim, Orlando Vitorino e Miranda Mendes. Houve inicialmente um especial cuidado na difusão do projecto a nível nacional, num sentido didáctico e tranquilizador, dado o obscurantismo cultural que então

¹⁷ Branquinho da Fonseca foi o primeiro Director do Serviço de Bibliotecas Itinerantes (1958-1974), posteriormente dirigido pelos escritores Domingos Monteiro (1974-1980) e António Quadros (1980-1981), que assinalam três diferentes fases da sua evolução. Branquinho da Fonseca era também escritor e conservador-bibliotecário do Museu-Biblioteca do Conde Castro Guimarães, em Cascais, conservador dos registos civil e predial da Nazaré e foi ainda um intelectual ligado ao movimento da revista *Presença*, principal responsável pelo segundo modernismo português.

Capítulo II – Bibliotecas Itinerantes em Portugal e outros países

grassava, instigado por facções mais conservadoras e ultranacionalistas da sociedade ligadas ao Estado, às Forças Armadas e à Igreja Católica. Surgira, então, algumas resistências, sobretudo por parte de certos elementos de comunidades rurais mais isoladas ou conservadoras e por parte de alguns membros mais fundamentalistas do clero católico, os quais viam nesta intervenção um perigo diabólico. Estas resistências foram, no entanto, casos excepcionais e concentradas num período ainda experimental e curto, subsistindo até a novidade constituir rotina (Melo, 2004).

Logo em 1958 entraram em funcionamento quinze bibliotecas itinerantes. A 5 de Junho desse mesmo ano, em Alenquer, entrou em funcionamento a primeira dessas unidades. Até Dezembro de 1958 as restantes seriam postas ao serviço das populações. Um crescente interesse pelo livro e pela leitura levou à criação em paralelo de bibliotecas fixas, sendo que em 1960 existiam já na rede 29 bibliotecas itinerantes e 23 bibliotecas fixas, que dispunham de um fundo bibliográfico de 445 243 volumes. Em 1962 existiam 47 bibliotecas itinerantes, o número de leitores rondava os 300 000 e os livros emprestados atingiam os três milhões. Na sequência desta actividade surgiram novas bibliotecas fixas, sedeadas nas localidades de concelho mais povoadas e instaladas em edifícios municipais, organismos culturais, hospitais e prisões, dando origem ao Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas da Fundação Calouste Gulbenkian, o qual dispunha de 159 unidades (52 itinerantes e 107 fixas) (Neves, 2006). Em 1963, o serviço de bibliotecas itinerantes e fixas estendeu a sua acção às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, com a inauguração de 3 bibliotecas itinerantes e 6 bibliotecas fixas.

Em 1972, deu-se por concluída a rede de bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian no continente e ilhas: 62 bibliotecas itinerantes e 166 bibliotecas fixas. Além das bibliotecas fixas, propriamente ditas, foram também montados 117 Postos de Leitura em Centros de Assistência Social, Associações Recreativas e Culturais, Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, Escolas e Empresas Fabris, correspondendo esta à terceira fase do projecto da Fundação.

Relativamente à questão da articulação entre a FCG e os municípios, já no projecto matriz estava bem definido o tipo de contrapartidas exigidas a ambas as entidades. Basicamente, a FCG fornecia o material livreiro básico e o «bibliocarro», enquanto o município tratava do pagamento do pessoal, das actualizações livresas, do combustível e da conservação.

Segundo Daniel Melo (2002) esta posição foi mais tarde revista, certamente por se ter revelado demasiado exigente e pouco compreensiva: ao fim e ao cabo, a Gulbenkian desafiava a outra parte com uma ideia inicialmente interessante, mas, logo de seguida, lançava os encargos mais pesados para a outra parte e esperava que esta se desenvencilhasse por si só. Era pouco realista, sobretudo atendendo à situação do poder local naquela altura. Ressalve-se, porém, que já no projecto se previa a hipótese de abrir excepções para «alguns concelhos ou regiões», que ficariam «exclusivamente a cargo» da FCG.

Após este processo de avaliação do tipo de acordo a estabelecer vingou um modelo mais favorável aos municípios, que implicava um maior esforço da FCG: esta custeava o grosso do material (livros, impressos e veículos), os serviços de inspecção e os funcionários, enquanto os municípios se responsabilizavam pelas instalações para os depósitos das unidades itinerantes e, eventualmente, concediam alguma verba.

Às características do serviço bibliotecário da FCG acima descritas viriam mais tarde a acrescer as seguintes: a combinação de unidades itinerantes e fixas (bem como a possibilidade de pólos de leitura, previstos inicialmente como «pequenos depósitos» e mais tarde designados por «postos de leitura», e a existência de uma Biblioteca Central de Empréstimo — BCE, para facultar novas obras ou mais dispendiosas); a estrutura nacional metropolitana e baseada no município (embora esta matriz já estivesse implícita desde o início); a oferta diversificada de novos autores e de novas obras.

Em termos genéricos, cabe ainda mencionar dois aspectos: em primeiro lugar, a articulação entre a FCG e os municípios sofreu algumas alterações; em segundo lugar, esta mesma articulação, embora se tenha acentuado com a criação das bibliotecas fixas, não foi a única modalidade de cooperação existente, pois o associativismo cultural independente também serviu de

Capítulo II – Bibliotecas Itinerantes em Portugal e outros países

interlocutor, em alguns casos assumindo o mesmo tipo de encargos dos municípios (inclusivamente, quanto às bibliotecas fixas) (Melo,2002).

As bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian foram um poderoso instrumento de cultura na sociedade portuguesa, contribuindo para resolver um dos maiores problemas nacionais – a educação pós-escolar – em especial aqueles que não levavam a sua instrução além do ensino primário. Como refere o Dr. José Azevedo Perdigão “a escola primária fornece sempre aos seus alunos, fundamentalmente, como mero instrumento de cultura, o saber ler e o saber escrever, sem o qual a possibilidade de alargar os horizontes do conhecimento e de intensificar a vida da relação são altamente diminuídas” (Perdigão, 1958, *in* Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura).

Não basta aprender a ler e a escrever, é preciso tornar a leitura uma actividade frequente, estimular na população o gosto e fornecer os meios para que se desenvolva e satisfaça.

“Quando o homem não procura o livro ou porque não tem condições financeiras para o adquirir, ou porque reside longe dos grandes centros urbanos, ou porque ignora a existência dos que melhor satisfariam as suas necessidades profissionais, espirituais ou recreativas, quando o homem não procura o livro, o livro tem de procurar e interessar o homem para o servir, quer instruindo-o, quer recreando-o” (Perdigão, 1958, *in* Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura).

A Fundação Calouste Gulbenkian desempenhou um papel determinante no domínio da leitura pública, prestando um serviço inestimável ao país e durante três décadas constituiu o único apoio às populações, não só no continente mas incluindo também os Açores e a Madeira. Esta rede de unidades móveis levava livros a populações isoladas, que de outro modo, não teriam qualquer outro contacto com eles. Logo, então, praticavam-se os princípios do livre acesso às estantes (na sua maioria) e de empréstimo domiciliário que na altura não vigorava em quase nenhuma bibliotecas portuguesas.

Capítulo II – Bibliotecas Itinerantes em Portugal e outros países

Muitos portugueses viam então um livro pela primeira vez na sua vida. As bibliotecas serviam todas as faixas etárias e facultavam aos leitores um vasto catálogo que ia dos clássicos universais e nacionais a obras mais especializadas ou de referência, passando pelas didácticas de simples entretenimento. Deve assinalar-se o papel indutor da leitura desempenhado pelos seus encarregados, em contacto permanente e directo com as populações, e a quem coube desde sempre a especial responsabilidade de uma ligação activa e fecunda entre o universo dos leitores e dos livros.

Como refere Ferrer Correia (s/d) “as bibliotecas móveis ou itinerantes são hoje conhecidas e utilizadas quase em toda a parte, sobretudo nos meios rurais, em benefício daqueles que vivem longe de uma biblioteca fixa. Hoje, em Portugal as bibliotecas móveis da Fundação Gulbenkian cruzam o país em todos os sentidos, de Norte a Sul, do mar à raia de Espanha, levando o livro – esse fermento de cultura por excelência que é o livro – a toda a parte onde exista sede de instrução”.

Em quarenta anos de actividade, a rede de leitura pública da Fundação Calouste Gulbenkian adquiriu 9 027 716 livros e outros documentos em diversos suportes e atendeu 56 962 637 leitores. A grandeza destes números fala por si e é prova de terem sido cumpridos os dois objectivos essenciais que presidiram à criação deste serviço: desenvolver o gosto pela leitura e elevar o nível mental e cultural dos cidadãos (Melo, 2004).

Apesar da importância da Fundação na difusão do livro e leitura, desde o início da década de 70 que a liderança da Fundação Calouste Gulbenkian estava interessada em transferir as suas responsabilidades em matéria de leitura pública para o Estado (quarta fase). Tal resultava da necessidade de reduzir despesas fixas, dadas as dificuldades orçamentais resultantes da queda de receitas. Uma quinta fase irrompe com as convulsões revolucionárias de 1974-1975 que colocam a Fundação em crise até finais da década (Melo, 2004).

Capítulo II – Bibliotecas Itinerantes em Portugal e outros países

Por último, a partir da década de oitenta assiste-se a uma reformulação do serviço sob a liderança de David Mourão Ferreira¹⁸, com uma forte aposta na divulgação literária e cultural e na animação da leitura (Melo, 2004).

No início da década de 90 verificou-se uma contradição no panorama das bibliotecas portuguesas: se por um lado nasciam pelo território nacional modernas bibliotecas, pelo outro, a Fundação Calouste Gulbenkian foi diminuindo o investimento na sua própria rede, o que conduziu à extinção, em 2002 do Serviço de Bibliotecas Fixas. A frota de bibliotecas móveis desapareceu e as comunidades abrangidas pelas furgonetas cinzentas voltaram a ficar marginalizadas, já que o P.N.P.L.¹⁹ apenas contemplava a construção de uma biblioteca central em cada município e apontava a criação de redes municipais para um horizonte temporal mais longínquo, sendo omissa no que concerne a bibliotecas móveis (Neves, 2006).

Com base nas directrizes da *IFLA/UNESCO* surgiu um novo modelo biblioteca, no sentido de adequar e adaptar ao meio ambiente em transformação a uma política cultural concelhia, com a criação de bibliotecas itinerantes como sendo um serviço de extensão da biblioteca municipal. Em 1996 nas Bibliotecas Municipais de Arcos de Valdevez, de Guimarães e de Mirandela inicia-se o ressurgimento das modernas bibliotecas móveis. Hoje junto das 142 bibliotecas municipais, existem 17 serviços móveis. A maioria destas bibliotecas está localizada na região norte de Portugal, particularmente no interior e em zonas rurais, tendo como principal alvo a população em idade escolar entre os 3 e os 10 anos. O serviço mais solicitado é o de empréstimo domiciliário, em especial livros, disponibilizando serviços de informação bibliográfica e de referência (Neves, 2006).

Os serviços de bibliotecas móveis podem constituir uma parte vital e integral dos serviços bibliotecários públicos. Na medida em que planificam serviços que satisfaçam as necessidades de uma comunidade, os serviços bibliotecários móveis devem ser considerados como um meio viável e

¹⁸ David Mourão-Ferreira (1927 - 1996) foi um escritor e poeta lisboeta licenciado em Filologia Românica pela Faculdade de Letras de Lisboa em 1951, onde mais tarde em 1957 foi professor, tendo-se destacado como um dos grandes poetas contemporâneos do século XX.

¹⁹ Programa Nacional de Leitura Pública (P.N.L.P.). Este consistia na edificação de uma biblioteca pública municipal, através da partilha dos custos (50%), entre a administração central e a administração local.

economicamente efectivo para servir pessoas que residem em zonas com condições desvantajosas.

Dado o carácter informal das bibliotecas itinerantes elas aparecem em terceiro lugar quando se pretende determinar quais as bibliotecas mais utilizadas. Um estudo efectuado em 1995 mostra que 13% da população portuguesa já tinha entrado numa biblioteca itinerante, ficando abaixo das bibliotecas municipais (50%) e das escolares (24%). Este número é no entanto muito significativo se atendermos ao facto de que estas bibliotecas só estão abertas em determinados dias e horas, nem sempre de acordo com os horários de quem trabalha. É portanto uma mais valia a quem pretende manter-se actualizado sob o ponto de vista informacional e um bem inestimável para a cultura portuguesa.

2. Um caso português de sucesso

O projecto analisado foi desenvolvido com base num cenário marcado por baixos índices de leitura e relativamente elevados níveis de analfabetismo, sobretudo funcional, onde a biblioteca fixa se localiza numa cidade com número elevado de habitantes. A biblioteca itinerante visa a implementação de uma política nacional do livro, leitura e bibliotecas como acção estratégica para o desenvolvimento nacional da cidadania.

A Biblioteca Municipal de Cantanhede foi inaugurada no ano de 1992 com o objectivo de fornecer à população meios informacionais de carácter diverso de modo a atingir os objectivos que estão propostos no Manifesto da UNESCO para as Bibliotecas Públicas: generalizar o acesso à informação e ao conhecimento, promover um maior apoio na formação contínua ao longo da vida e oferecer materiais recreativos e de lazer de forma gratuita. Verificou-se contudo que estes objectivos eram facilmente atingidos, mas restringiam-se a um número específico de habitantes, pois existiam factores limitantes como a distância ou o tempo que impediam as populações de terem acesso a estes bens de natureza cultural. Esta situação era mais preocupante atendendo à comunidade escolar. As escolas estavam e ainda estão precariamente apetrechadas de materiais didácticos, livros de estudo, ficção, materiais de entretenimento e audiovisuais.

Perante uma situação como a descrita o Dr. Pais de Sousa, bibliotecário responsável entre o período de 1990 e 1995, viu na criação de uma biblioteca itinerante uma mais valia no combate à escassez de recursos e informação de natureza cultural às populações mais distantes da Biblioteca Municipal.

Na actualidade a Biblioteca Itinerante de Cantanhede presta serviço a quarenta e quatro aldeias. Dispõe de três mil livros que são transportados diariamente a três localidades diferentes com a periodicidade quinzenal e são renovados com alguma frequência a partir do espólio de vinte mil livros do arquivo. Mais de metade da documentação disponível tem origem na oferta feita pela Fundação Calouste Gulbenkian, tendo-se enriquecido através de novas aquisições que visam actualizar e modernizar o espólio documental da biblioteca itinerante. O arquivo da biblioteca itinerante é totalmente independente do arquivo da biblioteca municipal à excepção dos recursos audiovisuais.

Apesar da biblioteca itinerante poder ser utilizada pela população em geral, está fortemente direccionada para as crianças. No seu percurso pelas várias aldeias tem paragem obrigatória nas escolas, oferecendo aos jovens literatura infantil e juvenil com empréstimo domiciliário e facultando aos professores materiais diversificados que possam apoiar o processo ensino – aprendizagem. Além de livros didácticos está disponível para as escolas leitores de DVD's e DVD's, já que as escolas não possuem materiais desta natureza. Cria-se deste modo uma relação estreita entre a biblioteca e a escola, em que a segunda depende em parte dos recursos da primeira no apoio às actividades lectivas.

Também era objectivo primordial da biblioteca itinerante o apoio aos lares de idosos, tendo-se contudo verificado uma desmotivação crescente por parte destes potenciais utilizadores. Ao nível desta população mais idosa podem-se constituir à partida dois grupos: aqueles que não sabem ler nem escrever e por isso os livros não constituem material susceptível de utilização e aqueles que apesar de lerem apresentam problemas de saúde com dificuldades de visão ou outros, o que os desmotiva para a prática de leitura. Com esta desmotivação a biblioteca apenas visita com assiduidade três lares onde ainda existem pessoas interessadas.

Capítulo II – Bibliotecas Itinerantes em Portugal e outros países

Com periodicidade quinzenal e paragem de cerca de trinta a quarenta minutos em cada aldeia, esta biblioteca não permite a utilização frequente por parte da população adulta em actividade laboral. Um horário restrito e em horas em que as pessoas desenvolvem uma actividade profissional não possibilita a estes a utilização da biblioteca, mas garante aos jovens meios para que se possam desenvolver intelectualmente e tornarem cidadão responsáveis e activos.

A criação desta biblioteca itinerante foi uma aposta muito bem conseguida, os resultados mostram que os principais utilizadores estão satisfeitos com os serviços disponibilizados pela biblioteca. O número de requisições permite supor a continuidade deste projecto e garantir a continua renovação do espólio.

De um modo geral a biblioteca analisada tem quatro eixos de acção, que constituem: democratização do acesso, conquistando novos espaços de leitura, distribuindo livros gratuitamente e melhorando o acesso a livros e outras formas de leitura; fomento à leitura e à formação desenvolvendo projectos de estímulo à leitura; valorização do livro e da leitura e dando apoio à produção e à criação.

3. As bibliotecas itinerantes noutros países

As bibliotecas itinerantes como meios de promoção da leitura existem em praticamente todos os países do Ocidente e um exemplo com resultados apreciáveis é o caso de Espanha. Em Espanha os serviços bibliotecários móveis constituem importantes instrumentos de divulgação da cultura a populações que residem em zonas com condições desfavoráveis no que respeita a uma biblioteca pública central. Em 1995 o serviço de bibliotecas elaborou um plano de *bibliobuses* com o objectivo de dar uma alternativa bibliotecária às populações com menos de 3000 habitantes. Este plano está direccionado tanto para adultos como para crianças. De acordo com a Direcção do Livro, Arquivos e Bibliotecas do Ministério da Cultura e Educação em Espanha os serviços itinerantes prestam apoio a onze Comunidades

Capítulo II – Bibliotecas Itinerantes em Portugal e outros países

Autónomas (Andalucía; Canarias; Cataluña; Castilla-La Mancha; Castilla-León; Comunidad Valenciana; Extremadura; Galicia; Madrid; Murcia e País Basco) e a vinte e cinco províncias (Álava; Albacete; Alicante; Ávila; Barcelona; Burgos; Cáceres; Castellón; Cuenca; Granada; León; Lérida; Madrid; Murcia; Orense; Palencia; Pontevedra; Salamanca; Santa Cruz de Tenerife; Segovia; Sevilla; Soria; Toledo; Valladolid e Zamora) num total de sessenta e cinco unidades móveis (Montserrat, 2002). Dos sessenta e cinco *bibliobuses* somente dezassete oferecem serviços num âmbito urbano, todos os outros atendem fundamentalmente populações rurais e centros escolares. Os *bibliobuses* estão ligados a uma biblioteca central fixa, que faculta os materiais e proporciona recursos humanos suplentes em caso de necessidade, tendo ainda o apoio técnico do Serviço de Bibliotecas.

É importante salientar que estes *bibliobuses* constituem partes fundamentais do conjunto do sistema bibliotecário de cada província e de cada comunidade autónoma. Estas bibliotecas estão muitas vezes associadas a uma biblioteca fixa ou a um centro de apoio, de modo a que as colecções a que têm acesso os utilizadores dos veículos tenham outra dimensão quantitativa e qualitativa. Os serviços bibliotecários itinerantes espanhóis não são um invento actual, mas devido aos novos recursos disponíveis nos veículos, proporcionam um serviço moderno, que se adapta às necessidades dos cidadãos de hoje.

A utilização das livrarias móveis como uma forma de combate à exclusão social foi utilizada em vários países como a Índia, Tanzânia e Nigéria complementando o programa de literacia (Arrosmith, 2001, cit. Shukla, 1998).

Como refere Joanne Arrosmith (2001) ao citar Lerdsuriyakul (2000), na Tailândia as bibliotecas itinerantes são utilizadas para promover a educação da população ao longo da vida. Em Bangkok estas bibliotecas são usadas por pessoas de todas as idades, sobretudo de comunidades menos desenvolvidas. Estas levam materiais informativos para que as pessoas estejam actualizadas sobre tudo o que se passa no mundo. As escolas também são contempladas com este tipo de bibliotecas. Outra estratégia desenvolvida e com fins práticos bastante bons, foi a utilização e reaproveitamento de um comboio com apenas alguns compartimentos e com uma estação própria definida, onde parava um ou dois dias. Um barco que além de possuir um fundo documental considerável

Capítulo II – Bibliotecas Itinerantes em Portugal e outros países

possibilita um pequeno passeio é outra não menos interessante estratégia desenvolvida na Tailândia.

O princípio sobre o qual assentou a criação das bibliotecas móveis em França foi o de levar até populações mais isoladas o livro e torná-lo disponível para todos e em todos os lugares. Em 1909 foram lançadas as dez primeiras *bibliobuses* com vista a levar o livro até às escolas ou meios rurais. No ano de 1913 estas bibliotecas foram criadas ainda em número superior. No entanto, até 1948 as bibliotecas em França mantinham-se em estado precário. Até 1964 não se detectaram melhorias neste quadro. A partir desta data assistiu-se em França a uma tomada de consciência da importância deste tipo de bibliotecas para a população e desenvolvimento das regiões. Actualmente as bibliotecas itinerantes funcionam como um complemento das bibliotecas centrais, atingindo não só populações rurais e escolas como também são utilizadas para levar livros e outros materiais aos bairros mais afastados das grandes cidades. Constituem um recurso providencial para a população mais alienada das grandes bibliotecas e centros de informação.

Na Alemanha as bibliotecas itinerantes constituem um poderoso instrumento na promoção da leitura e apoio no desenvolvimento pessoal e comunitário. Aproximadamente 11 350 bibliotecas foram incluídas em 2001 na estatística alemã de bibliotecas. Dentre elas encontram-se cerca de 5 400 financiadas pelos municípios e distritos da área rural incluindo 150 bibliotecas itinerantes, e 70 bibliotecas de música, 3 800 financiadas pela igreja católica e 980 pela igreja evangélica incluindo bibliotecas hospitalares para pacientes (Syre, 2003). O fornecimento de informações gerais nas cidades e municípios provém de bibliotecas públicas municipais, comunitárias e itinerantes de distintos tamanhos prestando uma importante contribuição no desenvolvimento dos direitos fundamentais dos cidadãos. O acesso, sem constrangimentos à informação em fontes acessíveis a todos. A oferta de informações, dos media e da prestação de serviços nas bibliotecas enfrentam os desafios dos tempos modernos, pois há muito não existem só livros e revistas mas também jogos, CD-ROM, filmes, DVDs, livros em áudio e o que mais possam desejar os interessados em medias. A habilidade para ler e a vontade de aprender a vida

inteira, a competência para usar os meios, as habilidades metódicas para pesquisar e o reconhecimento crítico das informações importantes são para qualquer pessoa, técnicas de cultura elementar e são imprescindíveis para enfrentar a escola e a formação, a vida profissional e o quotidiano. O que antigamente levava semanas, hoje demora segundos. Graças à informática, praticamente qualquer material bibliográfico não disponível na biblioteca local, é disponibilizado ao utilizador por meio de empréstimo inter bibliotecas e vários serviços de fornecimento de documentos, seja de forma impressa ou electrónica. Uma rede central de associações regionais coordena o empréstimo inter bibliotecas, recolhe e armazena todos os dados do acervo relacionados em bibliotecas científicas e disponibiliza-os por meio da Internet como um catálogo virtual de bibliotecas nas bibliotecas itinerantes.

Outro bom exemplo no que concerne a itinerância são as bibliotecas móveis da Argentina. Estas constituem importantes ferramentas no combate à exclusão social e ao direito de igualdade e oportunidade para todos aqueles que por distintos motivos não possam aceder à biblioteca central. O contexto geográfico é caracterizado pelos grandes distanciamentos e o momento socioeconómico e educativo que o país atravessa faz das bibliotecas móveis uma importante ferramenta no alcance dos objectivos. Existe actualmente vinte e cinco bibliotecas móveis em pleno funcionamento na Argentina. Vinte destas bibliotecas prestam serviço em escolas tanto urbanas como rurais, apenas cinco estão direccionadas para toda a comunidade em geral. Estas bibliotecas encontram-se apetrechadas com recursos audiovisuais e equipamento informático além da habitual documentação e periódicos. O objectivo destas bibliotecas móveis é fazer chegar os serviços da biblioteca pública aos núcleos populacionais que não têm ao seu alcance os serviços referidos. Este processo concretiza-se mediante veículos especialmente desenhados e equipados para o efeito. O serviço das bibliotecas itinerantes pode ser adequado a áreas rurais, bairros extremos das grandes cidades, áreas de expansão das cidades, áreas industriais onde exista elevada densidade residencial, zonas escolares ou ainda zonas de concentração demográfica temporárias (Fripo, 2004).

4. Vantagens e Desvantagens das bibliotecas itinerantes

É inegável o insistente debate sobre a relação custo-benefício do serviço de bibliotecas móveis. Ao falar-se de *bibliobus* é necessário apresentar resultados como avaliação e justificação das suas actuações. A preocupação maior muitas vezes é demonstrar a sua eficiência frente aos serviços bibliotecários estáveis, na medida em que tanto o custo inicial como a manutenção de um serviço móvel são capitais elevados. No entanto, se através destes meios se conseguir atingir populações mais afastadas do ponto de vista cultural e informacional, será uma mais valia e não um investimento a fundo perdido.

Uma das grandes vantagens das bibliotecas itinerantes resulta da relação que se estabelece entre a própria biblioteca e os utilizadores, já que esta oferece aquilo que mais interessa aos utilizadores, adaptando-se aos seus gostos e necessidades e criando uma relação de interdependência. Além disso este tipo de biblioteca é quase sempre o único meio para oferecer um serviço informativo, de entretenimento e cultural às localidades mais isoladas e com menos recursos ou em áreas onde se considere interessante iniciar um conhecimento de biblioteca pública. Outras vantagens deste serviço são também partilhadas pelas bibliotecas fixas, como sendo o facto de serem serviço gratuito, com livre acesso às estantes. O serviço itinerante de bibliotecas é um serviço ágil e dinâmico facilmente adaptável a todas as circunstâncias e necessidades dos utilizadores.

A simplicidade do serviço estimula a sua utilização sendo cada utilizador um pouco responsável pelo seu bom funcionamento. É um serviço de âmbito alargado que apesar de atender a pequenas localidades com um número reduzido de pessoas, não é limitado no espaço, pois percorre muitos quilómetros na busca de leitores ávidos de conhecimentos.

As desvantagens também são algumas na medida em que estas bibliotecas se fazem deslocar em veículos, nunca poderão transportar um número muito elevado de exemplares, dependendo sempre da tara do veículo.

Por outro lado o acesso está limitado a determinados dias semanais e horas, que nem sempre se adequam a todas as pessoas, variando com o horário de trabalho. Pode ainda acrescentar-se o facto deste tipo de biblioteca requerer um investimento inicial e de manutenção considerável e não permitir a consulta local durante muito tempo, já que o veículo tem espaço limitado e os utilizadores não poderão estar à espera muito tempo.

5. As bibliotecas itinerantes e a educação

A Declaração Universal dos Direitos do Homem (Artigo 26) ao consagrar em 1948 o direito à educação reflecte e reforça uma corrente de ideias que, do ponto de vista da prática e da política educativa, aponta para a necessidade de garantir o pleno desenvolvimento da personalidade humana através da igualdade de oportunidades no acesso ao ensino universalizado.

“ 1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino primário fundamental. O ensino primário deve ser obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.

2. A educação deve visar a plena expansão da personalidade humana e o reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e favorecer a compreensão, a tolerância, a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das actividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos.”²⁰

De acordo com estas ideias a educação deve garantir ao indivíduo os instrumentos para a sua inserção participativa e transformadora na sociedade em que vive, o que significa o domínio da leitura e da escrita numa sociedade

²⁰ Declaração Universal dos Direitos do Homem. Adoptada e proclamada pela Assembleia-geral das Nações Unidas no Dia 10 de Dezembro de 1948, Versão Final Autorizada, Nova Iorque, Nações Unidas, 1950.

letrada, o acesso de forma crítica ao conhecimento elaborado numa sociedade moderna, a vivência de formas de participação numa sociedade democrática e a construção de valores para o convívio numa sociedade solidária.

A questão das fronteiras da educação, ou seja, o significado da própria noção de educação e se assumirmos que temos aprendizagem durante toda a vida e que educação é este *continuum* educativo, co-extensivo à vida conforme sugerido pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, então educação não pode simplesmente significar escolaridade: “A educação ocupa cada vez mais espaço na vida das pessoas, à medida que aumenta o papel que desempenha na dinâmica das sociedades modernas.(...) Hoje ninguém pode pensar adquirir, na juventude, uma bagagem inicial de conhecimentos que lhe baste para toda a vida porque a evolução rápida do mundo exige uma actualização contínua dos saberes”²¹

O desenvolvimento destas ideias encontra-se intimamente ligado ao conceito de cidadania. A modernidade apresenta uma cidadania que introduz os princípios da liberdade e da igualdade perante a lei e universaliza os direitos.

A evolução social, tecnológica e cultural ocorrida ao longo do século XX e sobretudo após o advento da Sociedade da Informação, conduziu a uma nova concepção de educação, baseada numa nova dimensão do tempo de duração do processo de aquisição do conhecimento e da própria vida útil das habilitações necessárias para a vida e para o trabalho. Um tempo que, até aqui, estava circunscrito a uma conotação estritamente cronológica, alarga-se hoje sob a forma de processo contínuo e complementar abrangendo toda a vida. Neste processo a auto-aprendizagem baseando-se na motivação individual e na consciência controle de si próprio, tendo como referência básica a autonomia em termos de acesso, gestão do percurso e do processo de aprendizagem, apresenta-se como um desafio para os sistemas de ensino e das bibliotecas.

²¹ Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o séc. XXI, Paris, 1996.

Capítulo II – Bibliotecas Itinerantes em Portugal e outros países

De acordo com o livro verde para a sociedade da Informação em Portugal (Missão para a Sociedade da informação, 1997), “o principal desafio colocado a Portugal no âmbito das oportunidades da sociedade da informação, consiste em acompanhar os nossos parceiros da União Europeia, assim como as restantes economias mais desenvolvidas do mundo, na transferência dos benefícios da sociedade da informação para os cidadãos. Um factor determinante para o êxito destas transformações é a sua activa aceitação social”. Refere ainda que nenhuma das potencialidades das novas tecnologias de informação e comunicação poder ser efectivada sem “uma nova atitude e uma nova cultura de utilização e fruição dos instrumentos da sociedade de informação”. Daqui resulta serem cruciais acções de mobilização da participação pública e de formação dos cidadãos, quer através dos órgãos de comunicação social, quer através de estruturas de apoio, com uma grande preocupação de proximidade em relação às populações.

O livro verde da sociedade de informação em Portugal refere que “é essencial criar condições equitativas de acesso aos benefícios da Sociedade da Informação”. É indispensável fomentar o reforço da coesão social e da diversidade cultural.

A principal missão da escola é promover a formação inicial da pessoa, devendo o processo de aprendizagem na escola ser cada vez mais o de facilitador de aquisição de competências de modo a preparar o indivíduo para o processo mais importante e contínuo de aprendizagem ao longo da vida. Torna-se pois claro que a escola no sentido tradicional deixa de ser a principal fonte de informação, formação e educação. A educação passa a ser um processo contínuo e sempre presente em todas as actividades ao longo da vida. Viver no mundo de hoje exige não só o acesso à informação disponível mas também o seu tratamento e transformação em valor acrescentado pessoal e social, impondo novas cadências e dimensionamento ao ensino e à aprendizagem. A sociedade de informação apresenta-se como uma sociedade da aprendizagem. Escola e biblioteca deverão pois trabalhar de forma interdependente para que os seus objectivos de democratização, acesso à informação e ao conhecimento sejam alcançados. De modo a promover este acesso generalizado à informação não basta uma biblioteca central, fixa, já que

esta, muitas vezes, está longe fisicamente mas também intrinsecamente. O facto de cada pessoa se ter que dirigir, entrar e percorrer uma biblioteca fixa, não é para muitos uma actividade quotidiana simples, além da imponência da construção é necessário a existência de um atractivo de força maior. As bibliotecas escolares são restritas à população juvenil e uma biblioteca itinerante ultrapassa todos estes problemas. Em primeiro lugar desperta a curiosidade de todos, é um serviço que vai quase até à porta de casa das pessoas e em última análise leva um mundo de ideias e novidades fácil de aceder e sem constrangimentos. É muito mais fácil entrar numa carrinha ambulante do que num edifício imponente de uma biblioteca fixa. As novas tecnologias de informação associadas às bibliotecas itinerantes disponibilizam também, instrumentos de trabalho adaptados às novas exigências da sociedade da informação, nomeadamente a flexibilidade em espaço e tempo, acessibilidade, individualização e interactividade, possibilitando uma maior disponibilidade e generalização de acesso à informação. A sociedade da informação constitui-se como um processo que dura toda a vida, tendo início antes da época escolar e devendo continuar na escola, no trabalho e em casa, visando uma aprendizagem contínua e permanente.

Nesta sociedade existe um objectivo primordial que visa a transformação da informação em conhecimento, tendo como premissa a educação continuada, ou seja, o ser humano cuja transformação deve ocorrer num estado permanente como meio para adquirir autonomia. Este processo implica uma construção contínua por parte da pessoa, dos seus saberes, das suas aptidões e da sua capacidade de discernir, de agir e retroalimentar-se, possibilitando a construção de cidadãos críticos. Por isso a família, a escola e a biblioteca ocupam um papel primordial na construção destes cidadãos. Quer a família, quer a escola proporcionam os meios necessários para que tal aconteça, mas tal decorre sobretudo durante a infância e a juventude. A biblioteca pelo contrário poderá desempenhar este papel de facilitadora de aprendizagens durante toda a vida e por isso a biblioteca itinerante ganha destaque. Esta biblioteca possibilita quer a jovens quer a adultos o contacto com os livros, as leituras e as novas tecnologias garantindo e promovendo o desenvolvimento individual e colectivo da população.

É certo que ao nível das escolas existem bibliotecas escolares que poderão disponibilizar os recursos para os jovens desenvolverem as suas capacidades, mas também é certo que nos meios rurais estas bibliotecas escolares são inexistentes ou precariamente apetrechadas, e mais uma vez a biblioteca itinerante poderá assumir aqui uma função essencial no colmatar do fosso em termos de acesso à informação que existe entre as zonas rurais e as zonas urbanas. Só pelas bibliotecas itinerantes se conseguirá atingir populações mais afastadas dos grandes centros, promovendo a ideia da formação contínua ao longo da vida.

6. As bibliotecas itinerantes e o seu papel de inclusão social

As bibliotecas itinerantes têm recebido numerosas menções na documentação associada às medidas de combate à exclusão social. O 62º *IFLA General Conference Proceedings* estabeleceu que as bibliotecas móveis devem actuar em áreas cujas bibliotecas fixas sejam dispersas e onde só parte da população a elas tenha acesso, contribuindo para a diminuição da exclusão social e promovendo igualdade e acesso aos serviços de biblioteca para todos. Este documento no entanto não reconhece a natureza especial dos serviços de biblioteca itinerante, menosprezando o seu valor e importância (Arrowsmith, 2001).

O *Committee of Culture, media and Sport* ofereceu um maior detalhe do valor destas bibliotecas estabelecendo que as bibliotecas itinerantes devem chegar às mais remotas comunidades rurais, mas também às zonas urbanas isoladas, onde as pessoas mais idosas vivem e promovendo serviços especiais também para jovens. Não são apenas as bibliotecas itinerantes os únicos meios por excelência para o combate à exclusão social. Museus, galerias e arquivos são também identificados como agentes sociais de mudança, trabalhando em conjunto podem oferecer serviços de inclusão social.

Estabeleceu-se o consenso entre os autores que abordam esta questão que as bibliotecas móveis devem dar resposta às necessidades das comunidades que estejam afastadas do posto fixo de biblioteca ou cujo acesso a elas seja

restrito. As bibliotecas itinerantes devem estar adaptadas de tal forma que a elas tenham acesso todas as pessoas em geral e especialmente as minorias:

- Pessoas com deficiências físicas – os veículos móveis dispõem de rampas para acesso a deficientes motores, não existindo degraus e o espaço interior suficiente para a movimentação de cadeiras.
- Pessoas com deficiências visuais – a biblioteca poderá estar equipada com alguns documentos de *Braille*, podendo estes ser substituídos periodicamente através de troca inter-bibliotecas.
- Minorias linguísticas – cada região é composta por uma população com língua determinada, existindo no entanto sempre pessoas com proveniência de outros países, falando outra língua. A biblioteca disponibilizará documentos para estas pessoas (em várias línguas) e traduções. Só desta forma se pode minimizar este problema de exclusão social. Uma outra alternativa a este tipo de dificuldade das bibliotecas resultante da falta de espaço é a existência de um catálogo com livros em várias línguas aos quais as pessoas podem ter acesso, bastando para tal mostrar interesse numa determinada obra literária.
- Minorias étnicas – em Portugal, bem como na maioria de outros países é permitida a livre circulação de pessoas de todas as nacionalidades e grupos étnicos, existindo facilidades para a sua permanência. Como tal, é necessário facultar a estes, meios com vista ao desenvolvimento das suas capacidades e interesses, oferecendo então recursos diversos que possam ser usados pelos mesmos.

CAPITULO III

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

1. Desenvolvimento e investigação

1.1. Estudo de caso e sua metodologia

A metodologia adoptada para a realização do presente trabalho é de tipo qualitativo, mais especificamente o estudo de caso. O trabalho desenvolvido partiu de factos da realidade portuguesa no que concerne ao acesso à cultura ou em última análise o acesso à leitura. A recolha, observação, análise e sistematização dos factos obedeceu a três princípios fundamentais: o princípio da objectividade (por vezes as coisas não são na realidade tal como nos aparecem); o princípio da inteligibilidade (existência de relações entre determinados factos); o princípio da racionalidade (segundo o qual é possível exprimir num discurso coerente as relações entre os factos) (Carvalho, 2002).

A selecção da metodologia baseou-se na ideia de que o estudo de caso é uma categoria de pesquisa qualitativa que possibilita estudar profundamente de que forma as populações do Norte Alentejano – distrito de Portalegre têm acesso à leitura. Apesar dos resultados serem unicamente válidos para o caso estudado, o seu valor científico reside em fornecer o conhecimento aprofundado de uma realidade limitada e possibilitar deste modo, formular hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas e execução de projectos. O tema desenvolvido neste trabalho partiu de uma evidência obtida a partir de uma experiência profissional desenvolvida em regiões rurais do interior alentejano. A constatação da inexistência de estruturas de apoio à leitura e a necessidade premente de informação que as populações manifestaram foi o motor de arranque para a prossecução de uma pesquisa e determinação de estratégias que melhor pudessem solucionar o referido problema.

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

A realização do estudo de caso considerado envolveu diversos procedimentos, tais como:

- Revisão da literatura nacional e internacional (livros, teses, artigos, etc.) existentes sobre a leitura em Portugal, as bibliotecas em geral, bem como as bibliotecas itinerantes e finalmente dados específicos da região seleccionada sobre a qual o estudo incide.

A revisão da literatura foi tão exaustiva quanto possível (considerando as limitações decorrentes de se tratar de uma investigação individual) e a pesquisa na Internet mostrou-se um recurso de valor significativo na medida que existem numerosas publicações feitas sobre o tema.

- Entrevista pessoal semi-estruturada com bibliotecário responsável por projecto semelhante português.

- Observação directa da realidade em questão (utilização de grelha em anexo III) no que concerne às localidades onde hipoteticamente serão efectuadas as paragens dos bibliocarros.

2. As limitações do interior de Portugal – o meio rural

Os percursos de evolução do litoral e do interior do nosso país estão intimamente ligados, fenómeno não exclusivo do nosso país, sendo duas faces da mesma moeda. Observamos com nitidez, no nosso caso, e em termos de políticas e de projectos, uma situação de enclausamento urbano-litoral, que se traduz na concentração no litoral, na oferta superior de serviços e outras condições mais atractivas para as populações e para os investimentos. A este enclausamento litoral-urbano tem correspondido a marginalização do interior rural, que se transformou em área periférica. De uma maneira geral, quando hoje falamos do mundo rural referimo-nos a todo um conjunto de características marcantes da estagnação sócio-económica: localização periférica, os transportes e comunicações deficientes, as raras possibilidades de emprego, a baixa qualificação de recursos humanos, baixos rendimentos médios, a partida de jovens e naturalmente o envelhecimento da população (Antunes, 1996).

O rural emergente é fruto de crises recentes, que se revestem de múltiplas e variadas formas, mas também de fragilidades antigas que, em conjunto, proporcionaram a situação que aí, hoje se vive. As mais flagrantes, ou as mais mediatizadas são as relacionadas com o rendimento, a produção e o seu escoamento (fruta, leite, etc.), as que decorrem das condições naturais, por vezes adversas (geada, seca, etc.), apropriação de certos recursos (caça, recursos hídricos, ambiente, etc.), avivando conflitos ancestrais ou gerando novos focos de tensão. Noutros casos, a delimitação de espaços destinados à florestação ou a parques e a reservas naturais, quantas vezes para gáudio de urbanos, concebidos segundo lógicas que os rurais não entendem, mas cuja gestão impõe em muitas situações, limitações ao uso do solo e a práticas tradicionais, também tem estado na origem de alguma agitação (Jacinto, 1996).

As políticas de desenvolvimento têm levado a uma desvalorização muito acentuada dos recursos regionais e locais, sendo prioritariamente orientadas por estratégias de saída de capitais e de pessoas. Relacionados com essa situação estão os conhecidos fenómenos de industrialização, da urbanização e da centralização da tomada de decisões. Em suma, aquilo que temos observado, e com efeitos muito significativos nas áreas rurais, é um desenvolvimento fundamentalmente comandado pelo exterior em seu benefício (Cristóvão, 1996).

As principais questões do meio rural podem ser enquadradas em quatro tipos de desintegração:

A *desintegração económica* derivada, entre outros factores, da globalização da economia e das políticas económicas que têm sido seguidas, caracteriza-se essencialmente pela crise da agricultura e pelo processo de desertificação humana e física a que o meio rural está actualmente sujeito.

A *desintegração social*, consequência das profundas migrações que têm origem não só na desintegração económica como também na falta de expectativas para quem vive no meio rural e que tem provocado a desestruturação familiar e social nos meios rurais.

A *desintegração cultural* resulta do universalismo cultural veiculado essencialmente pelas novas formas de comunicação, vai progressivamente

acabando com a diferença cultural, base da riqueza ímpar constituída pelos valores e tradições culturais e artefactos próprios de cada local.

A *desintegração ambiental*, derivada essencialmente da desertificação humana, levará à destruição do património ambiental e cultural, que só a presença humana pode conservar (Amaro, 1996).

O equilíbrio entre os factores endógenos e os exógenos é certamente difícil de realizar na prática, mas não é exclusivamente através do recurso aos factores exógenos de desenvolvimento que se consegue equacionar correctamente o problema do país, que passa pelo equacionamento de questões da ruralidade, que representa quase a totalidade do país (Patrício, 1996).

As estruturas agrárias e a formação de recursos humanos continuam a ser debilidades estruturais do nosso mundo rural, factos que concorrem para acentuar as precariedades destas áreas, particularmente em termos de emprego. Estes são, aliás, os factores que estão na base do êxodo rural que persiste desde os anos 50, responsável pelo despovoamento demográfico que é flagrante em muitas regiões (Jacinto, 1996).

A ruptura sócio-demográfica provocada pela desertificação e pelo envelhecimento da população é reconhecida pelo conjunto de actores envolvidos, como o eixo central que estrutura os procedimentos estratégicos, as metodologias e as actividades do projecto da região. Institui os idosos como parceiros e interlocutores privilegiados de um diálogo permanente e cada vez mais intenso, com a comunidade no seu todo, à procura de soluções para problemas comuns. Participar num processo de promoção social e cultural dos idosos, através do seu protagonismo no acto educativo, articulando escolas, lares e centros de dia, ao mesmo tempo que se potencializa pedagógica e didacticamente a sua intervenção na escola e na comunidade – e se valorizam os seus saberes e a cultura de que são portadores (Amiguiño, 1996).

Mas esta tentativa de descoberta de novos sentidos para a vida social comunitária, a promoção de espaços e momentos de sociabilidade – que favorecem as relações entre os indivíduos, a vida social, que facilita uma

construção do tecido social, factor de dinamismo local também acontecem por outras vias (Jean, 1995).

Segundo Manuel Patrício (1996), o Alentejo é desde sempre uma região dramaticamente carenciada na área da educação. Ainda hoje os distritos de Beja, Évora e Portalegre são dos que apresentam taxas de analfabetismo literal mais altas, em torno dos 40% nas faixas etárias acima dos 45-50 anos. É um indicador seguro do que foi o passado.

A educação nos meios rurais, e em particular a educação escolar deve-se enraizar na cultura viva das populações. Essa cultura inclui a sociabilidade e a própria economia. Este enraizamento não configura uma educação localista, mas apenas uma saudável educação local (Patrício, 1996).

Os níveis de qualificação e de formação nas áreas rurais são baixos, tanto em termos gerais, como sobretudo dos produtores agrícolas. Por outro lado, as áreas rurais são cada vez mais espaços de exclusão que o sistema de ensino vigente, se não ajuda acentuar, pelo menos em nada contribui para inverter. É hoje um dado adquirido e exaustivamente referido a importância do ensino e da formação que é decisiva no processo de desenvolvimento e que pode e deve jogar um papel determinante e activo na animação e mobilização das comunidades locais, particularmente das rurais (Jacinto, 1996).

A informação e a formação necessárias para modificar o comportamento em relação à ruralidade, devem começar numa escola, numa que a valorize. Para isso os agentes de educação que servem essa escola, terão eles próprios de valorizar essa ruralidade, para que os alunos saiam a valorizá-la e tenham consciência da sua riqueza. O sistema de ensino não tem tido um bom relacionamento com o meio rural, onde a escola e o professor perderam a importância de referência fundamental (Jacinto, 1996). A tomada de consciência de que existem estruturas e processos que possibilitam o desenvolvimento do meio rural, é o primeiro passo para o progresso, melhoramento e promoção do meio rural como fonte de recursos e expectativas de crescimento.

Actualmente, em todo o país, e de modo particular no Alentejo, em meio rural, é cada vez maior o número de escolas que se vão esvaziando de alunos. Muitos e variados foram os factores que assim o determinaram, associados à evolução sócio-económica dos últimos anos, que foi, assimetricamente, redistribuindo a população pelo território. A ausência de expectativas e o declínio de modos de vida tradicionais provocou um êxodo rural que fez com que muitas escolas em muitas aldeias, que na década de 50/60 somavam várias dezenas de efectivos, não tenham hoje mais do que uma ou duas dezenas.

A educação cultural é por definição, educação situada. O homem rural está num sítio, fiel a esse sítio como uma árvore. É ali que toca o núcleo virginal das entranhas da terra e é ali que a sua fronte roça o fogo doirado das estrelas. Respeitemo-lo, ajudemo-lo a preservar e enriquecer o seu mundo, que também é vital para nós. Para isso, assumamos por palavras e actos a educação como sendo intrinsecamente cultural e situada. Tudo o mais virá por acréscimo e poderemos então assistir ao regresso em força da ruralidade (Patrício, 1996).

As zonas rurais portuguesas encerram, em certos domínios potencialidades que lhes conferem competitividade, podendo noutros casos conhecer oportunidades, pelo facto de no contexto europeu serem diferentes. Esta diferença, sendo um património colectivo, indissociável da nossa história e identidade, deve ser afirmada como um valor que nos distingue, e que devidamente promovido, representa uma potencialidade a ter em conta na elaboração das estratégias de desenvolvimento rural (Jacinto, 1996).

A concepção de comunidade educativa pode ser vista segundo duas vertentes: a escola que funciona como a comunidade dos alunos, professores, funcionários, pais e outros actores directamente implicados; e a comunidade geral que envolve a escola, na medida em que é capaz de ser um ambiente educativo. Para que tal ocorra, há que identificar os recursos que existem na comunidade com potencialidade educativa e desenvolver competências dos profissionais de educação para a identificação, a valorização e o aproveitamento desses recursos (Azevedo, 1996).

Não obstante do que foi referido, não basta identificar as carências e constrangimentos inerentes ao espaço interior rural de Portugal, é preciso criar medidas que promovam a mudança, que levem ao desenvolvimento das regiões mais afectadas. Estas medidas passam tanto por melhores condições de vida como também pela promoção de bens de valor cultural. Com base nesta ideia propõe-se a criação de um meio de aculturação informal – uma biblioteca itinerante – com o intuito de levar até populações mais afastadas livros e meios de desenvolvimento intelectual, bem como as novas e potenciais formas de conhecimento, as tecnologias de informação.

3. Caracterização da região seleccionada

Para o estabelecimento de uma planificação de um projecto de biblioteca itinerante, determinando o número de municípios, as paragens, a sua periodicidade, trajectos e itinerário, é necessário ter em conta alguns factores importantes, como o conhecimento do território, o tipo de população e as suas características culturais e de educação, as condições de trabalho dos seus habitantes, a estrutura urbanística do concelho, os acontecimentos locais de interesse que podem marcar aquela paragem e ainda o conhecimento dos quilómetros desde a garagem do veículo até às localidades ou entre localidades.

Portugal é um país pertencente à Europa, estando limitado a Norte e a Este pela Espanha, a Oeste e a sul pelo Oceano Atlântico. É um país pequeno mas que apresenta algumas particularidades interessantes sob o ponto de vista geográfico, que constituíram no passado um factor de desenvolvimento importante e poderão determinar novas oportunidades futuras. As principais características encontram-se resumidas no quadro II.

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

Quadro II
Resumo das principais características de Portugal

Superfície (Km ²)	91 946,7
Densidade populacional (Hab/Km ²)	115,4
N.º de Habitantes	10 627 250
Esperança Média de Vida	78 anos
Capital	Lisboa
Língua oficial	Português
Sistema político	República Constitucional
Moeda	Euro

Fonte: Dados do INE, 2008

Portugal continental está dividido em dezoito distritos, possuindo ainda dois arquipélagos, localizados no Oceano Atlântico – Açores e Madeira – e que estão sujeitos à política portuguesa, mas que apresentam uma certa autonomia em termos governamentais.

Apesar de relativamente pequeno o país pauta-se pela sua heterogeneidade a todos os níveis, tanto de características físicas (geomorfológicas), como de características particulares resultantes do progresso levado a cabo pelo Homem. Verifica-se um acentuado contraste entre as regiões interiores e o litoral de Portugal, fenómeno este evidente quando se procede a uma caracterização da densidade populacional ou mesmo da determinação dos grandes centros populacionais. As cidades de maior desenvolvimento encontram-se junto do mar, ficando o interior ofuscado pelo desenvolvimento dessas regiões, mesmo que constituam zonas onde os recursos sejam significativos. O mar sempre foi uma fonte inesgotável de matérias, não só pelo alimento que fornece ou como via de comunicação, mas hoje sobretudo está ligado ao desenvolvimento turístico do país. Contudo, o interior de Portugal continental apresenta também alguns recursos susceptíveis de serem explorados, que inevitavelmente conduziriam ao desenvolvimento global do país. É neste âmbito que deverão ser desenvolvidas actividades que promovam um aproveitamento destas potencialidades do interior de Portugal.

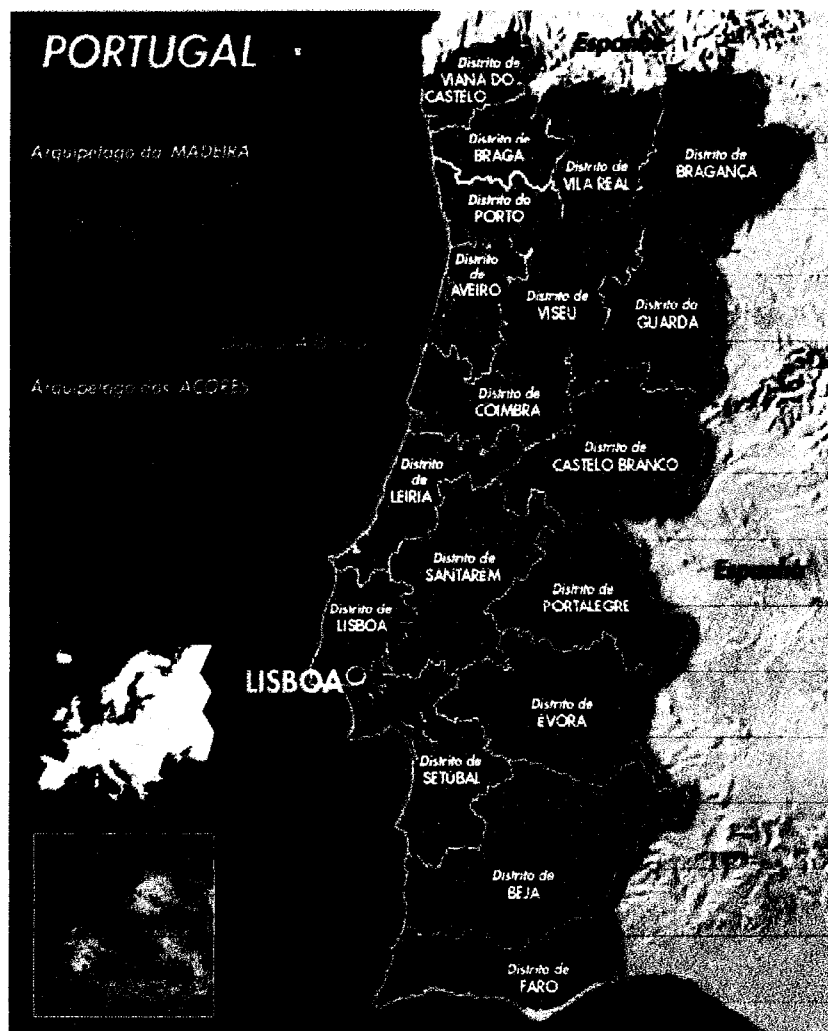


Figura 1 – Mapa de Portugal

O presente estudo desenvolve-se na região do Alentejo, mais precisamente no distrito de Portalegre, uma vez que foi a região onde se constatou a enorme fragilidade em termos informacionais. O Alentejo é uma região bastante extensa ocupando 31 550,9 Km² e abrangendo 392 freguesias, por isso está dividido em sub-regiões: Alto Alentejo; Alentejo Central e Baixo Alentejo. O distrito de Portalegre pertencente na sua maior parte à província tradicional do Alto Alentejo, completando-se com alguns concelhos pertencentes ao Alentejo Central. Limita a Norte com o distrito de Castelo Branco, a Leste com a Espanha, a Sul com o distrito de Évora e a Oeste com o distrito de Santarém. A sede de distrito é a cidade de Portalegre.

A população distrito de Portalegre é de aproximadamente 120 000 habitantes, estando distribuídos por uma área de mais de 6000 Km²,

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

correspondendo ao sexto maior distrito português. O distrito está subdividido em quinze concelhos, sendo:

- | | |
|-------------------|----------------|
| ✓ Alter do Chão | ✓ Marvão |
| ✓ Arroches | ✓ Monforte |
| ✓ Avis | ✓ Nisa |
| ✓ Campo Maior | ✓ Ponte de Sor |
| ✓ Castelo de Vide | ✓ Portalegre |
| ✓ Elvas | ✓ Sousel |
| ✓ Fronteira | ✓ Crato |
| ✓ Gavião | |

Na actual divisão o distrito integra-se na região do Alentejo e todos os concelhos à excepção de um na sub-região do Alto Alentejo. A única excepção é Sousel, que se situa no Alentejo Central.

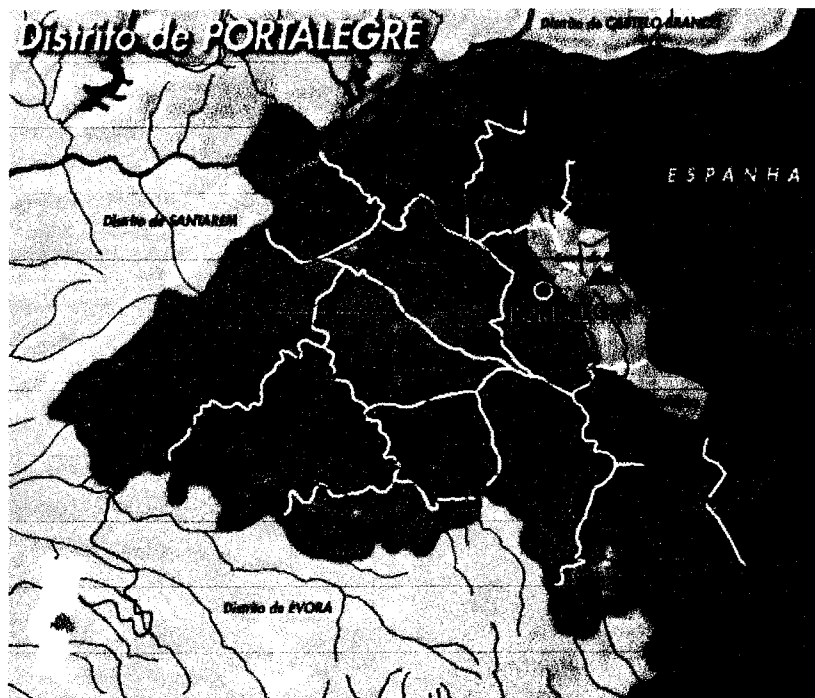


Figura 2 – Mapa dos concelhos do distrito de Portalegre

Ao viajarmos pelo Alto Alentejo percorremos quilómetros de estradas marcadas pela inexistência de vida. As planícies estendem-se até onde o olhar alcança e as árvores são marcas pontuais que exclamam, marcadas pelo rigor do tempo e pela falta de tratamento. É uma paisagem marcante e contrastante com as regiões nortenhas pintadas de verde. Ser-se alentejano e viver-se no

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

Alentejo é muito mais complexo do que aquilo que se possa imaginar. Claro que esta referência não diz respeito aos centros populacionais mas sim às aldeias onde a luz e a água canalizada chegaram há pouco mais de “três” dias atrás.

Qualquer iniciativa que quebre a habitual rotina alentejana é sentida como uma lufada de ar fresco, como uma fonte no deserto, e a biblioteca itinerante será não uma fonte mas sim um “rio” de novas alternativas, não pelo que oferece mas sobretudo pelo que dá a conhecer.

O quadro III traduz o número de concelhos e freguesias pertencentes ao distrito de Portalegre, bem como o número de habitantes e dimensões e ainda a localização das bibliotecas fixas.

Quadro III
Características dos concelhos do distrito de Portalegre

Concelhos	Freguesias	Área total (km ²)	População residente	Densidade Populacional (Hab/Km ²)
Alter do Chão	Cunheira Chancelaria Seda Alter do Chão *	362,0	3 553	9,8
Arronches	Mosteiros Esperança Assunção	314,5	3 251	10,3
Avis	Aldeia Velha Maranhão Alcurrego Avis * Valongo Benavila Figueira e Barros Ervedal *	605,5	5 007	8,3
Campo Maior	N. ^a Sra. da Graça dos Degolados S. João Batista * N. ^a Sra. da Expectação	247,3	8 342	33,7
Castelo de Vide	N. ^a Sra. da Graça de Póvoa e Meadas S. Tiago Maior Sta. Maria da Devesa S. João Batista *	264,8	3 748	14,2
Elvas	Sta. Eulália Barbacena Vila Fernanda Vila Boim Terrugem S. Brás e S. Lourenço * Alcáçova S. Vicente e Ventosa Caia e S. Pedro Ajuda, Salvador e Sto.	631,0	23 361	37

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

Elvas (cont.)	Ildefonso Assunção			
Fronteira	Cabeço de Vide Fronteira S. Saturnino	245,2	3 286	13,4
Marvão	Beirã Sto. António das Areias Sta. Maria de Marvão S. Salvador da Aramenha	154,8	3 739	24,2
Monforte²²	Vaiamonte Assumar Monforte * Sto. Aleixo	419,6	3 241	7,7
Nisa²⁵	Santana Montalvão S. Simão Espírito Santo * N.ª Sra. da Graça Alpalhão Tolosa Arez S. Matias Amieira do Tejo	573,9	8 047	14
Ponte de Sor²⁵	Longomel Ponte de Sor * Vale de Açor Galveias Tramaga Montargil Foros de Arrão	839,0	17 593	21
Portalegre²⁵	Alagoa Carreias Ribeira de Nisa S. Lourenço * Sé Fortios Urra Alegrete S. Julião Reguengo	446,2	24 756	55,5
Sousel²⁵	Casa branca Cano Sousel Santo Amaro	278,9	5 574	20
Crato	Gáfete Monte da Pedra Aldeia da Mata Flor da Rosa Vale do Peso Crato e Mártires*	388,0	3 835	9,9
Gavião	Belver Gavião Atalaia Comenda Margem	294,6	4 252	14,4

Fonte: Dados do INE, 2006

²² Dados para o ano de 2004

* Freguesias com Biblioteca fixa

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

Os quinze concelhos do distrito de Portalegre estão subdivididos em oitenta e sete freguesias, repartidas desigualmente pelos vários concelhos. O concelho de maiores dimensões é o de Ponte de Sôr com 839 Km² e com perto de 18 000 habitantes. A sua densidade populacional de 21,1 Hab/Km². Qualquer um dos concelhos do distrito apresenta uma densidade populacional muito inferior à média nacional, que se situa por volta dos 115 Hab/Km². O concelho onde essa taxa é mais elevada é o de Portalegre, capital de distrito com 56,4 Hab/Km².

Verifica-se portanto que é um distrito que apesar de ser relativamente grande tem um baixo número de habitantes por Km², tal deve-se provavelmente ao facto de as aldeias e vilas serem zonas fortemente dependentes de actividades ligadas à agricultura e criação de animais e ao facto desta região ser bastante pobre em termos de recursos. A esta falta de recursos acrescenta-se outro problema grave ligado à cultura. A população devido à actividade predominante está pouco direccionada para a leitura. Para piorar a situação as bibliotecas fixas encontram-se apenas nos grandes centros populacionais, daí que o desenvolvimento de um projecto de biblioteca itinerante irá superar estes problemas.

As bibliotecas móveis levam a cabo um trabalho constante de fomento da leitura tanto para adultos como para crianças. Existe um número elevado de actividades para atingir esse objectivo, nomeadamente a exposição de novidades, conversa com as crianças, a escuta atenta de leitores, a oferta de recursos para a satisfação dos seus interesses, a publicação de guias de leitura e informações com novidades entre outras.

4. Características da população alvo

Um projecto de âmbito distrital, como este pressupõe um conhecimento profundo da região na qual se irá desenvolver. Além das características referentes ao enquadramento territorial e populacional é ainda necessário proceder-se a uma avaliação de alguns indicadores populacionais de desenvolvimento e a partir daí tirar ilações. Os principais indicadores do grau de desenvolvimento de uma população são a densidade populacional, a taxa

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

de actividade da população, a taxa de desemprego, a taxa de analfabetismo e a percentagem de emprego nos vários sectores. Por este motivo faz-se uma comparação referente a alguns indicadores entre o Alto Alentejo, o Alentejo e Portugal continental.

Quadro IV
Comparação de alguns indicadores referentes a Portugal, ao Alentejo e ao Alto Alentejo

Indicadores	Alto Alentejo	Alentejo	Portugal	Unidades
Densidade populacional ²³	18,7	24,1	115,24	Hab/Km ²
Taxa de natalidade	7,9	9,2	10,4	‰
Taxa de mortalidades	15,2	13,0	9,7	‰
Emprego no sector primário	15	14,3	2,7	%
Emprego no sector secundário	18,7	19,5	23,6	%
Emprego no sector terciário	66,4	66,2	73,7	%
Taxa de desemprego	8,1	8,4	6,8	%
Taxa de analfabetismo	17,6	15,9	9	%

Fonte: dados do INE, 2004

Verificam-se diferenças significativas no que se refere aos indicadores de desenvolvimento referentes ao Alentejo e à média dos restantes distritos de Portugal.

Conforme o que fica referido o Alentejo é uma zona cujos índices de desenvolvimento apontam para um saldo negativo. Mas se se proceder à comparação com o Alto Alentejo estes valores são ainda piores. Todos os indicadores referentes à população e ao progresso estão substancialmente diminuídos em relação ao resto do país, quer seja a densidade populacional (apenas 18,7 hab/Km²), a taxa de natalidade (7,9‰) ou o nível de analfabetismo (17,6%). Em contrapartida é no Alto Alentejo que a taxa de mortalidade é maior (15,2‰). Todos os Concelhos do Norte Alentejano apresentam uma taxa de natalidade inferior à do continente e até mesmo à da região Alentejo. A taxa de mortalidade é, ela mesma, superior à do Continente.

²³ Dados relativos ao ano de 2008

São dados importantes que pressupõem análise, tratamento e desenvolvimento de estratégias adequadas à resolução destes problemas.

O Alentejo encontra-se entre as regiões mais pobres da comunidade europeia. Esta condição está radicada em múltiplos factores de ordem histórica, geográfica, climatérica, económica, social e cultural. A crise estrutural da agricultura apresentou-se como um dos factores mais devastadores, condenando a região a um aparente vazio sócio-económico.

Mesmo assim no sector primário o emprego é muito superior ao da média do país e em contrapartida nos sectores secundário e terciário é manifestamente inferior (quadro IV). Conclui-se então que a população é fortemente dependente da agricultura e tem um cariz fortemente rural.

Devido ao reduzido desenvolvimento industrial, o Alentejo é das regiões do país mais fortemente dependentes do trabalho nos campos. Verifica-se o domínio do olival e do montado, acompanhado de arbustos rasteiros como a esteva. A cultura de cereais, pomares, como a vinha e pastagem para animais ocupa uma grande parte da população. Outro sector diz respeito à plantação e corte de árvores de médio e grande porte como por exemplo o pinheiro, o eucalipto ou o sobreiro e à extracção de derivados como a cortiça ou as resinas. A criação de animais, nomeadamente suínos e ovinos é outra actividade à qual se dedica a população.

Na caracterização do Alentejo²⁴ alguns indicadores podem fornecer importantes informações levando a uma melhor adequação de estratégias com o intuito de diminuir os problemas inerentes aos condicionalismos da região. Um desses indicadores corresponde à situação profissional dos habitantes. Da população activa cerca de 30 mil pessoas não possuem qualquer instrução e a maioria possui apenas o primeiro ciclo do ensino básico (127 mil). O número de habitantes detentores de formação superior não ultrapassa os 30 mil habitantes. Dada esta distribuição verifica-se um condicionalismo resultante dos baixos níveis de instrução em termos profissionais.

²⁴ Dados relativos à região do Alentejo considerando um universo de mais de 760 000 pessoas, tendo-se inferido os mesmos valores (percentuais) para a sub-região do Alto Alentejo (distrito de Portalegre).

Dos 339 200 habitantes empregados, a maioria trabalha por conta de outrem conforme gráfico.

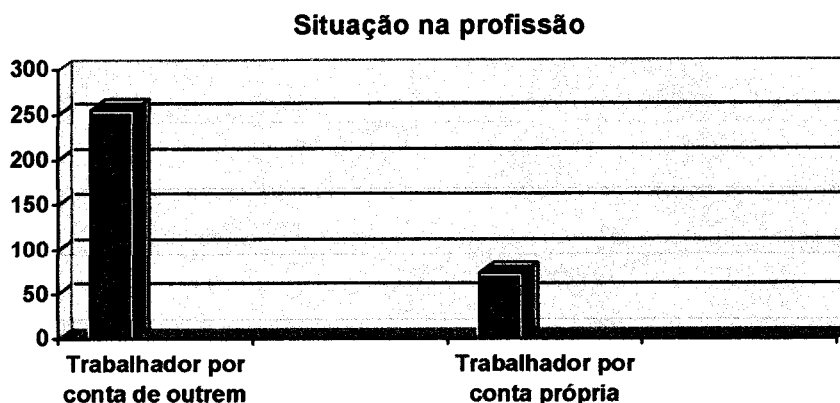


Gráfico 1 – Situação profissional dos habitantes do Alentejo
Fonte: dados do INE, 2004

Ramo de actividade principal

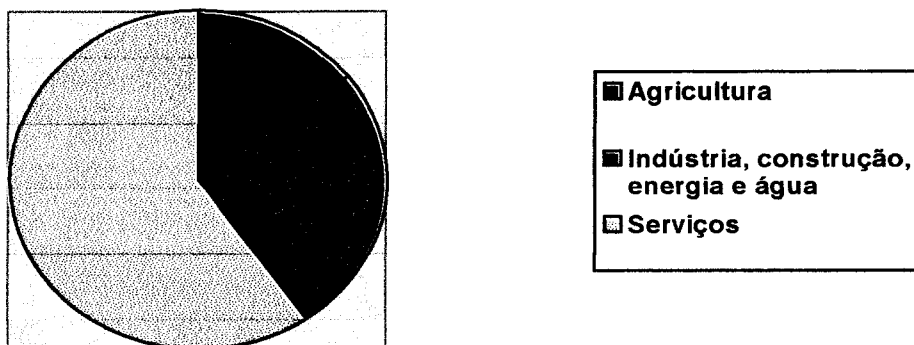


Gráfico 2 – Distribuição da população de acordo com os ramos de actividade
Fonte: dados do INE, 2004

Cerca de 50 mil pessoas ocupam actividades ligadas à agricultura. Os valores referentes à indústria, construção, água e energia são superiores bem como os referentes aos serviços. No entanto nestas duas categorias estão incluídas uma enorme diversidade de outras actividades, conforme quadro V, daí que se considere que a agricultura seja o maior ramo ocupacional. Relativamente à distribuição da população residente empregada do concelho por grupos de profissões, predominam os trabalhadores não qualificados e o pessoal de serviços e vendedores, Seguindo-se os operários, artífices e trabalhadores similares, e o pessoal administrativo e similares. Apenas 5,3%

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

referem-se a quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa. A agricultura regista-se em 6%. É de sublinhar que aproximadamente 54% desta população (residente empregada) possui como nível de instrução o ensino básico.

Quadro V
Categorias referentes à indústria e serviços

Indústria, construção, energia e água	Serviços
<ul style="list-style-type: none">- Indústrias extractivas e produção e distribuição de electricidade, gás, água e vapor;- Indústrias alimentares, produtos petrolíferos, químicos, de borracha e de plástico e outros minerais não metálicos;- Construção.	<ul style="list-style-type: none">- Comércio e manutenção de automóveis e combustíveis intermédios;- Comércio a retalho, reparação de bens pessoais e domésticos;- Hotéis e restaurantes;- Transportes e actividades conexas, correios e telecomunicações;- Actividades informáticas, investigação e desenvolvimento;- Administração pública, defesa e segurança social obrigatória;- Ensino;- Saúde e serviços sociais;- Outras actividades de serviços.

Fonte: dados do INE, 2004

A existência de uma biblioteca que possa fornecer oportunidades de desenvolvimento torna-se ainda mais justificada quando se observam os valores referentes à população que permanece inactiva. Este número ultrapassa o número de pessoas activas em quase 60 mil pessoas.

Categorias de inactivos

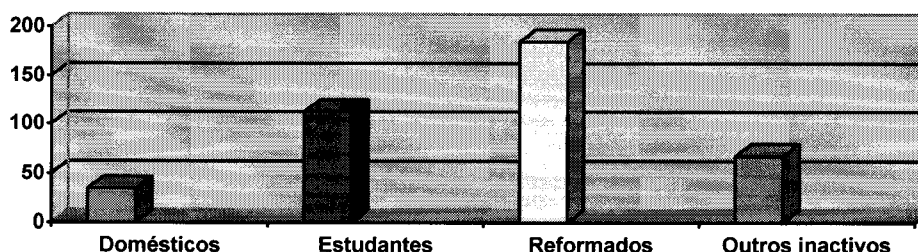


Gráfico 3 – Distribuição da população pelas das várias categorias de inactivos
Fonte: dados do INE, 2004

O número de indivíduos reformados é da ordem dos 185 mil, numa área tão reduzida quanto o Alentejo. Muito mais que promover e divulgar a cultura é necessário não esquecer um número tão significativo que faz parte da

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

população e encontrar alternativas viáveis para a ocupação do muito tempo livre. Além de sentirem que não são esquecidos é uma ótima oportunidade para o desenvolvimento de capacidades podendo estas reverter a favor da sociedade em geral.

Inevitavelmente e pelo que já foi referido o Alentejo apresenta uma elevadíssima taxa de desemprego, comparada com a média nacional, sendo quase 2% a mais do que o resto do país o que corresponde a algumas centenas de pessoas a mais desempregadas.

É também no Alentejo que a taxa de analfabetismo é manifestamente superior em relação às restantes regiões. A população está pouco receptiva a questões ligadas à literacia e além disso na maioria dos casos só os residentes nas cidades e vilas em idade adulta tiveram acesso à escola, já que aqueles que hoje são mais idosos, desde sempre foram habituados a trabalhos rurais, não ultrapassando o primeiro ciclo do ensino básico ou nem passando pela escola.

Além dos dados referentes ao quadro, um outro indicador é extremamente importante dizendo respeito ao envelhecimento da população.

Quadro VI
Índice de envelhecimento em 2001 e 2004 e n.º de pensionistas

	Índice de envelhecimento em 2001 (%)	N.º de pens/100 Hab em 2001	Índice de envelhecimento em 2004 (%)
Portugal	103,6	24,47	108,7
Alentejo	175,6	34,89	170,4
Alto Alentejo	194,5	38,11	203,4

Fonte: dados do INE, 2004

De acordo com o INE, o fenómeno do envelhecimento demográfico (aumento da importância relativa de idosos na população total) ocorreu em todas as regiões do país e o Alentejo não é excepção. O Alentejo constitui a região mais envelhecida de todo o território nacional, registando a maior proporção de idosos. O Alto Alentejo assume valores preocupantes constituindo em percentagem quase o dobro do número de idosos em relação

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

a Portugal. Mas se por um lado a população tende a viver cada vez mais anos, devido ao melhoramento das condições de vida, também é certo que a taxa de natalidade é baixa. Comparando os valores (quadro VI) o Alto Alentejo apresenta a mais alta taxa de mortalidade e a mais baixa taxa de natalidade. Apesar do melhoramento ao nível das condições de vida das populações os casais tendem a preocupar-se mais com a qualidade de vida que possam dar aos seus filhos, preferindo ter poucos e oferecendo-lhes oportunidades para que possam crescer e ter um futuro bom profissionalmente e financeiramente.

Os equipamentos de saúde existentes no concelho de Portalegre, representam cerca de 13,5% dos equipamentos existentes na região do Alto Alentejo, conforme se pode observar no quadro VII.

Quadro VII
Equipamentos de saúde

NUT	Hospitais		Camas	Centros de Saúde		Extensões dos Centros de Saúde	Camas
	Oficiais	Particulares		Com Internamento	Sem Internamento		
CONCELHO	Nº						
Alto Alentejo	2	2	...	3	13	76	44
Portalegre	1	-	304	-	1	11	-

A região do Alto Alentejo (17ª no ranking) posiciona-se no grupo das regiões intermédias, e a região do Baixo Alentejo evidencia o comportamento mais débil no seio da região do Alentejo (22ª no ranking), sendo colocada no grupo das regiões menos desenvolvidas. A análise pormenorizada deste ranking permite verificar que esta sub-região é a que, no conjunto do Alentejo, apresenta um comportamento mais negativo em termos de competitividade económica, ficando apenas o Baixo Alentejo numa posição mais débil.

No plano da competitividade, a região do Alentejo evidencia uma vulnerabilidade significativa, com um nível de competitividade que corresponde a cerca de 56,4% da média nacional, o que lhe confere um dos mais débeis posicionamentos à escala nacional. As sub-regiões menos competitivas são o Alto Alentejo (21ª no ranking) e o Baixo Alentejo (26ª no ranking), ambas com um registo competitivo inferior ao seu registo global, tendo em conta que os seus posicionamentos no ranking global de competitividade e coesão territorial

beneficiam dos seus desempenhos relativamente mais favoráveis em matéria de coesão.

Conjugando estes três factores: população envelhecida, dependência da agricultura e elevada taxa de analfabetismo a biblioteca surge como a melhor alternativa na promoção da literacia e no desenvolvimento cognitivo, intelectual e social da população. O Alentejo é pois uma região fortemente carenciada. Um projecto com vista ao desenvolvimento desta região pressupõe uma actuação a todos os níveis, não só no plano empresarial e comercial, mas sobretudo cultural. A chave para o progresso reside no conhecimento. Qualquer ser humano dotado de informação sobre determinada área poderá agir em conformidade levando ao progresso global.

5. A justificação e implementação de um projecto de biblioteca itinerante

No decurso da sessão de 28 de Fevereiro de 2001, a presidente do Parlamento Europeu anunciou que a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais havia sido autorizada a elaborar um relatório de iniciativa sobre iliteracia e a exclusão social, nos termos do artigo 163º do Regimento, tendo a Comissão para a Cultura, a Juventude, a Educação, os Meios de Comunicação Social e os Desportos sido encarregada de emitir parecer.

Em matéria de luta contra a exclusão social, as competências da União Europeia baseiam-se nos artigos 2º, 3º e 136º do Tratado CE, que estabelecem como objectivos comunitários a melhoria da qualidade de vida e a luta contra a exclusão social. Nos termos do segundo e do terceiro parágrafos do nº 2 do artigo 137º do Tratado CE, a fim de combater a exclusão social, a União Europeia adoptará medidas destinadas a fomentar a cooperação entre os Estados-Membros através de iniciativas que tenham por objectivo melhorar os conhecimentos, desenvolver o intercâmbio de informações e de boas práticas, promover abordagens inovadoras e avaliar a experiência adquirida. Essas medidas deverão ser levadas a cabo no respeito pelo princípio de subsidiariedade. A luta contra a exclusão social inscreve-se fundamentalmente

no âmbito das competências dos Estados-Membros e respectivas autoridades nacionais, regionais e locais (Hermange, 2001).

Conquanto não seja um obstáculo à integração na sociedade, a iliteracia não constitui automaticamente um “problema social”. No entanto, o mundo do trabalho tem sofrido transformações tão profundas que a iliteracia surge cada vez mais como uma incapacidade, sendo necessário aprofundar o conhecimento das suas causas para encontrar melhores formas de a combater.

A partir do que foi referido e a nível dos Estados-Membros propõe-se, em particular, que se promova:

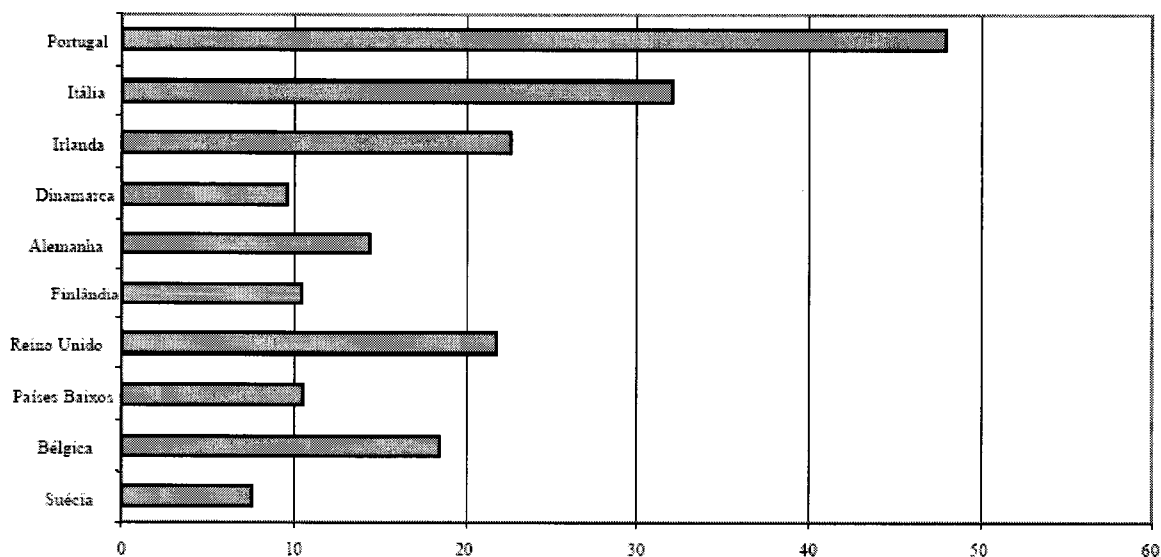
1. O desenvolvimento de módulos de alfabetização em todos os programas e acções de formação para adultos e, em particular, o apoio a todas as acções de alfabetização que possam ser realizadas no local de trabalho ou em colaboração com potenciais empregadores. Deverá encorajar-se e apoiar-se a definição de critérios de prioridade que garantam o acesso aos programas de formação e de desenvolvimento a todos aqueles com competências básicas insuficientes;
2. A elaboração de instrumentos e de métodos didácticos adaptados às necessidades dos adultos com competências básicas insuficientes, recorrendo-se também às novas tecnologias como instrumento de motivação e de aprendizagem;
3. Iniciativas de «bibliotecas itinerantes» e de apoio escolar propostas por associações locais, a fim de permitir que as crianças desfavorecidas se familiarizem com o mundo dos livros;
4. A participação na definição de estratégias nacionais em matéria de luta contra a iliteracia de todos os agentes sociais envolvidos;
5. A coordenação estreita entre os serviços nacionais que têm a seu cargo a realização de acções financiadas pelos Fundos Estruturais, os responsáveis pelas políticas de combate à exclusão social e os responsáveis pelas políticas de combate à iliteracia.

A nível comunitário, não se pode subestimar a dimensão deste problema: segundo o primeiro “Inquérito Internacional sobre a Alfabetização dos Adultos”, realizado em vários países industrializados e membros da

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

OCDE²⁵, os indivíduos incapazes de compreender e utilizar textos impressos e escritos necessários para desempenhar funções na vida quotidiana, em casa, no trabalho e na colectividade constituem uma percentagem considerável da população entre os 15 e os 65 anos (48% em Portugal, 32% em Itália, 10,4 % na Finlândia) (Hermange, 2001). Se o analfabetismo – que apenas se aplica aos indivíduos sem quaisquer capacidades de leitura e escrita – está hoje quase totalmente erradicado da Europa (afecta somente cerca de 1% da população, essencialmente idosos, minorias étnicas e um pequeno número de estrangeiros), o fenómeno do “analfabetismo funcional” tende a agravar-se, tanto mais que actualmente se regista uma diminuição do número de programas de formação (Hermange, 2001).

Gráfico 4
Iliteracia funcional (% de população entre os 16 e 65 anos) 1994 - 1998



Fonte: Dados OCDE in Relatório sobre Iliteracia e exclusão social (2001)

Com vista a solucionar este problema é pois preciso actuar ao nível da saúde e habitação, bem como a desenvolver acções prioritárias dirigidas a grupos-alvo específicos (tais como grupos minoritários, crianças, idosos e pessoas deficientes).

²⁵ OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento da Europa.

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

Apesar deste relatório a nível Europeu ser relativamente recente, em Portugal já existia desde há muito uma enorme preocupação pelos aspectos relacionados com as carências informacionais que mais afectam a população. Assim, em 1986 por despacho²⁶ da secretária de Estado da Cultura, foi criado um grupo de trabalho que tinha por objectivo a definição de uma política nacional de leitura pública com a formação de uma rede de bibliotecas públicas municipais e outras infra-estruturas que as pudessem apoiar.

Com a elaboração deste projecto era tido em conta diversos factores tais como a diversificação de fundos documentais, sistema para a gestão de colecções, colecção atractiva, espaços e equipamentos adequados e a adequação ao número de habitantes.

De acordo com o programa de apoio às bibliotecas municipais, nos casos de população dispersa por vários núcleos urbanos, as dimensões da biblioteca deveriam ser equacionadas tendo em conta a população da sede do concelho e dos agregados populacionais sobre os quais pela sua proximidade ou por razões escolares possam exercer forte atracção. Por outro lado esse dimensionamento deverá ter em consideração a necessidade de tornar a biblioteca o centro da rede concelhia, capaz de cobrir de forma efectiva toda a área do município através da criação de anexos e bibliotecas itinerantes²⁷.

Num país em que a leitura e o contacto com o livro não fazem parte dos hábitos de uma grande parte da população, torna-se importante promover um esforço colectivo e conseqüentemente actuar e intervir desde que se encontrem formas adequadas para combater esta indiscutível fragilidade cultural.

A escola ainda é provavelmente a instituição que mais faz ler as crianças e os jovens (e são as crianças e os jovens que mais lêem e quem menos lê são os adultos). Mas se a escola consegue que os alunos leiam livros ela não parece incutir neles o prazer gratuito da leitura.

²⁶ Despacho n.º 3/38 de 11 de Março.

²⁷ Conforme Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais – Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (2004).

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

É fundamental facultar desde a mais tenra idade experiências sensoriais gratificantes de prazer com o livro, objecto físico que eventualmente estará em vias de ser substituído por outras formas de reprodução de texto. Actualmente encontram-se numerosas formas de acesso à informação a que nem todos podem ter acesso mas o livro em que nós hoje pegamos foi o resultado dos mil anos da formação da cultura tendo-se modificado nos aspectos de conteúdo, formais e físicos.

Para além da escola e dos novos media é também à biblioteca que cabe desempenhar o papel da promoção da leitura. As bibliotecas enquanto sistemas de informação são um meio privilegiado de democratização do conhecimento, do acesso a tudo o que é a leitura de ócio de simples prazer, mas também de informação e logo de auto-formação. A biblioteca é um espaço de liberdade que pode ser muito importante na escola e fora dela.

A extensão bibliotecária é, pois, o esforço que faz a biblioteca para chegar aos seus utilizadores, em todos os casos em que, por razões de marginalização geográfica, física ou social, o utilizador não pode ir à biblioteca – por isso recorre-se de diversos meios como bibliotecas sucursais (pólos) ou bibliotecas móveis (*bibliobuses*), ao empréstimo por correio, às bibliotecas escolares, às bibliotecas de hospital, às bibliotecas de prisão, às bibliotecas de praias, piscina ou jardim. Tudo isto são formas de extensão bibliotecária que permitem fazer chegar os serviços da biblioteca pública até junto de pessoas que normalmente, não se deslocariam às instalações da biblioteca central, ou seja, trata-se de fazer sair a biblioteca de dentro das suas próprias paredes e de facilitar o acesso aos seus fundos a todos aqueles que estão impedidos de se deslocar por razões físicas ou sociais.

A extensão bibliotecária tem, assim uma dupla vertente: conseguir a satisfação das necessidades dos utilizadores em qualquer lugar e tempo e estimular os não-utilizadores dando-lhes a conhecer os serviços que podem ter.

Esta atitude de abertura e de aproximação a todos os membros da comunidade está expressa no Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas (anexo I) e é o centro da extensão bibliotecária, concebida como toda

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

a forma de fomentar o encontro do livro com o leitor, não podendo este último sofrer nenhum tipo de discriminação.

No fim do século passado o panorama das bibliotecas públicas portuguesas mostra bibliotecas públicas em novos edifícios e a extinção da rede de bibliotecas públicas fixas e móveis da Fundação Calouste Gulbenkian. Verifica-se o desaparecimento das antigas bibliotecas móveis e as comunidades que elas serviam foram excluídas dos serviços básicos das bibliotecas públicas, existindo, no entanto, ao nível das bibliotecas públicas maiores (BM2 e BM3) uma necessidade de estenderem os seus serviços a comunidades mais afastadas.

Hoje em dia e dado o avanço tecnológico, são muitos os meios através dos quais a informação chega às pessoas: TV, rádio, Internet são apenas algumas formas. Todas elas pautam-se pela criatividade dos produtos que oferecem, ou pelo menos, pela forma como são apresentados – não interessa apenas o que está dentro do embrulho, mas o papel e laço também contam. Por este motivo todos os pormenores têm de ser pensados e adequados para que a biblioteca seja efectivamente eficiente na concretização dos seus objectivos.

Não está definido um programa – tipo para a criação de Anexos, uma vez que o seu número e dimensões variarão muito consoante as particularidades locais. Estes projectos deverão ser estabelecidos por protocolos entre Municípios e Juntas de Freguesia, tendo como função o IPLB o apoio técnico das mesmas.

Em 2006 existiam dezassete bibliotecas móveis que se localizavam sobretudo no norte do país (doze) e no centro (cinco) (Neves, 2006). Na actualidade estes números melhoraram substancialmente.

Em Portugal, a Rede Nacional de Leitura Pública foi criada em 1987. A partir dessa data, as autarquias fizeram um grande esforço para dotar os respectivos Municípios com uma Biblioteca Municipal, que respondesse às necessidades dos seus munícipes. O primeiro mapa que se apresenta mostra a distribuição das Bibliotecas em Portugal Continental, enquanto que o

segundo mapa mostrará quais das Bibliotecas Municipais disponibilizam aos seus munícipes o serviço de Biblioteca Itinerante.

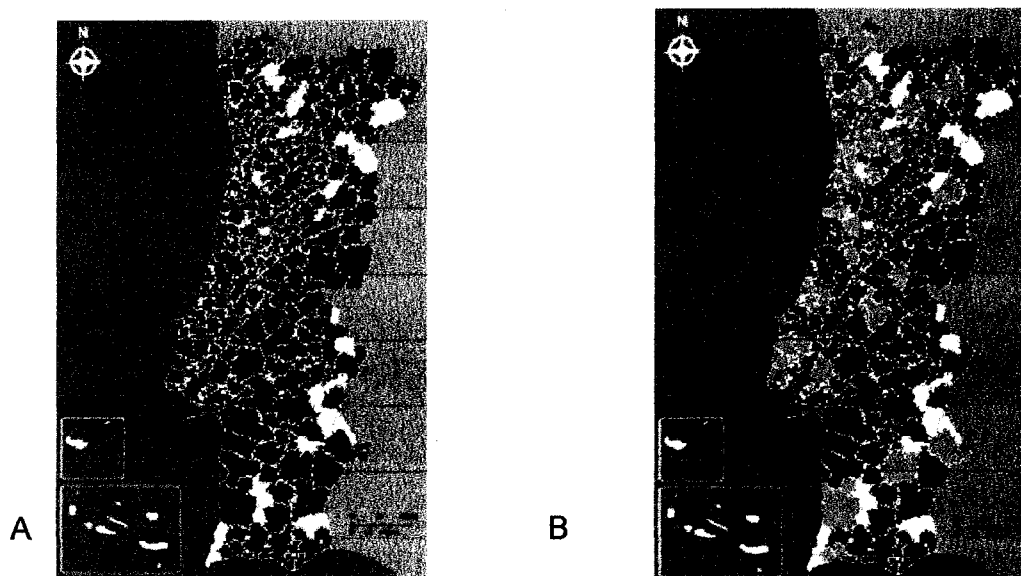


Figura 3 – Rede de Bibliotecas Municipais(A) e Itinerantes (B)

Como se pode constatar, Portugal Continental tem uma Rede de Bibliotecas Municipais bastante abrangente, existindo apenas carências em algumas regiões do Interior, no entanto, a situação é bastante satisfatória. Para uma leitura exacta do primeiro mapa, enumera-se por ordem descendente (de Norte para Sul), os municípios que não possuem Biblioteca Municipal: Terras de Bouro, Vieira do Minho, Ribeira de Pena, Mondim de Basto, Mogadouro, Baião, Mesão Frio, VN de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo, Sever do Vouga, Celorico da Beira, Manteigas, VN de Poiares, Marvão, Arronches, Vila Viçosa, Redondo, Reguengos do Monsaraz, Mourão, Vidigueira, Ourique, Alcoutim, Aljezur e Vila do Bispo. É importante salientar dois distritos do Interior do país, o distrito da Guarda e o distrito de Évora, nos quais não existem Bibliotecas Municipais em 4 dos seus municípios, tendo em conta a falta de instrução existente no Interior do país trata-se de um dado alarmante.

Após o estudo exaustivo efectuado, pode constatar-se que o número de Bibliotecas Itinerantes no país ronda as seis dezenas. Apenas os distritos de Évora e de Portalegre, não têm qualquer Biblioteca com o serviço de Biblioteca Itinerante.

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

Quadro VIII

Nº de Bibliotecas Públicas e Itinerantes por distrito.

Distrito	Biblioteca Pública	Biblioteca Itinerante
Aveiro	19	8
Beja	14	4
Braga	14	4
Bragança	12	
Castelo Branco	11	1
Coimbra	17	2
Évora	14	
Faro	16	2
Guarda	14	1
Leiria	16	4
Lisboa	37	3
Portalegre	15	1 (Marvão)
Porto	18	8
Santarém	21	1
Setúbal	13	3
Viana do Castelo	10	4
Vila Real	14	6
Viseu	24	7

Fonte: dados do INE, 2009

Trata-se de serviços que se encontram distribuídos por todo o país, embora com maior incidência no litoral/interior norte e no litoral centro do território português, em áreas maioritariamente de características rurais. Com uma menor implantação mas não de menor importância, encontram-se bibliotecas móveis na área da Grande Lisboa, Alentejo (Beja) e Algarve (uma unidade circulante em Loulé). Estes serviços assentam numa lógica de serviço concelhia, servindo maioritariamente zonas rurais ou então áreas mais povoadas de cariz urbano, onde exercem a função de extensão para zonas mais periféricas em termos de distância dos pontos fixos de biblioteca.

É neste âmbito que a criação de uma biblioteca itinerante para o Alto Alentejo – distrito de Portalegre surge como uma opção relevante, na medida

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

em que iria solucionar um conjunto de problemas existentes nas zonas rurais desta região. Por um lado um número relativamente elevado de freguesias e concelhos não possui uma biblioteca fixa, sendo que, em algumas zonas do Alto Alentejo as pessoas para terem acesso à biblioteca precisam de se deslocar vários quilómetros, por outro lado o acesso à cultura e à informação segundo o parecer de organizações superiores deverá ser considerado uma das principais linhas a desenvolver nas regiões mais alienadas pois só dessa forma se poderá promover o desenvolvimento da região.

A aquisição e o desenvolvimento de competências, incluindo de capacidades de leitura, são fundamentais para a adaptação dos trabalhadores à reestruturação económica, adaptação essa de que depende o seu êxito no mercado de trabalho. Essas capacidades são indispensáveis para fazer face às exigências da nova economia, e, portanto, para melhorar não só as perspectivas de emprego, como também de rendimento de uma importante faixa da população, que está hoje fragilizada porque é iletrada. Além do que acima foi referido pode acrescentar-se que estamos hoje perante um novo conceito de informação, aquela que nos é transmitida pelos meios tecnológicos e informáticos. São cada vez mais os domínios em que a informática nos obriga a adquirir novas competências. Estando os computadores cada vez mais presentes em todos os domínios e aqueles que não dominam as tecnologias da informação e da comunicação correm sérios riscos de enfrentar dificuldades no acesso ao conhecimento. Para que os objectivos do Conselho Europeu de Lisboa possam ser concretamente realizados, há pois que evitar o que se poderá qualificar de “iliteracia tecnológica”, ou seja a dificuldade em interagir com os novos sistemas das tecnologias da informação.

Por tudo isto a biblioteca itinerante iria solucionar o problema tecnológico pois disponibiliza aos seus utilizadores várias tecnologias que lhes permitem dominar o seu uso pela prática mas sobretudo aceder à informação de forma fácil e rápida sem custos acrescidos.

A escolha desta região, não foi de modo nenhum aleatória, mas baseada em dados concretos que se prendem com a dimensão do distrito, as características particulares da população e a baixa densidade de bibliotecas fixas da região, comparada com outras do país. No Norte de Portugal existe

uma cultura de bibliotecas itinerantes, tendo vários distritos implementado o apoio às bibliotecas municipais, com a criação de anexos itinerantes que percorrem as várias freguesias dos concelhos, como é o caso da Guarda ou Felgueiras mas mais para Sul o número de bibliotecas itinerantes é substancialmente inferior.

É certo também que dadas as elevadas taxas de analfabetismo, esta região poderia ser preterida, mas o objectivo consiste na aculturação e não existe maior objecto cultural que o livro, nos seus variados formatos. Levar o livro, a informação e o conhecimento até aqueles que vivem excluídos do universo da cultura é uma forma de enfrentar e uma tentativa de solucionar os problemas sociológicos que a região enfrenta.

A biblioteca itinerante concorre para os desígnios no que se refere à leitura e à distribuição da cultura: um combate sério à exclusão social, na diminuição das diferenças, no assegurar uma equilibrada distribuição nas formas de aceder a novas oportunidades e na criação de condições para o aprofundamento da cidadania.

6. Construção de um projecto

6.1 Implantação e execução

Para a implementação e execução de um projecto de grande nível é necessário a manutenção de uma estreita relação entre alguns agentes envolvidos no processo nomeadamente o director, bibliotecário e o *designer*.

A partilha de responsabilidades por um projecto significa manter relações regulares e continuadas em todas as fases da sua concepção e realização, para que, os objectivos sejam alcançados facilmente (Gascuel, 1987).

Qualquer um dos intervenientes no processo de execução de um projecto desempenha funções muito importantes. A definição das mesmas nem sempre é tarefa fácil, já que é da partilha de conhecimentos que se conseguem atingir grandes finalidades e os três principais intervenientes (Quadro IX) terão de conciliar esforços e saberes para que o projecto biblioteca itinerante seja

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

viável não só na sua execução, mas sobretudo no objectivo que se pretende alcançar e que diz respeito ao fornecimento de bens culturais à população.

Quadro IX
Responsáveis por um projecto de biblioteca itinerante

	Director	Bibliotecário	Designer
Quem?	Presidente da Câmara ou alguém a quem ele delegue esta tarefa.	Bibliotecário responsável pelo futuro equipamento.	Especialista designado pelo director da obra.
Com quem?	Serviços departamentais; Direcção do livro.	Pessoal da biblioteca; Os “amigos da biblioteca”; Os animadores culturais.	Decorador; Especialistas.
Que funções?	Representa o poder legal (decide e verifica em conformidade com a legislação) e o poder financeiro (determina a cobertura financeira, estuda as fontes de financiamento e procura mercados).	Reúne informação; Avalia colecções; Determina necessidades do público; Analisa modos de funcionamento; Coloca a biblioteca móvel em funcionamento.	Estuda propostas; Encontra soluções técnicas e estéticas; Controla a execução de trabalhos.

Fonte: adaptado de Gascuel, 1987

O bibliotecário é, no entanto, um agente determinante. As suas competências desenvolvem-se antes, durante e após a execução do projecto de biblioteca itinerante.

Para que o projecto de biblioteca itinerante se desenvolva o bibliotecário obriga a que se tome consciência dos meios que há que tornar disponíveis. Abre-se assim caminho a um certo número de investigações preliminares de qualquer decisão. O bibliotecário não pode decidir por si mas pode intervir nas decisões. É também o bibliotecário que reúne a documentação necessária tanto aos autarcas como ao *designer*. Durante a implementação é o responsável pela verificação de materiais, pela análise e selecção de itinerários, pelo estudo da população local e determinação das necessidades da população. Aquando do desenvolvimento do trabalho propriamente dito, é o bibliotecário que faz as deslocações, é o responsável pela dinamização do

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

projecto, avalia a sua execução e verifica se os objectivos específicos se atingem facilmente e se se concretizam as finalidades.

Ao director da obra compete fornecer dados demográficos e sociológicos, definir uma política urbanística, social, cultural e escolar da cidade/localidade. É também ao director que cabe gerir o capital disponível para a execução do projecto e sua manutenção.

O bibliotecário e o designer apoiam-se nos conhecimentos técnicos e científicos de que dispõem para que o serviço por eles executado seja da maior qualidade possível. Devem trabalhar em conjunto, pois desta forma aliam-se os conhecimentos práticos do bibliotecário com a técnica e perícia do *designer*.

O projecto comporta uma análise quantitativa, sendo mais fácil de identificá-la por meio de um quadro.

Quadro X
Características gerais da biblioteca itinerante

Serviços	Área	Documentos	Exigências de funcionamento	Opções
Acesso	Rampa inclinada com apoio de corrimão	-----	Facilitar o acesso a deficientes, evitando degraus e grandes desníveis.	Corrimão
Balcão de empréstimos	Com computador e manual do utilizador	Manual do utilizador		
Empréstimo de livros	Autocarro com estante nas partes laterais e traseira	Folhetos informativos Obras, vídeos, CDs,...	A altura das estantes deve permitir a consulta por parte de todos os utilizadores	Estantes metálicas e de madeira
Periódicos	À entrada	Revistas e jornais		
Consulta de livros	Área reduzida	-----	Estantes com inclinação Duas mesas	

Fonte: adaptado de Gascuel, 1987

De um modo geral este tipo de biblioteca disponibiliza serviços diversificados que ocupam uma determinada área, tal como numa biblioteca fixa, tendo como limitação o espaço disponível. Apesar de existirem veículos adaptados a esta finalidade, a carga transportada tem limite e o espaço de

circulação não permite a coexistência de muitas pessoas. Por outro lado deve apresentar-se acessível a todos, já que é um dos grandes objectivos da biblioteca pública o acesso a todos independentemente das deficiências ou limitações físicas, por isso, a forma de acesso à biblioteca é por meio de uma rampa com inclinação reduzida.

Nos percursos entre localidades os documentos deverão dentro do possível manter as suas posições evitando assim a sua destruição e perdas de tempo com a arrumação. Com o intuito de solucionar este problema todas as estantes têm inclinação.

6.2. Objectivos da biblioteca itinerante

Facilitar o acesso à cultura e ao conhecimento a todos os cidadãos é um princípio indispensável e básico que rege a missão da biblioteca pública definido nas Directrizes da IFLA/UNESCO.

Um principio fundamental da biblioteca pública é que os seus serviços devem estar abertos a todo o mundo sem restringir-se a uma parte da comunidade... com a exclusão de outros... há que tomar medidas para garantir que os serviços estejam ao alcance... dos que por que razões sejam não podem fazer uso dos serviços habituais... ou aos que vivem em lugares longe e não podem deslocar-se até às instalações bibliotecárias (Directrizes da IFLA/UNESCO, 2001).

Este mesmo princípio sustenta, portanto, a implantação de um serviço bibliotecário móvel para um território isolado. A garantia de acesso para todos à informação entronca directamente com a chegada de um veículo móvel a um local isolado. Como tal o *bibliobus* é um serviço bibliotecário paradigmático utilizado pelas autoridades para atender às necessidades informativas dos cidadãos que residem em zonas rurais.

A biblioteca móvel pauta-se por algumas características que estimulam de forma natural a sua utilização. É um serviço idóneo que serve utilizadores de localidades menores nas suas necessidades de informação, cultura e ócio.

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

A leitura não é apenas um instrumento de aprendizagem e aquisição de conhecimentos, mas é também um meio de participação cívica. De um modo geral o objectivo desta biblioteca é oferecer a possibilidade de acesso ao conhecimento, à cultura, ao ócio e à informação de forma semelhante ao que oferecem as bibliotecas fixas. Os objectivos específicos da biblioteca itinerante definidos neste projecto são:

- Reforçar o Programa de Apoio à Leitura, junto das escolas do 1.º ciclo, através da entrega de periódicos, de colecções bibliográficas, destinadas à leitura lúdica e formativa dos alunos;
- Incentivar o acesso ao livro, através do empréstimo domiciliário ou da consulta em locais fixos;
- Associar a leitura à ocupação dos tempos livres;
- Estimular a criação literária, artística e científica;
- Cooperar com outras instituições públicas ou privadas na difusão do livro e em programas de consolidação de hábitos de leitura;
- Sensibilizar a comunidade local para a riqueza que o espaço da biblioteca pode oferecer;
- Desenvolver o espírito crítico;
- Desenvolver o espírito de cooperação;
- Promover actividades de extensão cultural (Hora do Conto, leituras encenadas, apresentação de obras e escritores, momentos de dança, teatro, poesia...).

O primeiro grande objectivo da biblioteca itinerante é chegar junto da população e fornecer-lhe meios de cultura e informação, mas tendo como público-alvo especial as crianças. Nas várias localidades rurais do distrito de Portalegre existem escolas primárias com cerca de uma dúzia de alunos em cada e são eles os futuros “motores” de desenvolvimento das localidades, por isso, devem ser-lhes fornecidos os instrumentos de conhecimento – os livros. Estes jovens estão limitados geograficamente e por isso precisam de encontrar uma fonte segura para que possam evoluir positivamente. É aos jovens das aldeias e vilas que a biblioteca itinerante prestará um maior apoio. Disponibilizará a estes instrumentos de apoio às actividades escolares (documentação técnica e científica), materiais recreativos (livros de ficção) e

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

ainda o acesso à Internet e outros materiais audiovisuais. Em estreita articulação com as escolas a biblioteca poderá oferecer praticamente todos os materiais de apoio ao processo ensino-aprendizagem, com o intuito de ajudar a formar socioculturalmente crianças e jovens de localidades rurais do interior.

A sociedade portuguesa actual é segundo os estudos e estatísticas uma população extremamente envelhecida. As pessoas têm uma esperança média de vida cada vez maior, o que as faz ocupar uma fatia cada vez mais pesada na estrutura etária portuguesa. No entanto, a partir de determinada idade o que se verifica é uma demanda para lares de idosos para que possam passar os últimos anos das suas vidas. A família quase sempre muito ocupada com o trabalho, a casa e todas as outras actividades quotidianas subestima a sua existência dedicando-lhes apenas algumas poucas horas semanais. E é ali entre quatro paredes que passam os seus dias fingindo que ouvem uma televisão sonolenta, cheia de ficção e muito marketing e cujo único objectivo é aumentar audiências. Aqui neste ponto é que a biblioteca seria de inestimável valor para estes que todo o tempo é livre e que podem encontrar na leitura uma fonte de inspiração, recreação ou criação.

Que a TV transmite valores é dado aceite, mas que estes estão longe dos valores daqueles cuja juventude foi levada pelos anos é também inquestionável. Mas os livros não, são palavras impressas pensadas e direccionadas para um fim – promoção da cultura e não falsa, superficial e incoerente forma de aculturação. O apoio aos idosos levado a cabo pela biblioteca itinerante é uma mais valia num Portugal cada vez mais pobre e envelhecido.

Apesar de ainda existir no Alentejo uma faixa relativamente elevada de idosos com baixos níveis de alfabetização, cada vez mais há uma tendência para a procura de informação sob as mais diversas formas. Oferecer à população mais envelhecida material de entretenimento e lazer é uma prioridade para a biblioteca itinerante. Além deste aspecto é cada vez mais premente a necessidade de dominar as tecnologias de informação. Diversas actividades da rotina quotidiana são hoje resolvidas via electrónica, e cada vez mais dependeremos dela para a nossa sociabilidade. Um profissional que domine esta actividade e material informático adequado auxiliará e resolverá os

problemas de acesso à Internet por todos aqueles ainda alheios a estas técnicas, mas sobretudo no apoio aos mais idosos.

6.3 Uma biblioteca com nome: “Biblioteca Itinerante José Régio”

Toda a existência humana é caracterizada pela atribuição de nomenclatura a todos os objectos e seres. É uma forma de se organizar o mundo envolvente para mais facilmente se ter acesso ao que se pretende. Também muitas bibliotecas possuem uma nomenclatura, relacionada com factores intrínsecos ou extrínsecos, mas sempre numa perspectiva cultural. A biblioteca itinerante aqui projectada não é excepção e a atribuição do nome foi feito com base numa pesquisa bibliográfica exaustiva de escritores que de algum modo estivessem relacionados com a região em causa. José Régio foi o escolhido, daí que a biblioteca passará a designar-se: **Biblioteca Itinerante José Régio, Portalegre sempre!**

José Régio foi um escritor português natural de Vila do Conde, onde viveu até completar o quinto ano do liceu, após o que continuou a estudar no Porto. José Régio é pseudónimo de José Maria dos Reis Pereira, tendo publicado em Vila do Conde os seus primeiros versos. Aos dezoito anos foi para Coimbra, onde se licenciou com uma tese em Filosofia Romântica, em 1925. Juntamente com Branquinho da Fonseca e João Gaspar Simões fundou em 1927 a revista *Presença*, que marcou o segundo modernismo português e de que José Régio foi o principal fundador e ideológico.

Como escritor, José Régio dedicou-se ao romance, ao teatro, à poesia e ao ensaio. Na sua obra são centrais as problemáticas do conflito entre Deus e o Homem, o indivíduo e a sociedade, numa análise crítica das relações humanas e da solidão. A sua obra é fortemente marcada pelo tom psicologista e simultaneamente um misticismo inquieto. Recebeu em 1961 o prémio *Diário de Notícias* e postumamente o Prémio Nacional de Poesia.

Em 1928 iniciou a sua actividade docente no porto, onde leccionou apenas alguns meses, tendo-se efectivado em Portalegre onde exerceu até à aposentação.

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

O fascínio que o espaço, um certo espaço, exerce sobre os artistas da palavra é iniludível e Portalegre é o lugar do espírito de José Régio. Nas suas obras não faltam alusões ao “Distrito de Portalegre”, ao “Governo Civil”, ao “Café Rasquilha”, aos jornalecos locais, às ruas e mercados, aos eucaliptos do Bonfim, ao Monte da Penha, às estradas da serra, a Alpalhão ou a Castelo de Vide e muitos outros locais do distrito. Também as personagens são fortemente inspiradas no Alentejo de Portalegre. Por tudo o que foi referido a memória de José Régio estará para sempre ligada a Portalegre. Em sua homenagem erguem-se escolas e museus e agora projecta-se uma Biblioteca Itinerante.

7. Onde chega a biblioteca itinerante

7.1. Itinerário

A biblioteca itinerante José Régio é formada por dois veículos, que viajarão pelo distrito com o intuito de levar a informação e a título genérico a cultura a todas as freguesias do distrito, quer o número de habitantes seja elevado ou baixo (desde que se justifique por factores demográficos).

As várias localidades visitadas pelos veículos encontram-se representadas no mapa da figura4.

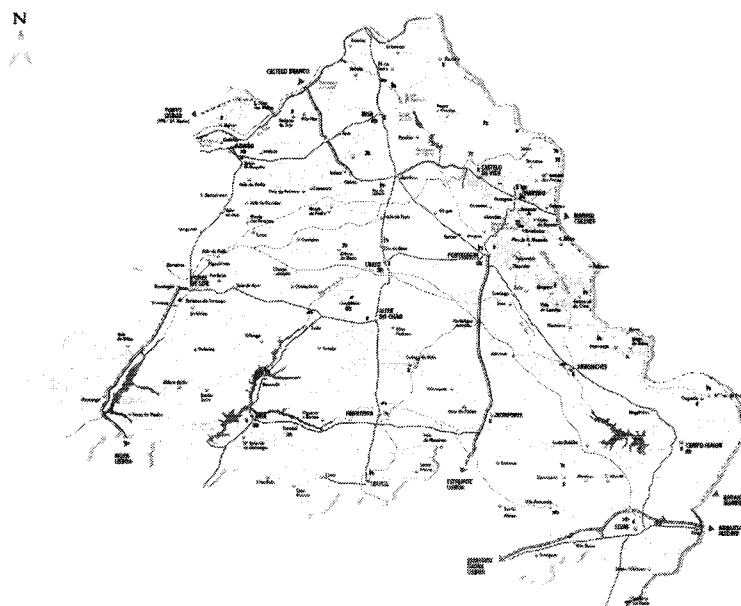


Figura 4 – Localidades do distrito de Portalegre.

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

Pelo facto do distrito ser relativamente grande em termos de área optou-se por constituir duas sedes diferentes para os veículos. O veículo A tem sede na cidade de Ponte de Sor e servirá 35 freguesias do distrito. O veículo B tem sede na cidade de Portalegre e servirá 33 freguesias. Os veículos todos os dias partem da mesma localidade e chegam à mesma localidade, Ponte de Sor e Portalegre, respectivamente.

É também pelo facto do distrito ser muito grande que se justifica a existência de dois veículos. Se a biblioteca itinerante fosse composta apenas por um, só seria possível ir a cada freguesia uma vez por mês ou menos, já que para alguns locais do distrito seriam dezenas ou mesmo centenas de quilómetros a serem percorridos num só dia, mesmo que a sede se encontrasse numa zona central do distrito.

O itinerário exposto nos quadros de XI a XVIII foi estabelecido de acordo com alguns critérios:

Proximidade – as freguesias visitadas no mesmo dia encontram-se próximas geograficamente, para que as viagens entre cada paragem sejam curtas, considerando portanto as características do território e a qualidade e acessibilidade das estradas.

Duração – o tempo de estada em cada freguesia depende da dimensão em termos populacionais. Quanto maior o número de habitantes, mais tempo de estada.

Localização – os locais de paragem do veículo foram rigorosamente seleccionados tendo em conta dois pontos fundamentais: a centralização na aldeia, vila ou cidade e o espaço. As zonas escolhidas são na maioria dos casos, largos ou pracetas para que as crianças tenham mais espaço para com a biblioteca interagirem.

Factores internos – o bibliotecário responsável por cada biblioteca é um ser humano, com vida própria que precisa descansar, trabalhando em média sete horas diárias.

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

Manutenção dos veículos – os quadros XI a XVIII estão divididos em duas semanas com cinco dias cada. Em circunstâncias normais cada mês tem pelo menos mais dois dias úteis que serão utilizados para a manutenção do veículo. Estes veículos necessitam de ser inspeccionados frequentemente pois transportam uma carga muito grande e fazem muitos quilómetros no final de cada mês.

O número de freguesias do distrito de Portalegre é de 86, superior às 68 freguesias visitadas pelo bibliocarro. Tal deve-se ao facto de existirem bibliotecas fixas nessas freguesias ou um reduzido número de habitantes, logo, desnecessário a visita da biblioteca itinerante. Estas freguesias correspondem às principais cidades do distrito e podem possuir bibliotecas municipais ou bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian.

A rota escolhida oferece um bom nível de operatividade e flexibilidade e representa um passo muito importante na óptima dotação bibliotecária para a zona.

Veículo A

Partida: Ponte de Sor

Chegada: Ponte de Sor

Quadro XI
Itinerário do veículo A (Semana I)

Semana	Data (dia)	Freguesia	Local	Horário (horas)
I	A	Gavião	Junta de freguesia	9:30 – 11:30
		Belver	Junta de freguesia	11:45 – 13:00
		Atalaia	Junta de freguesia	14:30 – 15:30
		Margem	Junta de freguesia	15:45 – 17:00
	B	Tramaga	Jardim-de-infância	9:15 – 10:15
		Montargil	Pelourinho	10:45 – 13:00
		Foros do Arrão	Largo do restaurante do Vicente	14:30 – 16:30
	C	Vale de Açor	Salão de festas	9:15 – 10:30
		Chancelaria	Largo da Igreja	11:00 – 12:30
		Cunheira	Largo das bombas de gasolina	14:00 – 15:15
		Aldeia da Mata	Largo do lar	15:30 – 17:00
	D	Galveias	Largo da farmácia	9:30 – 10:45
		Aldeia Velha	Junta de freguesia	11:00 – 12:30
		Alcorrego	Junta de freguesia	14:00 – 15:15
		Maranhão	Junta de freguesia	15:30 – 16:30
	E	Valongo	Piscinas	9:30 – 10:30
		Benavila	Junta de freguesia	10:45 – 12:30
Figueira e Barros		Junta de freguesia	14:30 – 16:30	

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

Quadro XII
Itinerário do veículo A (Semana II)

Semana	Data (dia)	Freguesia	Local	Horário (horas)
II	F	Seda	Junta de Freguesia	9:30 – 10:30
		Casa Branca	Junta de freguesia	11:00 – 12:00
		Cano	Junta de freguesia	13:30 – 14:45
		Sousel	Salão Fescaça	15:00 – 16:45
	G	Fronteira	Câmara Municipal	10:00 – 12:00
		S. Saturnino	Junta de freguesia	14:00 – 15:00
		St.º Amaro	Junta de freguesia	15:30 – 16:30
	H	Monte da Pedra	Junta de freguesia	9:45 – 11:00
		Gáfete	Junta de freguesia	11:15 – 13:00
		Tolosa	Largo da Igreja	14:30 – 15:30
		Comenda	Junta de freguesia	15:45 – 17:00
	I	Flor da Rosa	Junta de freguesia	9:45 – 11:00
		Vale de Peso	Junta de freguesia	11:30 – 13:00
		Alpalhão	Jardim	14:30 – 16:00
	J	Vaiamonte	Jardim	10:00 – 11:00
		Cabeço de Vide	Largo da igreja	11:30 – 13:00
Longomel		Largo da Igreja	15:00 – 16:30	

Quadro XIII
Itinerário do veículo A (Semana III)

Semana	Data (dia)	Freguesia	Local	Horário (horas)
III	L	Margem	Junta de freguesia	9:30 – 10:45
		Atalaia	Junta de freguesia	11:00 – 13:00
		Belver	Junta de freguesia	14:30 – 16:00
		Gavião	Junta de freguesia	16:15 – 17:15
	M	Foros do Arrão	Largo do restaurante do Vicente	9:30 – 11:30
		Montargil	Pelourinho	11:45 – 13:00
		Tramaga	Jardim-de-infância	14:45 – 16:30
	N	Aldeia da Mata	Largo do Lar	9:30 – 11:00
		Cunheira	Largo das bombas da gasolina	11:15 – 13:00
		Chança	Largo da Igreja	14:30 – 15:30
		Vale de Açor	Salão de festas	16:00 – 17:15
	O	Maranhão	Junta de freguesia	10:00 – 11:00
		Alcorrego	Junta de freguesia	11:15 – 12:30
		Aldeia Velha	Junta de freguesia	14:30 – 15:45
		Galveias	Largo da farmácia	16:00 – 17:15
	P	Figueira e Barros	Junta de freguesia	10:00 – 11:15
		Benavila	Junta de freguesia	11:45 – 13:00
		Valongo	Junta de freguesia	15:00 – 16:30

Capitulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

Quadro XIV
Itinerário do veículo A (Semana IV)

Semana	Data (dia)	Freguesia	Local	Horário (horas)
IV	Q	Sousel	Salão Fescaça	10:00 – 11:15
		Cano	Junta de freguesia	11:30 – 13:00
		Casa Branca	Junta de freguesia	14:30 – 15:30
		Seda	Junta de freguesia	15:45 – 17:00
	R	St.º Amaro	Junta de freguesia	10:00 – 11:00
		S. Saturnino	Junta de freguesia	11:30 – 13:00
		Fronteira	Câmara Municipal	15:00 – 17:00
	S	Comenda	Junta de freguesia	9:30 – 10:45
		Tolosa	Largo da Igreja	11:15 – 12:30
		Gáfete	Junta de freguesia	14:30 – 16:00
		Monte da Pedra	Junta de freguesia	16:15 – 17:15
	T	Alpalhão	Jardim	9:30 – 10:30
		Vale de Peso	Junta de freguesia	11:00 – 13:00
		Flor da Rosa	Junta de freguesia	14:30 – 16:30
	U	Longomel	Largo da Igreja	9:30 – 10:45
		Cabeço de Vide	Largo da igreja	11:15 – 12:30
Vaiamonte		Jardim	14:30 – 16:30	

Veículo B

Partida: Portalegre

Chegada: Portalegre

Quadro XV
Itinerário do veículo B (Semana I)

Semana	Data (dia)	Freguesia	Local	Horário (horas)
I	A	Alagoa	Junta de freguesia	9:30 – 10:45
		Fortios	Junta de freguesia	11:00 – 12:15
		Ribeira de Nisa	Junta de freguesia	13:45 – 15:00
		Reguengo	Junta de freguesia	15:30 – 17:00
	B	S. Simão	Junta de freguesia	10:00 – 11:00
		Montalvão	Junta de freguesia	11:30 – 12:30
		Na. Sra. Graça, Póvoa e meadas	Capelinha	14:30 – 16:00
	C	Carreiras	Junta de freguesia	9:30 – 11:00
		Beirã	Junta de freguesia	11:30 – 13:00
		Sto. António das Areias	Junta de freguesia	14:30 – 16:00
	D	Marvão	Entrada	9:45 – 11:15
		S. Salvador	Junta de freguesia	11:30 – 13:00
		S. Julião	Junta de freguesia	14:30 – 16:00
	E	Assumar	Junta de freguesia	9:45 – 11:00
		Urra	Junta de freguesia	11:15 – 12:30
		Alegrete	Junta de freguesia	14:30 – 16:00

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

Quadro XVI
Itinerário do veículo B (Semana II)

Semana	Data (dia)	Freguesia	Local	Horário (horas)
II	F	Mosteiros	Junta de freguesia	9:45 – 11:00
		Arronches	Junta de freguesia	11:30 – 13:00
		Esperança	Junta de freguesia	15:00 – 16:30
	G	Sta. Eulália	Junta de freguesia	10:00 – 11:00
		Barbacena	Posto da GNR	11:15 – 12:30
		Vila Fernando	Junta de freguesia	14:00 – 15:15
		Sto. Aleixo	Junta de freguesia	15:30 – 16:45
	H	Terrugem	Junta de freguesia	10:30 – 12:00
		Vila Boim	Casa do povo	13:30 – 15:00
		S. Brás e S. Lourenço	Junta de freguesia	15:15 – 16:30
	I	S. Vicente e Ventosa	Junta de freguesia	10:00 – 11:30
		Caia e S. Pedro	Junta de freguesia	13:30 – 15:00
		Na. Sra. dos Degolados	Junta de freguesia	15:45 – 17:00
	J	Amieira do Tejo	Junta de freguesia	10:00 – 11:30
		Arez	Largo da Igreja	11:30 – 12:45
		S. Matias	Junta de freguesia	14:30 – 15:45
Santana		Junta de freguesia	16:00 – 17:00	

Quadro XVII
Itinerário do veículo B (Semana III)

Semana	Data (dia)	Freguesia	Local	Horário (horas)
III	L	Reguengo	Junta de freguesia	9:30 – 11:00
		Ribeira de Nisa	Junta de freguesia	11:30 – 13:00
		Fortios	Junta de freguesia	14:30 – 15:45
		Alagoa	Junta de freguesia	16:00 – 17:00
	M	Na. Sra. Graça, Póvoa e Meadas	Capelinha	10:00 – 11:30
		Montalvão	Junta de freguesia	14:00 – 15:15
		S. Simão	Junta de freguesia	15:30 – 17:00
	N	Sto. António das Areias	Junta de freguesia	10:00 – 11:00
		Beirã	Junta de freguesia	11:30 – 13:00
		Carreiras	Junta de freguesia	14:30 – 16:30
	O	S. Julião	Junta de freguesia	10:00 – 11:15
		S. salvador	Junta de freguesia	11:45 – 13:00
		Marvão	Entrada	15:00 – 17:00
	P	Alegrete	Junta de freguesia	9:30 – 10:45
		Urra	Junta de freguesia	11:00 – 12:30
		Assumar	Junta de freguesia	14:30 – 16:30

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

Quadro XVIII
Itinerário do veículo B (Semana IV)

Semana	Data (dia)	Freguesia	Local	Horário (horas)
IV	Q	Esperança	Junta de freguesia	10:00 – 11:00
		Arronches	Junta de freguesia	12:00 – 13:00
		Mosteiros	Junta de freguesia	14:45 – 16:00
	R	Sto. Aleixo	Junta de freguesia	10:00 – 11:00
		Vila Fernando	Junta de freguesia	11:15 – 12:30
		Barbacena	Posto da GNR	14:30 – 15:30
		Sta. Eulália	Junta de freguesia	16:00 – 17:00
	S	S. Brás e S. Lourenço	Junta de freguesia	9:30 – 10:45
		Vila Boim	Casa do povo	11:00 – 12:30
		Terrugem	Junta de freguesia	14:30 – 16:30
	T	Na. Sra. dos Degolados	Junta de freguesia	10:00 – 11:00
		Caia e S. Pedro	Junta de freguesia	11:30 – 12:45
		S. Vicente e Ventosa	Junta de freguesia	14:30 – 16:30
	U	Santana	Junta de freguesia	10:00 – 11:00
		S. Matias	Junta de freguesia	11:30 – 12:30
		Arez	Largo da Igreja	14:30 – 15:30
Amieira do Tejo		Junta de freguesia	15:45 – 17:00	

7.2 Público-alvo

As características particulares da biblioteca itinerante permitem oferecer uma panóplia de serviços a todos aqueles que pelos mais variados motivos não têm acesso à informação. A dificuldade de acesso à leitura é um problema básico para a formulação e implantação de uma política cultural. Os livros de elevados preços, a existência de bibliotecas fixas apenas em algumas sedes de concelho por distrito são um obstáculo ao acesso ao direito de ler pela população. Com vista a ultrapassar esta barreira estará ao dispor materiais diversos e em diversos formatos a todos os adultos que deles queiram usufruir. A baixa escolaridades do público adulto pode ser um problema mas facilmente contornado se a biblioteca itinerante oferecer um conjunto de leituras de natureza prática (por exemplo livros sobre educação dos filhos, auto-ajuda, mecânica, culinária, ...).

É clara a intenção da biblioteca itinerante em satisfazer as necessidades informacionais e culturais a toda a população, mas existem dois grupos sociais privilegiados aos quais a biblioteca prestará um maior apoio: as crianças e os idosos. É frequente em localidades menores existir escolas do primeiro ciclo com um número considerável de alunos que não dispõem de muitos materiais

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

nas escolas. A biblioteca poderá disponibilizar a estes importantes fontes de informação que por um lado irão colmatar o vazio cultural deixado na escola e por outro irão abrir novas possibilidades de pesquisa e conhecimento. Além de livros de conhecimento e outros materiais informativos e educativos coloca-se ao dispor das crianças outros meios de estimular a criatividade e ocupar os tempos livres, como jogos, filmes, músicas, e outros. Crianças informadas e motivadas serão mais empenhadas nas actividades escolares e mais aptas para as novas aprendizagens.

Dever-se-á então estabelecer uma estreita relação entre escola e biblioteca, para que esta seja um prolongamento natural da escola e mais uma alternativa para todos aqueles que estão a construir a sua identidade e a formar-se como cidadãos activos e participativos numa sociedade em constante mutação.

Relativamente aos idosos considera-se que a biblioteca prestará um importante serviço de apoio a lares de terceira idade, bem como centros de dia ou a todos aqueles que se encontrem em idade de reforma e cujo tempo livre existe em abundância. Numa sociedade bastante envelhecida é necessário criar estruturas de apoio aos idosos que lhes permitam não só ajudar a colmatar as horas livres, mas que lhes possibilitem desenvolver outras actividades contribuindo para o progresso geral e para o desenvolvimento cultural em particular.

Além destes grupos privilegiados a biblioteca itinerante poderá disponibilizar materiais a um outro grupo social, carente de informação – os ciganos. Os grupos socioculturais ciganos têm sido secularmente afastados da escola quer seja através do elevado absentismo que apresentam, quer seja através da diminuição drástica da frequência escolar na transição entre ciclos. Os jovens ciganos abandonam prematuramente a escola, uma vez que o seu ritmo de vida é pautado pelo ritmo de vida dos adultos – ritmo das feiras, das festas, dos horários das refeições, das horas de dormir, processando-se de maneira diferente do que é exigido pela escola. Por outro lado as movimentações constantes dentro de um determinado território, não permitem a sua regularidade na escola. Por tudo isto uma biblioteca que possa acompanhar esta constante mudança irá oferecer recursos a estes jovens. O seu baixo grau de literacia poderá ser melhorado pela oferta sobretudo

audiovisual da biblioteca. Os novos materiais tecnológicos suscitam por parte das crianças interesse. Poder oferecer materiais informativos e recreativos será provavelmente um factor de evolução deste grupo.

8. Prestação de serviços

8.1. Secção de adultos

A biblioteca tem como objectivos de base providenciar os recursos necessários e os serviços para a satisfação das necessidades dos indivíduos nas áreas da informação, educação e desenvolvimento pessoal. A biblioteca itinerante é uma biblioteca pública móvel, por este motivo oferecerá, na medida do possível os mesmos serviços que prestam as bibliotecas públicas estatais. O acesso aos serviços é livre e gratuito. As pessoas tem ao longo das suas vidas necessidades de informação, já que numa sociedade cada vez mais complexa as pessoas necessitam adquirir novas competências, pois o cidadão só pode decidir conscientemente se tiver ao seu dispor informação. Por este motivo uma boa parte da biblioteca é ocupada com materiais de carácter diverso destinado a adultos. Na secção de adultos vários são os serviços prestados, entre os quais se destaca:

- Empréstimos

Esta secção está em grande parte ocupada por estantes de acesso livre, contendo documentação destinada ao empréstimo. Todo o serviço deve proporcionar aos utilizadores informação bibliográfica que existirá não só em livro e outros materiais que transporta, como também sistemas de informação. Os serviços deverão estar adequadamente suportados por equipamento que permita a consulta e pesquisa de informação em diversos suportes. Esta documentação destinada ao empréstimo encontra-se distribuída pelas várias categorias da CDU, mas com predomínio da literatura.

A biblioteca deve estar dotada de todos os recursos necessários, facilitando a disponibilização de informação tanto de âmbito provincial como

regional, nacional ou internacional. A biblioteca tem também uma particular responsabilidade na recolha de informação local. Funciona como uma memória do passado, recolhendo, conservando e oferecendo fundos relativos à história da comunidade. Este fundo local tem um âmbito relativamente abrangente, na medida em que o veículo percorre um grande número de povoações do distrito. Só desta forma se poderá garantir uma “memória” efectiva.

Cada adulto é uma entidade distinta que possui um conjunto de interesses e necessidades de informação específicas por isso a biblioteca deverá disponibilizar recursos nas áreas:

- a) Aprendizagem ao longo da vida – o primeiro contacto com os livros é feito na escola, desempenhando esta um papel determinante na sua promoção. No entanto a formação de cada indivíduo não se restringe ao ensino formal e é neste âmbito que a biblioteca itinerante tem um papel crucial, pois nem todos têm o mesmo acesso à informação e documentação e uma das missões da biblioteca é diminuir o fosso cultural entre os info-ricos e os info-pobres. Por outro lado as exigências colocadas pelos adultos aos serviços de informação variam consoante o nível de escolaridade, o emprego e a vida pessoal.
- b) Actividades de tempos livres – o espaço ocupado por cada ser humano compreende o seu desenvolvimento intelectual, pessoal e de lazer. Este último pode ser ocupado de diversas formas indo sempre ao encontro dos seus interesses. A leitura silenciosa pressupõe que a biblioteca disponibilize uma infinita variedade literária que se possa adequar também ao nível etário e sociocultural. A leitura é sem dúvida uma das principais actividades que ocupa os adultos aquando dos tempos livres. Um bom livro é um instrumento de lazer, que faz a imaginação “voar”, descontraindo, emocionando e modificando até personalidades.
- c) Serviço de informação – a oferta de informação é a principal função da biblioteca. Esta deve ser feita em formato de livro ou através dos meios mais modernos, recorrendo às tecnologias de informação.
- d) Serviço a grupos comunitários – cada região possui diversas organizações que incluem os serviços de administração central e

local, a comunidade de negócios e organizações voluntárias. É também função da biblioteca disponibilizar serviços que satisfaçam as necessidades informacionais destes órgãos, apoiando e valorizando o papel da biblioteca, criando uma maior cumplicidade entre as partes. (Directrizes da IFLA/UNESCO, 2001)

Na zona de empréstimos a distribuição do mobiliário e o espaço de circulação deverão ter em conta a necessidade de conciliar a consulta local e a movimentação provocada pela utilização intensiva: procura de documentos para utilização imediata fora da biblioteca. Exigindo mais concentração será desejável que o pavimento desta zona, distinguindo-se dos restantes seja acusticamente absorvente. Estas áreas também deverão possuir uma boa iluminação. O equipamento informático deverá localizar-se de modo a articular as actividades de consulta e produção. A organização deste espaço deve permitir o desenvolvimento de diferentes modalidades de apoio à utilização autónoma do equipamento.

- Periódicos

Compete à biblioteca itinerante disponibilizar um conjunto de recursos periódicos (jornais e revistas) actualizados e diversificados para dar resposta aos diferentes leitores.

Muitos utilizadores dirigem-se à biblioteca apenas para a consulta de periódicos, acedendo à informação noticiosa de forma prática e gratuita. A biblioteca disponibiliza portanto:

- 1 Jornal de desporto;
- 2 Jornais diários de notícias;
- 1 Revista informativa semanal;
- 1 Revista jovem mensal.

A zona para leitura informal de revistas, jornais e álbuns deverá estar concebida de forma atractiva e relaxante, numa zona mais descontraída, de acordo com as características do veículo. Localizada próximo da entrada, esta zona poderá funcionar como um convite à utilização da biblioteca.

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

- Serviço de referência

O conceito de referência pode ser descrito como o processo de identificar as necessidades de informação de um utilizador, facultar-lhe o acesso aos recursos e fornecer-lhe o apoio apropriado para a satisfação das suas necessidades. Se uma das funções da biblioteca é informar, o principal objectivo do serviço de referência é conseguir que todas as informações requeridas sejam satisfeitas. Cada grupo de utilizadores tem as suas necessidades informativas específicas, o que implica uma colecção distinta e serviços bibliotecários diferentes. Por este motivo o serviço de referência varia segundo as características específicas do utilizador, estando a biblioteca obrigada a adequar a sua colecção e os serviços informativos a partir da sua tipologia. Segundo Chartier (1992) o serviço de referência está dividido em três blocos.

Quadro XIX
Serviço de referência

Tipo de serviço	Descrição	Exemplos
Informação	Resolução de perguntas do utilizador	Perguntas de resposta rápida; consultas bibliográficas; obtenção de documentos
Formação	Oferece ao utilizador informação sobre a própria biblioteca e a colecção	Formação de utilizadores
Orientação	Ajuda a escolher documentos	Actividades levadas a cabo pela biblioteca para recomendar ou dar a conhecer documentos

Fonte: adaptado de Veja, 2000

A oferta de informação de um serviço itinerante é feita de modos diversos, que incluem informação concreta com respostas precisas, curtas, retiradas de livros de consulta rápida ou da Internet; informação mais minuciosa sempre tendo em conta o escasso tempo de que se dispõe; serviço de informação profundo, devido a necessidades determinadas pelas características das comunidades. O serviço bibliotecário móvel deve facilitar a informação mais completa possível sobre os temas referentes às localidades e

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

zonas que prestam serviços, sendo conveniente estabelecer-se contactos com as instituições, organismos, serviços e associações.

Na biblioteca itinerante a recepção das questões de referência é feita de três formas distintas: telefone, e-mail e questões presenciais.

8.2. Secção infantil

A biblioteca pública deve procurar satisfazer as necessidades de todos os grupos etários e socioculturais mas tem uma especial preocupação com as crianças e adolescentes. É durante a infância que a imaginação é estimulada e que ocorre o desenvolvimento das capacidades cognitivas e se estimula o gosto pela leitura. São os jovens os principais utilizadores das bibliotecas itinerantes, pois são eles que possuem uma grande necessidade de informação, já que a escola estimula-os nessa procura. Os próprios papéis das escolas têm mudado ao longo dos tempos, devendo as próprias escolas trabalhar em parceria com a biblioteca, mostrando às crianças os meios para terem acesso ao que precisam em termos formacionais.

- Empréstimos

A altura das estantes onde se localiza as obras dedicadas às crianças deverá estar adequada, para que o acesso às mesmas seja facilitado. Incluirá ainda animações destinadas a este grupo especial com o intuito de cativar atenções e motivar pela descoberta.

- Consulta local

Dadas as reduzidas dimensões da biblioteca a consulta de obras é feita em locais apropriados para o efeito, dispondo a biblioteca de duas pequenas mesas.



- Animação

O espaço infantil deverá estar decorado com animações que possam estimular a imaginação e criatividade dos jovens. Sempre que possível a biblioteca desenvolverá algumas actividades lúdicas com os jovens como a “hora do conto”, teatros infantis e de fantoches e exposições de trabalhos.

É evidente que o bibliocarro nunca poderá ser um espaço por excelência para a consulta de documentos, nem o local para a consulta demorada de periódicos e revistas e muito menos um lugar de estudo, funções estas que podem ser desempenhadas por outras bibliotecas. No entanto estudos demonstram que estes tipos de biblioteca são realmente eficazes sob o ponto de vista dos empréstimos.

8.3. Serviços especiais

- Empréstimo inter bibliotecas

Todos os serviços bibliotecários devem proporcionar e receber empréstimos inter bibliotecários. Este serviço é um excelente complemento à própria colecção e permite aceder a títulos que se precise e que dificilmente se poderia disponibilizar em tempo adequado aos utilizadores.

- Empréstimo colectivo

Consiste no empréstimo de conjuntos de livros e outros materiais a associações, centros escolares, hospitais, empresas e outras instituições tais como lares. A quantidade de materiais emprestados varia consoante as necessidades e a própria disponibilidade da biblioteca. A selecção dos documentos poderá ser feita em conjunto com a instituição que os requisita e a biblioteca.

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

- Serviço a minorias

A biblioteca itinerante é um excelente meio para aceder à informação e à leitura às minorias étnicas e linguísticas, contribuindo para minimizar a exclusão social a que estes grupos são sujeitos.

- Serviço de apoio a centros educativos

A biblioteca itinerante é uma excelente solução para promover a leitura desde a mais tenra idade, daí que deverá disponibilizar documentação pertinente para os centros escolares, principalmente escolas do primeiro ciclo do ensino básico. Para a planificação deste serviço há que contar com os responsáveis deste centro (directores e professores) com a finalidade de estabelecer as condições de colaboração e assegurar a melhor coordenação dos recursos. São também de extrema utilidade as actividades de narração de contos, teatros infantis e outros.

8.4. Serviços internos

De um modo geral qualquer biblioteca dispõe de duas secções distintas: uma na qual os utilizadores são o centro do processo e outra que diz respeito às actividades do bibliotecário – trabalho interno ou serviços internos.

O trabalho interno prevê, acompanha e segue a oferta ao público: é este trabalho que prepara a colocação de novos documentos nas estantes, organiza o acesso dos leitores à informação, concebe e realiza as actividades de animação, faz os inquéritos e os balanços que irão orientar o futuro desenvolvimento da biblioteca (Gascuel, 1987).

No caso da biblioteca itinerante os bibliotecários têm um espaço limitado para o desenvolverem as suas actividades, que compreende o apoio aos utilizadores; o processamento de requisições; a disposição das várias obras na biblioteca, no entanto a biblioteca deverá oferecer as condições adequadas à

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

realização das actividades, sendo também um espaço confortável e onde trabalhar possa ser um prazer.

A biblioteca pública é o local por excelência para a prestação de serviços e estes podem ser o serviço público, serviços internos, o serviço comum e a formação.

Quadro XX
Tarefas do pessoal das bibliotecas

TIPO DE SERVIÇO	DESCRIÇÃO DAS TAREFAS
PÚBLICO	<ul style="list-style-type: none">▪ Recepção dos leitores e inscrições;▪ Orientação, informações e conselhos;▪ Empréstimo e devolução de documentos;▪ Informação e animação;▪ Arrumação da colecção após a sua utilização;▪ Verificação da limpeza dos documentos emprestados.
INTERNO	<ul style="list-style-type: none">▪ Tratamento material dos documentos, preparação das obras;▪ Elaboração de listas bibliográficas;▪ Manutenção da colecção;▪ Controlo de actividades: aviso de devoluções.
GERAL	<ul style="list-style-type: none">▪ Centralização e difusão da informação;▪ Gestão do pessoal;▪ Manutenção das instalações.
FORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">▪ Leitura pessoal;▪ Formação continua.

Fonte: adaptado de Gascuel, 1987

Para que os serviços sejam prestados com a devida eficiência é necessário que o trabalho seja distribuído de forma adequada, estabelecendo-se então um plano de trabalho. É necessário definir quem faz o quê, onde e durante quanto tempo, de que forma estão as tarefas divididas e como se processa a colaboração entre os grupos de trabalho, quais os objectivos e finalidades a alcançar pela biblioteca.

- Recepção de leitores

No veículo móvel a recepção dos novos leitores é feita numa secção vocacionada para esse fim, com o intuito de que a operação decorra com a máxima serenidade. Os novos utilizadores devem sentar-se confortavelmente numa cadeira e dispor de uma mesa onde possam preencher a ficha de inscrição. Nesta fase compete ao bibliotecário fazer uma explicação detalhada do funcionamento da biblioteca, dos catálogos, da disposição dos documentos, sendo ainda entregue o guia do utilizador.

- Recepção e manutenção de documentos

Próximo da zona onde se procede à inscrição dos novos utilizadores existe um balcão destinado ao registo dos documentos que os leitores podem emprestados. Os leitores após terem escolhido os vários documentos na biblioteca passam pelo balcão e apresentam os mesmos. Neste balcão procede-se também à recepção dos documentos devolvidos e à verificação do estado dos mesmos.

Após a recepção dos vários documentos há que proceder à reposição nas estantes, que deverá ser o mais breve possível.

9. Requisitos básicos

9.1. Desenvolvimento da colecção

A biblioteca por ser o órgão por excelência para a oferta de serviços informacionais terá de disponibilizar um leque variado dos mesmos, em diversos formatos. Para tal é necessário a existência de uma política de gestão de colecção, escrita e aprovada pelo órgão que tutela os serviços da biblioteca. Esta política inclui a selecção, aquisição, processamento, armazenamento, desbaste, retenção e preservação.

Ao longo do tempo as colecções mudam, em função das necessidades específicas de cada época. O quadro XXI mostra as diferenças entre a colecção da Fundação Calouste Gulbenkian nos anos de 1960 e 1988.

Capitulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

Quadro XXI
Colecção da FCG entre 1960 e 1988

N.º	Nome da Classe	N.º de títulos (1960)	Percentagem 1960	N.º de títulos (1988)	Percentagem 1988
0	Generalidades	22	1,31	69	3,65
1	Filosofia	55	3,29	72	3,81
2	Religião	12	0,72	18	0,95
3	Ciências sociais	30	1,79	193	10,21
5	Ciências puras	63	3,76	43	2,27
6	Ciências aplicadas	216	12,9	161	8,51
7	Belas-artes; desporto	62	3,7	100	5,23
8	Literatura	1066	63,7	863	45,64
9	Biografias; geografia; história	148	8,83	165	8,73
	Manuais escolares	-	-	137	7,24
	Outros	-	-	-	3,76

Fonte: Melo, 2004

Pela análise do quadro verifica-se que a literatura ocupava a maior parte do fundo documental e os assuntos de cariz mais técnico estavam restritos a uma pequena percentagem.

Em 1988 mantinha-se a prevalência da literatura, embora com menor peso, subindo o número de exemplares respeitante às ciências sociais. É neste cenário que a selecção da colecção da biblioteca itinerante é feita. A maior parte das obras diz respeito à literatura, ocupando por volta dos 50%. O restante é distribuído pelas diversas categorias da CDU. Actualmente as colecções são compostas por materiais cujos formatos são o mais diversificado possível, daí a existência de significativas diferenças.

A política de formação da colecção da biblioteca itinerante não deve ser estabelecida de forma isolada, mas sim de acordo com os objectivos da rede do sistema bibliotecário no qual está integrado, devendo considerar-se o número e distribuição de habitantes, a periodicidade das paragens e a situação da biblioteca no apoio ao desenvolvimento cultural da região. Em qualquer política procura-se a diversidade e qualidade dos fundos bem como a flexibilidade para a adaptação às necessidades e circunstâncias. Qualquer documento é susceptível de ser incorporado no fundo desde que tenha valor cultural, informacional formativo ou recreativo.

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

A cultura da comunidade que é servida pela biblioteca deve ser reflectida nas obras existentes. Na biblioteca itinerante estão representadas as seguintes categorias de materiais:

- ✓ Obras de ficção e não ficção para adultos, jovens e crianças;
- ✓ Obras de referência;
- ✓ Publicações periódicas;
- ✓ Jornais locais, regionais e nacionais;
- ✓ Informação comunitária;
- ✓ Informação governamental;
- ✓ Informação sobre negócios;
- ✓ Recursos da história local;
- ✓ Recursos na língua principal da comunidade;
- ✓ Pautas musicais;
- ✓ Jogos de computador;
- ✓ Materiais de estudo.

Os formatos dos materiais são também os mais diversificados possíveis:

- ✓ Livros encadernados e brochuras;
- ✓ Panfletos e publicações;
- ✓ Informação digital (Internet);
- ✓ Videocassetes;
- ✓ Livros electrónicos
- ✓ CDs de música
- ✓ Discos versáteis (DVDs)

A selecção do fundo documental é uma peça fundamental para a aceitação da biblioteca pela comunidade local. Um fundo pequeno, mas de alta qualidade terá uma maior utilização do que um fundo grande de baixa qualidade.

A biblioteca itinerante possuirá uma colecção o mais diversificada possível, no entanto com uma colecção infantil e juvenil abundante e actualizada. A colecção é composta por todos os tipos de suporte, mas não nas mesmas proporções.

Capitulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

Quadro XXII
Distribuição de recursos por formato

LIVROS	PERIÓDICOS	AUDIOVISUAL	OUTROS
4000	30	500	150

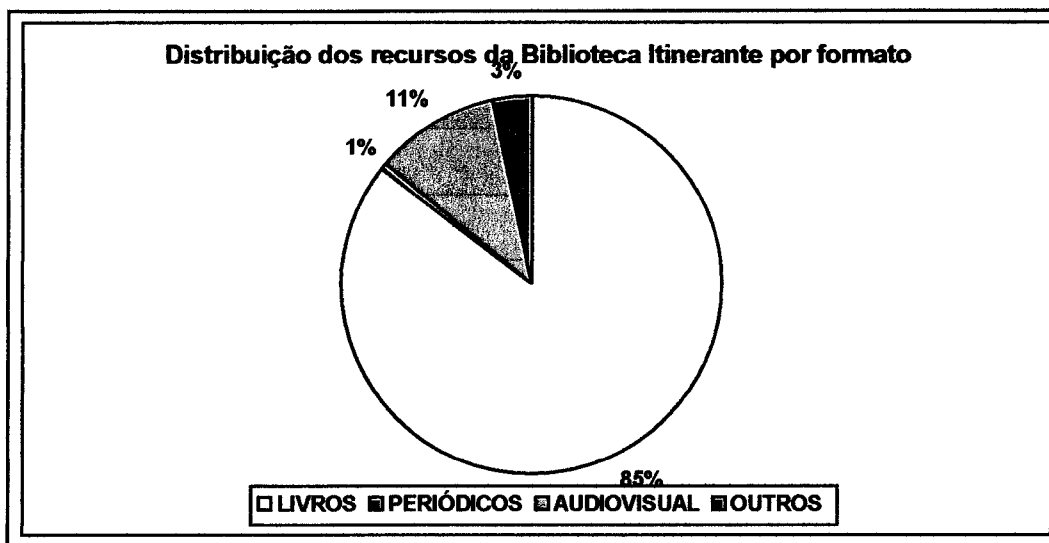


Gráfico 5 – Distribuição dos recursos da biblioteca itinerante por formato

Os recursos disponibilizados pela biblioteca são distribuídos segundo os diferentes níveis etários em obras de ficção ou não ficção. O quadro XXII e o gráfico 6 mostram os valores aproximados dessa distribuição.

Quadro XXIII
Distribuição de recursos por nível etário

Distribuição	Ficção (%)	Não Ficção (%)
Adultos	≅ 40	≅ 60
Crianças	≅ 60	≅ 40

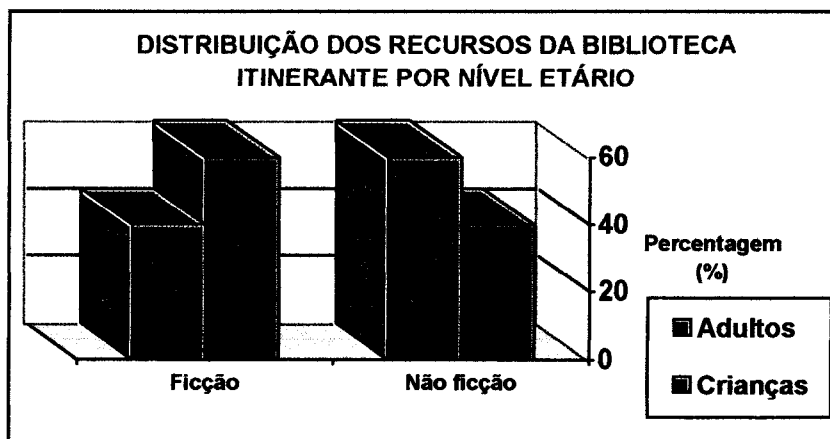


Gráfico 6 – Distribuição dos recursos por nível etário

9.2. Os veículos

O transporte dos livros e outros materiais é feito através de veículos especializados, muitos deles adaptados à finalidade para a qual são utilizados. As características locais, as redes de comunicação e os serviços que se pretende oferecer são elementos que condicionam as características técnicas dos veículos.

Não existe um modelo padronizado de carrinha, variando este consoante o país. Existem no entanto, algumas características em comum, nomeadamente o facto de terem de ser robustos e bastante resistentes para que possam transportar um número relativamente elevado de materiais. Este peso pode variar e inclui livros, equipamento informático e mobiliário. Por outro lado esta resistência dos veículos irá permitir a possibilidade de chegada até localidades situadas em regiões mais elevadas e portanto com percursos dificultados pelas subidas.

Os veículos que transportam os materiais deverão possuir aproximadamente 10 m de comprimento por 2,5 m de largura, o equivalente portanto a um autocarro de passageiros. A altura interior do veículo não pode ser inferior a 2 m. As marcas que actualmente disponibilizam veículos para este fim são a Volvo, Iveco, MAN, Nissan e Renault.

O modelo seleccionado de entre a variedade existente está representado na figura 4, o seu interior, modificado. A escolha deste modelo foi efectuado após um exaustivo trabalho de selecção com vista à determinação daquele que pudesse oferecer uma melhor qualidade do serviço, atendendo-se a algumas características importantes, como sendo o motor, com potência suficiente para o transporte de todo o peso, a facilidade de manutenção e a facilidade de manobragem.

O veículo escolhido é um autocarro de passageiros com 11,5 m de comprimento e 2,5 m de altura, com motor na parte traseira, o que permite uma maior facilidade de acesso aquando dos trabalhos de manutenção e reparação de avarias. Vem equipado com um motor de 260 cv de potência, ABS e ASR

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

(para uma maior segurança em más condições climatológicas). Incorpora uma suspensão pneumática nas quatro rodas, reguláveis em altura electronicamente o que possibilita uma muito maior estabilidade ao veículo no transporte da sua carga. O interior do veículo encontra-se preenchido por estantes, onde são colocadas as obras para empréstimo e consulta. A superfície útil deste veículo incorpora a possibilidade de uma extensão lateral, o que permite aumentar em um terço a superfície interior aos utilizadores. Proporciona também a possibilidade de aumentar os fundos documentais, distribuindo-se o espaço de forma muito inovadora e adequada para a prestação do serviço. O peso máximo autorizado é de 17500 Kg. Este veículo móvel possui algumas características técnicas das quais se salienta:

- Uma entrada lateral com portas de abertura automática, que permitam a manutenção da temperatura interior constante. A entrada deve ser em rampa de modo a permitir a entrada de todos, incluindo os que possuem deficiências motoras. Deve também existir um corrimão de apoio.
- Estantes reguláveis e ligeiramente inclinadas para que os livros não saiam do seu lugar aquando da viagem.
- Iluminação artificial para todo o espaço interior e para as estantes.
- Ar condicionado para a manutenção da uma temperatura interior confortável durante todo o ano.
- Isolamento térmico e acústico do veículo.
- Zona de atendimento ao público com duas cadeiras e uma pequena mesa.
- Pavimento anti-deslizante.
- Cabine do condutor com acesso directo à zona do público.
- Sistema de alimentação totalmente independente do motor do veículo. As alternativas mais comuns são os geradores. Estes tendem a ser ruidosos e produzindo calor e vibração por este motivo dever-se-á escolher um gerador com insonorização.
- Conexão telefónica para comunicação de modo a existir acesso à biblioteca central e a possibilitar o acesso à Internet pelos utilizadores.

Além das características padronizadas para estes veículos uma outra deve ser tomada em consideração, quando o objectivo é tornar-se atractivo – a

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

decoreção. O interior do veículo deve possuir um conjunto apelativo, principalmente na secção infantil. Apesar destes veículos estarem direccionados ao usufruto de toda a população, são sem dúvida as crianças e os jovens os mais frequentadores deste tipo de bibliotecas. O interior deverá ser pensado tendo em conta a possibilidade de máxima capacidade de transporte de documentos e a procura de iluminação natural sem entrada de calor.

Tal como o interior também o exterior do carro deverá estar convenientemente decorado. Um logótipo e uma pintura bastante colorida, não deixarão nenhum cidadão indiferente à sua presença. O veículo estará ainda apetrechado com um altifalante e música anunciando a sua chegada. Reunidos todos estes factores, poder-se-á obter não só um carro de transporte de livros, mas sobretudo um espaço cultural ambulante, sensibilizador das mentalidades mais despercebidas e inovador, não no objectivo mas na apresentação.

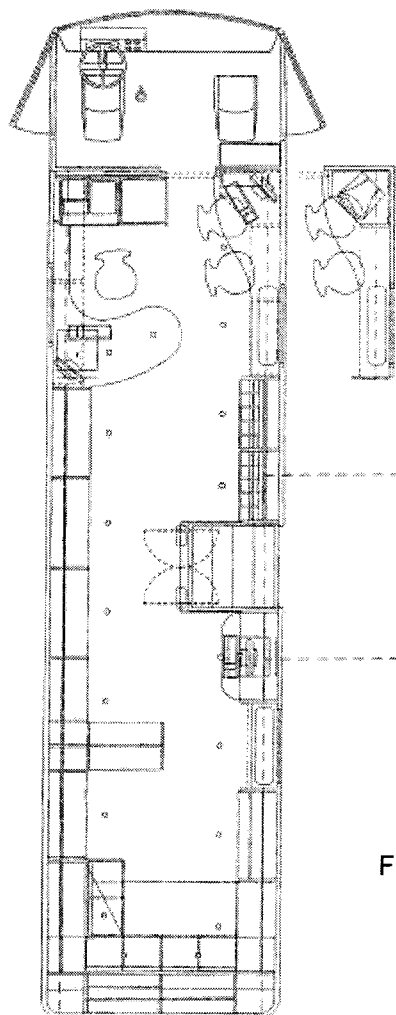


Figura 5 – Interior do veículo modificado

9.3. Mobiliário

As características gerais do mobiliário neste espaço devem ser distintas das demais bibliotecas.

Logo à entrada o veículo deverá dispor de um suporte para chapéus-de-chuva.

O veículo deverá possuir um conjunto de estantes com características próprias, para o fim a que se destinam. As estantes para livros e outros materiais são uma peça essencial a qualquer biblioteca, são elas que conferem a harmonia e organização do espaço. Para a colocação/exposição de livros só são adequadas as estantes abertas (sem portas), que permitem livre acesso à documentação, cuja grossura não seja superior a 2 cm. As prateleiras devem ser amovíveis para se adaptarem aos diferentes tamanhos da documentação e equipadas com cerra-livros. As prateleiras devem ter uma coloração clara de modo a acentuar-se a sensação de amplitude e luminosidade. É necessário incluir em cada estante suporte para sinalização do seu conteúdo: placas de sinalização frontal e visor de prateleiras. Entre as principais características salienta-se:

- Estabilidade e resistência para que possam suportar o peso dos livros sem flectirem e cuja pintura resista às agressões resultantes da manipulação da documentação.
- Assegurar a arrumação correcta das obras e portanto permitir possibilidades de ajustamento em altura, adaptando-se aos vários formatos.
- Preservar as obras não apresentando saliências, ângulo vivos, descontinuidades.
- As prateleiras devem possuir cerra-livros.
- Facilitar o acesso a documentos.
- Possuir uma ligeira inclinação (20º) de modo que as obras não saiam do respectivo lugar aquando das viagens para as várias freguesias.

Além das prateleiras adaptadas aos livros, faz também parte do mobiliário as prateleiras adaptadas aos CDs e DVDs, bem como aos filmes. As

estantes para CDs devem ter uma grande capacidade e as dimensões 0,80m x 0,36m ou 1,14m x 0,36m em metal. As estantes para VHS são comparativamente às anteriores maiores, levando menos VHS.

Este tipo de mobiliário tem como características principais o facto de permitir a protecção dos meios audiovisuais garantindo a sua segurança e o conforto dos utilizadores. Em apoio a esta secção a biblioteca disponibilizará ainda uma TV com leitor de VHS e DVD incorporada e uma coluna com leitor de CDs e auscultadores, para que desta forma os utilizadores disponham de possibilidade de escolha.

Os periódicos correspondem a outro grupo de materiais difíceis de arrumar, expor e conservar. Têm um formato incómodo e um fabrico medíocre. O expositor é constituído por uma prateleira metálica com 60° de inclinação onde se colocam os últimos números dos periódicos. Os números mais antigos são colocados em prateleiras horizontais.

A escolha de mesas e cadeiras a utilizar deve ser feita de acordo com as zonas funcionais, onde se vão integrar. A biblioteca deverá dispor de mesas apropriadas para computador, com dois planos de trabalho, uma mesa de apoio ao trabalho do bibliotecário e duas mesas de trabalho para os utilizadores. São ainda necessárias a existência de cadeiras para os utilizadores e para os funcionários. Devem ainda ser considerados recipientes para papéis.

9.4. Tecnologias de informação e comunicação

Desde há muito que o homem tem necessidade de informação para a sua sobrevivência a vários níveis.

A partir da década de setenta o desenvolvimento tecnológico e essencialmente aquele que diz respeito ao meio informático, tem vindo a reconhecer um impacto muito significativo, quer na indústria da publicação, quer no funcionamento das bibliotecas, deixando estas de estar limitadas ao espaço físico tradicional, tendo-se ampliado a um espaço virtual global.

Na verdade a espantosa e constante evolução tecnológica – com características multimédia – a que temos vindo a assistir, com o

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

desenvolvimento de sistemas de informação em que se acentua a partilha de recursos entre comunidades profissionais diversas, levou mesmo ao aparecimento de um novo conceito de biblioteca – biblioteca virtual ou digital.

É neste cenário em que a informação adquiriu importância decisiva como factor de progresso e desenvolvimento, que o avanço informático possibilitou a criação de sofisticadas tecnologias de informação e comunicação.

No contexto da chamada sociedade da informação em que vivemos, o volume de informação disponibilizado em redes, especialmente a Internet representa a democratização do conhecimento. Assim, tendo em vista as exigências colocadas pela sociedade de informação de preparar os cidadãos para novos modos de conhecer dados através do processo de inclusão digital, a biblioteca itinerante pretende ampliar a oferta de fontes de informação, introduzindo também as electrónicas, através do uso de recursos tecnológicos. A Internet exerce sobre a população em geral uma grande atracção sendo um meio importante na troca de informação.

A biblioteca itinerante constitui um meio prático e seguro de levar a informação, o conhecimento e o entretenimento a populações isoladas sob o ponto de vista informacional. Hoje em dia este processo é feito não só pelos meios materiais que disponibiliza, mas sobretudo pelo conhecimento virtual que transporta. Se por um lado é certo que a informação está disponível num clicar do *mousse*, também é certo que o acesso à Internet não está generalizado a toda a população, constituindo as zonas rurais os locais de maior carência, já que também é nestas zonas que os recursos económicos estão diminuídos. A biblioteca itinerante oferece desta forma um leque variado de alternativas na era das bibliotecas digitais, que não “entram” ainda na casa das populações mais rurais. O facto de se disponibilizar recursos electrónicos a populações de cariz fortemente rural significa ampliar as actividades educativas e culturais, satisfazendo as necessidades informacionais dos utilizadores.

A biblioteca itinerante irá, portanto, dispor de equipamento informático composto por:

- Um computador de uso interno: com acesso ao catálogo e à Internet;
- Dois computadores de uso público: com acesso à Internet e ao catálogo via Web;

O *bibliobus* trabalha como qualquer biblioteca, realizando a gestão documental de forma informatizada com consulta “em linha” do catálogo, empréstimo automatizado dos fundos, e maior simplificação nas funções de gestão interna (circuito do documento, estatísticas...), que permite aumentar a disponibilidade do bibliotecário para atenção do público. Na actualidade, não se pode pensar num serviço de informação restrito a si mesmo, a informação não está somente nos recursos impressos, sendo a rede uma fonte de informação imprescindível a qualquer serviço de qualidade, não se podendo alhear das novas tecnologias de informação.

A implementação das TIC num projecto como este vem possibilitar a instituição de um processo de diálogo e partilha de informações a partir da inclusão digital, podendo esta representar novos modos de sociabilidade, possibilitando formas de organização colectiva para que os grupos possam exercer mais plenamente a sua cidadania.

É direito de qualquer cidadão ter acesso à informação necessária para interagir de modo eficiente na sua vida e na da comunidade. À medida que avança uma viragem para a sociedade de informação os indivíduos carenciados em informação tenderão a encontrar dificuldades crescentes em competir numa economia baseada na informação, daí que a biblioteca itinerante seja um factor decisivo para que todos tenham acesso à informação.

9.5. Conforto térmico e ambiental

Neste tópico é importante salientar dois aspectos de carácter diferente. Um diz respeito às condições ambientais para a manutenção e conservação das espécies documentais, o outro refere-se ao conforto dos utilizadores na biblioteca.

A água é um elemento essencial à vida e para que os livros se conservem em boas condições necessitam de um certo grau de humidade, não ultrapassando determinado limite, a partir do qual se começam a desenvolver bolores e outras espécies semelhantes que poderiam causar desastres irremediáveis. Se pelo contrário não existir humidade, a secura poderá conduzir

à destruição do papel e couro, pois tornam-se quebradiços. A percentagem de humidade deverá ser controlada através de um higrómetro. Este mede a uma dada temperatura um grau de saturação do ar pelo vapor de água.

A temperatura no interior da biblioteca deverá ser relativamente constante e mantida por meio de um ar condicionado, para que desta forma as pessoas se sintam confortáveis e possam desfrutar nas devidas condições dos serviços disponibilizados. A temperatura óptima situa-se por volta dos 20°C. Nos períodos em que a biblioteca não está a funcionar, não é necessário a manutenção do ar condicionado em funcionamento, bastando proceder-se de forma gradual à reposição dos valores óptimos de temperatura quando a biblioteca entra em funcionamento.

Num ambiente assim fechado é necessário proceder-se a uma renovação mínima do ar, na ordem dos 10 m³ por hora. Os gases resultantes da expiração necessitam de ser eliminados. É portanto necessário proceder-se a uma ventilação forçada.

O ruído constitui outro factor que pode alterar o conforto dos utilizadores. O silêncio é um excelente aliado da concentração, favorecendo todas as actividades intelectuais ligadas à leitura. De forma a atenuar as vibrações sonoras pode-se actuar em dois sentidos distintos, ou evitando a sua transmissão ou absorvendo-os. Os utilizadores deverão circular em silêncio na biblioteca, falando apenas quando necessário. De forma a isolar os ruídos exteriores as portas fechar-se-ão de forma automática à entrada ou saída de qualquer utilizador.

Numa biblioteca fixa a luz pode também ser considerada um factor relevante no conforto dos utilizadores. Os raios de sol ao incidirem sobre os materiais muito claros podem ser reflectidos causando incomodo aos leitores. No veículo móvel esta situação mostra-se menos importante, já que o espaço não permite a existência de mesas de leitura. O excesso de calor é prejudicial para as pessoas e para os livros e situação semelhante verifica-se com os raios solares. Os raios ultravioletas deterioram o papel, tecido, couro, tinta e

corantes. A estratégia mais apropriada consiste na utilização de vidros fumados no veículo móvel.

Para compensar as reduzidas fontes de intensidade luminosa natural no veículo móvel, complementa-se com uma fonte de energia artificial. Esta não comporta os mesmos perigos e é mais fácil de controlar. No veículo móvel serão utilizados dois tipos de iluminação artificial: uma iluminação própria para chamar a atenção sobre os elementos que se pretende valorizar, isto é, as estantes com livros, CDs e revistas e uma iluminação que permite a leitura de documentos, para que o utilizador possa escolher os que pretende e requisitar sem se esforçar em termos visuais.

9.6. Segurança

A função primordial da biblioteca consiste em promover o gosto pela leitura e a auto-formação permanente, servindo-se para tal das várias espécies documentais. No entanto, é também fonte de preocupação o desejo da conservação e protecção dos livros e outros materiais audiovisuais, gerando-se então uma natural contradição.

Esta contradição não tem fácil resolução, só sendo possível fazê-la se existir uma estreita colaboração entre os diversos participantes e forem respeitadas competências próprias.

O utilizador da biblioteca é o principal agente causador da destruição de espécies documentais devido ao seu manuseamento. Associado a este factor existe ainda a possibilidade de roubo. Várias estratégias podem ser utilizadas numa biblioteca pública desde o acesso à obra em troca do documento de identificação até ao facto de sacos e malas serem guardadas antes dos utilizadores se dirigirem directamente à biblioteca. Estas situações nos veículos móveis são mais difíceis de implementar devido às reduzidas dimensões dos mesmos. Por este motivo os sistemas de vigilância são os mais apropriados. Os vários documentos das bibliotecas serão marcados electronicamente e só aquando da sua requisição se procederá à sua desmarcação. Em caso de roubo desencadear-se-á um alarme sonoro.

Para assegurar uma vigilância mais apertada serão ainda utilizadas câmaras de vídeo. Estas permitem a vigilância das várias secções na medida em que uma pessoa controla sem se deslocar a um sector. Alia uma eficácia real a um poder dissuasor.

Os materiais presentes nos veículos móveis são facilmente inflamáveis e como tal o fogo é um dos grandes perigos a que está sujeito. É necessário assegurar-se que a instalação eléctrica, o aquecimento e a circulação de ar condicionado oferecem todas as garantias de segurança. É proibido o acto de fumar em locais públicos e a biblioteca não é excepção, por este motivo funcionários e utilizadores estão terminantemente proibidos de o fazer. A biblioteca estará dotada de um extintor ou mais para uma eventualidade. Os extintores mais eficazes são os que funcionam através de um sistema de pó ou dióxido de carbono. Estes estarão colocados a aproximadamente 1,5 m de altura para que possa ser retirado por um adulto com facilidade e as crianças não possam brincar.

9.7. Sinalética e divulgação

Apesar de reduzidas dimensões a biblioteca itinerante deve dispor de informações de carácter variado de modo a permitir a melhor orientação dos seus utilizadores.

Estas informações dizem respeito ao modo de funcionamento da biblioteca, localização dos diferentes serviços, ao conteúdo dos fundos documentais, bem como às novidades literárias e fundo local.

Todos os painéis informativos estão fixos à parede ou nas estantes para o caso da classificação das obras literárias. Será ainda distribuída a todos os utilizadores o “guia de leitor” bastante útil na medida que fornece as informações mais diversas e indispensáveis aos utilizadores. Destas informações fazem parte os serviços disponibilizados pela biblioteca, horário de funcionamento, periodicidade das visitas. Quem ler a brochura explora-a em função das suas necessidades.

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

Um serviço que é oferecido de forma pontual (algumas horas por semana e quinzenalmente), necessita de uma correcta informação e difusão para que os utilizadores conheçam claramente os seus serviços e recordem o dia e a hora a que podem aceder a eles, sendo portanto necessárias acções de divulgação do serviço e promoção das actividades.

Dadas as características deste tipo de bibliotecas, existe um conjunto de elementos relevantes nessa difusão, sendo o primeiro o desenho do veículo, já que é a forma como se apresenta. Por outro lado há que sinalizar a zona de paragem. Um desses elementos poderá ser uma espécie de pequeno livro que informa unicamente do dia e horário do serviço em cada freguesia. Um segundo de maior tamanho e impacto visual poderá proporcionar o endereço da página Web, o telefone e outras informações como as férias.

Outras formas de divulgação podem ser calendários e marcadores de livros.

É frequente as bibliotecas itinerantes possuírem cartazes de divulgação e com *slogans* alusivos à actividade desenvolvida.

Ideia também bastante interessante é sugerida pela biblioteca itinerante Espanhola de Barcelona, direccionada para o público infantil que consiste numa reprodução em cartolina de um pequeno autocarro que deve ser construído com tiras de colagem. Um postal de recordação e uma página Web sempre actualizada são outras formas de divulgação. O apoio dos jornais e rádios locais são outras formas de promoção.

Após a adequada divulgação da biblioteca itinerante é necessário os utilizadores manterem-se sempre informados. Todos os esforços em matéria de difusão e promoção do serviço justificam-se, na medida em que aumentam o seu nível de utilização.

10. Condições de manutenção

10.1. Actividades de animação da biblioteca

A criação de hábitos de leitura na população não é tarefa fácil, não bastando oferecer variedade literária para que a deslocação à biblioteca seja

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

com frequência desejável. Por este motivo é necessário desenvolver um conjunto de actividades de carácter diversificado que estimulem, promovam e fomentem a actividade secular negligenciada pela população. A principal dificuldade em cativar adultos até às bibliotecas prende-se sobretudo com o facto de não gostarem de ler. A leitura como já foi referido é vista como uma obrigação e poucos saem de casa na busca de um romance para lerem ao serão ou durante as férias. É inquestionável que os grandes utilizadores das bibliotecas são as crianças e os investigadores. Mas cada vez mais é frequente nas bibliotecas fixas actividades de carácter extraordinário direccionadas para o público adulto. Dado o carácter de permanência temporário das bibliotecas itinerantes, as actividades não são as mesmas e terão de ser adaptadas tendo em conta factores como a população alvo, o número de horas de permanência numa localidade, as condições técnicas e a último nível o estado do tempo, no caso de actividades de exterior (já que a biblioteca alberga um número reduzido de utilizadores).

A animação da biblioteca compreende qualquer actividade orientada a aumentar o número de pessoas que usufruam dos livros. Entre as actividades a desenvolver pela biblioteca consideram-se:

- Celebração de festas tradicionais;
- Leitura de histórias e contos – a biblioteca desenvolverá uma campanha com diferentes espectáculos de narração de contos relacionados com a própria região ou país. Em todas as localidades far-se-á uma sessão para os alunos do primeiro ciclo do ensino básico;
- Leitura de poesia, dança e canções;
- Exposições de fotografia;
- Pequenos concertos de música;
- Cursos de formação de utilizadores principalmente relacionados com o uso das novas tecnologias;
- Cursos relacionados com artes plásticas;
- Ventriloquos;
- Teatro – algumas dramatizações podem ser efectuadas no exterior do veículo, com cenário apropriado e actores amadores.

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

A biblioteca itinerante dispõe-se a desenvolver estas actividades com o intuito de levar a população até si, contudo e dado o curto espaço temporal de permanência em cada localidade esta tarefa só pode ser concluída pela colaboração entre a Biblioteca central e o pólo itinerante, nomeadamente pela distribuição de pessoal. Também é necessário fazer-se uma reformulação do itinerário para a semana em questão, garantindo deste modo que se possam atingir os objectivos propostos pela biblioteca.

10.2. Custo médio de um *bibliocarro*: recursos materiais e humanos

Para a implementação de um serviço bibliotecário itinerante é necessário proceder-se a um investimento inicial e posteriormente a gastos de manutenção.

Constata-se que a implementação de um veículo biblioteca tem vários custos significativos que dizem respeito ao próprio veículo, que tem que ser adaptado à finalidade para o qual é construído; a colecção documental e a informatização, gastos estes que corresponde aos mínimos essenciais para viabilizar o projecto não colocando em causa a sua eficiência.

Os seguintes dados correspondem à média dos gastos numa biblioteca itinerante.

Quadro XXIV

Investimento inicial para colocar em funcionamento uma biblioteca itinerante.

Veículo	240 400 €
Informatização	10 820 €
Total Parcial	251 220 €
Colecção com aproximadamente 4680 livros e audiovisuais	75 700 €
Total	326 920 €²⁸

Fonte: Montserrat, 2002

²⁸ Os dados podem sofrer alteração em função da inflação e da conjuntura económica.

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

No caso desta biblioteca itinerante e dado que ficará sob a dependência da biblioteca municipal de Portalegre os custos limitar-se-iam ao total parcial, já que não seria necessário a aquisição de uma nova colecção, pois a biblioteca fixa poderia disponibilizar o fundo documental inicial e proceder à sua constante renovação.

Para um investimento inicial podem ainda ser necessários mais recursos monetários para adequação e sinalização das paragens e materiais para a difusão do serviço.

Acresce a este valor os gastos que são feitos anualmente para a renovação e incremento do fundo documental, manutenção dos equipamentos informáticos e audiovisuais, as subscrições de periódicos e revistas, a manutenção do veículo, o seguro, o combustível, a limpeza, o aluguer da garagem se não existir local próprio, gastos resultantes de actividades desenvolvidas pela biblioteca e das campanhas de fomento à leitura. Segundo Cristina Montserrat (2002) os custos de manutenção por ano são próximos dos 86 000 € em média mas também incluem os gastos com o pessoal responsável pelo funcionamento do veículo, condutor e pessoal de limpeza.

É imprescindível que o condutor tenha também conhecimentos de mecânica para garantir a manutenção do veículo. Este terá também de realizar funções de apoio ao bibliotecário nas paragens. O bibliotecário deve possuir formação superior na área da biblioteconomia e deve possuir um nível de cultura geral adequado e uma grande capacidade de relacionamento para poder atender correctamente todos os utilizadores. A função mais importante do pessoal que compõe a biblioteca itinerante é a oferta de empréstimos e informação bibliográfica generalizada.

É inevitável fazer-se a comparação entre os custos associados a estes veículos com as bibliotecas fixas. Apesar de um projecto de biblioteca itinerante ser dispendioso é também importante salientar que o investimento inicial para se colocar em funcionamento uma biblioteca fixa é substancialmente maior na medida em que é necessário modificar ou construir um edifício apropriado para esse fim atendendo aos requisitos específicos para tal.

10.3. Tutela da biblioteca itinerante

A biblioteca itinerante forma parte da infra-estrutura cultural básica e deve estar dependente da Administração Pública local ou regional, ou de uma instituição que ofereça serviços de interesse público. O órgão de tutela será o responsável por questões de políticas a adoptar e não pelo funcionamento diário da biblioteca.

É imprescindível a integração da biblioteca itinerante num sistema bibliotecário provincial ou regional por meio de uma vinculação directa a uma biblioteca pública ou a uma central de recursos de apoio, para que ofereça um serviço bibliotecário integral e de qualidade tanto a nível dos empréstimos de materiais bibliográficos como todo o tipo de informação. Cada uma das partes envolvidas deve saber exactamente quais as suas responsabilidades de forma a garantir um serviço eficaz e eficiente.

De acordo com o programa de apoio às Bibliotecas Municipais é necessário na entrega da candidatura a apresentação de um plano de Anexos e/ou Biblioteca Itinerante adequado às particularidades locais (distribuição demográfica, acessibilidade, rede viária), competindo ao IPLB o apoio técnico para a respectiva instalação. Ainda de acordo com o mesmo programa o fundo documental deverá ser sempre superior a 2 500 títulos e vocacionado para servir tanto o público adulto como as crianças e os jovens e organizado segundo os mesmos princípios em que a rede se integra.

A biblioteca Itinerante José Régio estará dependente de uma biblioteca central, que nestas circunstâncias é a Biblioteca Municipal de Portalegre. Esta afirma-se como um centro de Informação, Educação, Cultura e Lazer, tendo nascido da cooperação entre o IPLB e a Câmara Municipal. A biblioteca leva a cabo iniciativas como exposições, debates, teatros, jogos e concursos em colaboração com escolas, associações e instituições locais ou nacionais. A biblioteca itinerante que se encontra sob a dependência da Biblioteca Municipal terá de ter em conta as actividades levadas a cabo pela biblioteca como parte integrante da política cultural e educativa. É a esta que compete gerir de forma adequada o fundo documental, solicitar o empréstimo inter-bibliotecas e responsabilizar-se por todas as questões ligadas à política de funcionamento. A

integração num sistema bibliotecário assegura às bibliotecas itinerantes o acesso a um maior número de colecções impressas e audiovisuais, atendendo de forma mais adequada às necessidades informacionais dos utilizadores. O investimento inerente à implementação de um projecto de biblioteca itinerante fica substancialmente reduzido, pois o fundo documental será o fundo documental da Biblioteca Municipal de Portalegre e a renovação do mesmo será uma mais valia sob o ponto de vista qualitativo e quantitativo. Criar-se-ia deste modo uma rede concelhia na qual se teria de prever áreas de trabalho adequadas, depósitos de difusão espaçosos e aquisição de tecnologias adequadas às bibliotecas itinerantes. Cada uma das autarquias tem também uma importante função na medida em que deverá facultar electricidade, telefone, espaço, bem como todas as necessidades inerentes ao estabelecimento da biblioteca numa determinada freguesia.

10.4. Avaliação

A biblioteca itinerante, como qualquer outro serviço bibliotecário necessita de proceder a uma constante avaliação do seu desempenho, verificando se existe ou não cumprimento dos objectivos a que se propõe alcançar.

Uma eficiente avaliação pressupõe o tratamento de dados quantitativos, de modo a que se possa medir a qualidade do serviço.

Existe um conjunto de indicadores que permitem determinar com fiabilidade a qualidade do serviço prestado, sendo: dados referentes a actividades de informação ou referência, procura de serviço, número de empréstimos por área temática ou autor, número de utilizadores por localidade, as actividades de animação e culturais, os serviços de informação oferecidos a outras entidades ou empresas, a percentagem de população inscrita, o número de acessos a serviços electrónicos e outros materiais não impressos. Estes indicadores são tratados informaticamente pelo órgão que tutela a biblioteca e as conclusões são indispensáveis para a melhoria da qualidade do serviço e para a verificação da optimização de utilização dos recursos.

Capítulo III – Projecto Biblioteca Itinerante

Outros instrumentos são também importantes como é o caso da opinião dos leitores e a frequência de utilização da biblioteca.

Conclusão

CONCLUSÃO

Conclusão

O estudo desenvolvido teve como linha orientadora a análise da actual realidade portuguesa, no distrito de Portalegre, no que concerne ao acesso à cultura e informação, visando apontar estratégias para modificar essa situação, adequadas ao actual panorama social e cultural português. No distrito de Portalegre verifica-se uma base económica assente nos recursos naturais específicos, havendo uma nova componente de base económica regional que coexiste com a base tradicional. Aqui o acesso à informação não é ainda igualmente generalizado constituindo-se grandes centros urbanos que disponibilizam todos os meios à população, mas que contrastam com o interior rural, onde ainda hoje a agricultura assume um papel dominante. As populações de pequenas vilas e aldeias não dispõem de estruturas informacionais suficientes que garantam o seu desenvolvimento quer em termos profissionais quer em termos pessoais. As escolas são a única instituição que permite a diminuição do fosso entre os pólos centrais e a periferia rural. Para que a análise apresentada fosse efectuada de modo sustentado, foi efectuada uma revisão de literatura.

Num cenário como o de Portugal onde numerosos sectores se encontram em dificuldades como a saúde, a educação e a urbanização, a insuficiente informação acaba por tornar-se um factor pouco visível e de menor impacto. Torna-se no entanto imprescindível criar serviços de informação que disponibilizem tanto documentos tradicionais como fontes electrónicas para que os cidadãos possam produzir conhecimentos próprios para resolver os seus problemas.

Da análise e interpretação dos dados obtidos retiraram-se as seguintes conclusões:

1 – O Alentejo é uma zona empobrecida, predominantemente rural, com extensas planícies que alternam com zonas de moderada altitude, onde predomina o olival e o montado acompanhado de arbustos rasteiros, como a esteva. Integra um sistema de produção de suínos, ovinos e a introdução de novas culturas como a vinha. Em termos demográficos caracteriza-se por uma

Conclusão

forte recessão demográfica e pelo envelhecimento da população, em consequência da elevada esperança média de vida e baixa taxa de natalidade. A recessão desta região começou por ser um reflexo de fenómenos migratórios mas apresenta-se na actualidade como resultado de factores endógenos (crescimento rural negativo e incapacidade de atracção da população). As grandes cidades do Alentejo acompanharam, pelo menos parcialmente, o progresso que se registou no litoral, mas as áreas com menor densidade populacional são sujeitas ao abandono nos mais diversos campos e culturalmente encontra-se um grande desfasamento. Verifica-se na população residente uma grande falta de competências individuais, o que está associado ao desemprego e aos baixos níveis de escolaridade e qualificação. De modo a resolver este problema poucas estratégias têm sido desenvolvidas, saliento apenas a criação de bibliotecas de pequena comunidade que são estabelecidas normalmente em edifícios com condições precárias, e cujo espólio documental não é mais do que duas estantes compostas por livros antigos, pouco atractivos e totalmente desadequados às verdadeiras necessidades de crianças e adultos. Com o intuito de resolver, ou pelo menos, minimizar este aspecto tão negativo e que consequências tão graves daí poderão advir, projecta-se a criação de uma biblioteca itinerante para o distrito de Portalegre. Este tipo de biblioteca está sobretudo orientada para levar o saber, a cultura e a informação a lugares afastados de centros populacionais, onde a biblioteca pública desempenha essa função.

A criação de uma biblioteca itinerante não é uma ideia original pois já no séc. XX (1953) Branquinho da Fonseca considerou que essa seria uma alternativa adequada para a colmatação das lacunas existentes na população no acesso ao conhecimento. Apesar deste tipo de bibliotecas ter sido colocado um pouco de lado verifica-se que na Europa se tem vindo a criar uma consciência cada vez maior da importância das mesmas.

2 – O carro-biblioteca constitui-se como um laboratório de ensino e espaço de compreensão da realidade social viabilizando de forma concreta três dimensões – ensino, pesquisa e extensão. Aquilo que se procura ao ampliar a disponibilidade de acesso à leitura e à informação para estes grupos que não têm bibliotecas nos seus contextos e confrontam-se com limitações para

Conclusão

aquisição de material bibliográfico é além de garantir a acessibilidade às informações permitir aos mesmos verem as questões sobre diferentes ângulos o que poderá contribuir para uma leitura e actuação críticas na realidade em que estão inseridas.

Um programa de criação de bibliotecas itinerantes confronta-se com uma série de desafios para conseguir efectivar o seu objectivo principal de democratizar o acesso à informação e à leitura tendo em conta que as dificuldades se encontram presentes tanto no âmbito das comunidades quanto aquelas de ordem institucional. A estes aspectos de carácter geral acrescenta-se a institucionalização de um modelo social que tem as tecnologias de informação como dimensão central que traz à discussão questões de inclusão digital, bem como indica as limitações que representam na situação concreta de exclusão social do país.

3 – A biblioteca itinerante, José Régio – Portalegre, sempre! é um projecto estabelecido como estratégia de remediação que tem por finalidade resolver os problemas de acesso à informação em zonas rurais, afastadas dos centros populacionais. Na execução do projecto foram consideradas as características da região, incluindo concelhos, distribuição demográfica, densidade populacional e a população atingida, a situação profissional, nível de escolaridade e taxa de actividade/desemprego. O itinerário estabelecido obedeceu a critérios rigorosos estabelecidos de acordo com a proximidade entre localidades, o tempo de permanência em cada e a maior facilidade de acesso pela população ao carro. A biblioteca pretende prestar serviço de empréstimo, serviço de referência e alguma consulta local, otimizando os espaços dedicados às crianças com animações e afins. A colecção disponibilizada pela biblioteca obedece a critérios de diversidade e adequação ao público-alvo, nos mais diversos formatos mas também em informação virtual acessível a todos em qualquer instante.

4 – Uma das principais ferramentas que a biblioteca dispõe é o veículo, o “rosto” da biblioteca, devendo este corresponder às expectativas de potenciais utilizadores, cativando pelo material disponibilizado, pelo conforto e segurança que apresenta, aplicando-se o mesmo ao mobiliário. Em termos de

Conclusão

colecção a biblioteca irá dispor de obras de ficção, referência, publicações periódicas, jornais, recursos da história local e materiais de entretenimento como jogos de computador, CD's de música, videocassetes, entre outros. A oferta informacional é ampliada pela introdução de recursos tecnológicos como dois computadores de uso público com acesso à Internet e ao catálogo via *Web*. Os serviços prestados são direccionados para adultos, crianças e minorias e são optimizados pelas actividades de animação, empréstimo inter bibliotecas e colectivo e o serviço a minorias. Por último a realização de actividades de animação constituirá uma mais valia, um incentivo à utilização da própria biblioteca. Incluem-se nestas actividades a celebração de festas tradicionais, a leitura de histórias e contos, pequenas exposições entre outras.

5 – A criação de uma biblioteca itinerante visa solucionar/contornar problemas de desintegração que se verificam na região em estudo:

- Económica – as populações de meios rurais podem deste modo aceder à informação e às novas tecnologias de forma **gratuita**, sem terem que se deslocar dos seus locais de residência.
- Social – ao receberem biblioteca, apesar de mais isoladas as aldeias e vilas, são desfeitas as diferenças sociais, garantindo para **todos** material de natureza informativa, pedagógica ou recreativa. Qualquer pessoa, independentemente da idade (crianças, jovens, adultos ou idosos), etnia (ciganos ou outros), profissão (trabalhadores rurais ou indivíduos letrados) ou condição, poderá aceder à biblioteca, diminuído o fosso social.
- Cultural – independentemente do grau de escolaridade de cada um a biblioteca itinerante **disponibiliza materiais diversos** como livros infantis, juvenis, literatura diversa, obras de referência, científicas e recursos audiovisuais, de modo a democratizar culturalmente os povos mais isolados e a permitir o seu desenvolvimento intelectual.
- Ambiental – para que a falta de informação não constitua um argumento para o abandono e desertificação dos meios rurais, mas que pelo contrário, o acesso à informação se torne um **incentivo**. Se a população conseguir satisfazer as suas necessidades informacionais, esse facto reflectir-se-á na melhoria da qualidade de

Conclusão

vida e não procurará, com tanta facilidade, as grandes cidades para se instalar. A qualidade de vida é ainda hoje um dos motivos pelo qual as aldeias sofrem de desertificação. Criar atractivos de modo a fixar a população é a melhor estratégia para resolver este problema global.

6 – A biblioteca itinerante como extensão da Biblioteca Municipal de Portalegre surge como um prolongamento natural desta. A possibilidade de reforçar o espólio ou renová-lo em virtude das necessidades dos utilizadores só é possível se se mantiver uma estreita interdependência. Além disso os custos da implementação da biblioteca itinerante serão muito menores. Além do referido apenas os grandes centros populacionais possuem biblioteca fixa, constituindo a criação de pólos itinerantes a solução mais adequada no incentivo ao desenvolvimento cultural da região.

7 – A relação custo-benefício de um projecto desta dimensão não pode restringir-se exclusivamente a uma quantificação financeira, mas sim deverá constituir-se como uma opção política local de dupla valorização quer em termos sociais quer em termos culturais. Apesar de serem necessários milhares de euros para colocar em funcionamento um bibliocarro são inegáveis os benefícios que podem advir da sua circulação por locais periféricos, onde a informação não é suficiente. O sistema político regional deverá considerar projectos desta natureza com o intuito de levar ao progresso local. O investimento social significa que o dinheiro aplicado em áreas como a educação, a família ou a saúde pública não constitui transferências passivas mas uma forma de obter ganhos futuros e evitar despesas e angústias individuais ou colectivas futuras.

Este estudo abre perspectivas para promover a discussão sobre as questões relacionadas com os factores custo/benefício resultantes da implementação de um projecto itinerante de leitura e informação. O desenvolvimento desta análise implicará áreas como o estudo da convergência entre educação inicial e educação permanente e contínua. Pretende-se ainda fazer uma reflexão sobre temas como a integração de Bibliotecas Itinerantes

Conclusão

sob a dependência de Bibliotecas Públicas Municipais, cooperação entre serviços diversos como escolas, lares de idosos e bibliotecas, utilização de tecnologias de informação actuais e o uso de colecções diversificadas.

A procura de uma sociedade da informação mais equitativa depende portanto da adopção e/ou implementação de políticas públicas de informação e leitura, como parte de uma política cultural voltadas para a real inclusão do Homem, enquanto cidadão, num contexto em que a informação é preconizada como força motriz do desenvolvimento social, económico e político. O futuro emergirá como resultado da acção humana sobre políticas informacionais. O acesso à informação é o primeiro passo para se processar mudanças neste campo. Sem materiais informacionais é inviabilizada qualquer possibilidade de criar sujeitos de direito com capacidade de reflectir os problemas que vivem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referências Bibliográficas

A IMAGEM DOS PROFISSIONAIS DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO: RELATÓRIO [on-line]. – Observatório da profissão de informação-documentação, 2006. Disponível em: www.apdis.org/jornadas/2006/opid/relatorio.pdf (acedido em 12/03/06)

ALA - AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION – *21st Centry Literacy* [on-line]. Disponível em: <http://www.ala.org/ala/proftools/21centrylit/21stcentryliteracy.htm#lit> (acedido em 17/06/05)

AMARO, Roque - *Educação e Meios Rurais: Problemas e Caminhos do desenvolvimento*. Actas do seminário realizado em 19 de Junho de 1995. Conselho Nacional de Educação. Lisboa. 1996. 196 p. ISBN 972-8360-00-2

AMIGUINHO, Abílio - *Educação e Meios Rurais: Problemas e Caminhos do desenvolvimento*. Actas do seminário realizado em 19 de Junho de 1995. Conselho Nacional de Educação. Lisboa. 1996. 196 p. ISBN 972-8360-00-2

ANSELMO, Artur – *Estudos da História do Livro*. Cultura: revista de história e teoria das ideias. Lisboa: Guimarães Editores, 1997. 192p. ISBN 972-665-407-6

ANTUNES, José Manuel – *Educação e Meios Rurais: Problemas e Caminhos do desenvolvimento*. Actas do seminário realizado em 19 de Junho de 1995. Conselho Nacional de Educação. Lisboa. 1996. 196 p. ISBN 972-8360-00-2

ARROTEIRA, Jorge Carvalho – *Aspectos económicos e sociais da população nos Censos 2001*. [on-line]. INE, 2001. Disponível em: <http://www.ine.pt/censos2001/EmFoco/pdfs/aspectoseconomicos.pdf> (acedido em 26/07/05).

ARROWSMITH, Joanne – *Mobiles with a mission. To what extent might mobile libraries contribute towards social inclusion? An investigation into current and potential practices*. M.A. Librarianship dissertation at the University of Sheffield, September, 2001

AZEVEDO, Ana – *A Biblioteca Virtual ou precisando olhares sobre o Futuro. Páginas a&b*, 1. Lisboa: Edições Colibri, 1997. p. 95 – 111.

AZEVEDO, José - *Educação e Meios Rurais: Problemas e Caminhos do desenvolvimento*. Actas do seminário realizado em 19 de Junho de 1995. Conselho Nacional de Educação. Lisboa, 1996. 196 p. ISBN 972-8360-00-2

BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. *VIII Congresso Nacional BAD* [on-line]. Disponível em <http://www.apbad/8CongBAD/tematica.htm> (acedido em 23/09/05)

BARATA, Paulo – *Os livros e o Liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública: uma alteração de paradigma*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003. ISBN: 972-565-368-8

Referências Bibliográficas

BARRERA, Jacobo Rodriguez – *Leer para qué* [on-line]. 2004. Disponível em: <http://www.inforosocial.org/ponencias/eje03/54.pdf> (acedido em 23/07/05)

BARRULAS, Joaquina – *Do impact ao Info 2000: o papel da biblioteca pública na promoção da sociedade de Informação – As tecnologias de informação nas bibliotecas públicas*. Livro de Actas: Associação de Municípios do distrito de Setúbal, 1997

BELLO, José Luiz de Paiva – *Metodologia científica: manual para a elaboração de textos académicos, monografias, dissertações e teses*. [on-line]. 2005. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/metcomp.pdf> (acedido em 23/07/05)

BENAVENTE, Ana – *A literacia em Portugal: resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. 429 p.: il. ISBN 972-31-0713-9

CABRAL, Luís – *A biblioteca pública: aspectos tipológicos e linhas gerais da sua evolução*. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários e Arquivistas, 1982.41 p.

CABRAL, Luísa – *Bibliotecas acesso, sempre*. Lisboa: Edições Colibri, 1996. 131 p. ISBN 972-8288-16-6

CABRAL, Maria Luísa; LOPES, Maria Inês - *A modernização das Bibliotecas portuguesas, cinco anos decisivos*. in *Cadernos BAD*, Lisboa, (1), 1992, pp.17-33.

CALIXTO, José António – *A biblioteca escolar e a sociedade da informação*. Lisboa: Caminho, 1996. 163 p.1996 ISBN 972-21-1047-0

CALIXTO, José António – *O perfil Profissional e a Educação do Bibliotecário Escolar*. *Cadernos BAD*. Lisboa: APBAD, 2, 1996. p. 91-99

CALIXTO, José António – *As bibliotecas públicas portuguesas face aos desafios da sociedade de informação*. "Liberpolis: Revista das bibliotecas públicas". Setúbal: Liberpolis, 1999. ISSN 0874-3878. N.º 2

CALIXTO, José António – *As bibliotecas públicas portuguesas: transformações, oportunidades e desafios*. [on-line]. Disponível em: <http://rbp.iplb.pt/iniciativas/conferencia/joseCalixto.html> (acedido em 20/04/05)

CARMO, Hermo; FERREIRA, Manuela – *Metodologia da Investigação: Guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta, 1998. 353p. ISBN: 972-674-231-5

CARVALHO, J. Eduardo – *Metodologia do trabalho científico: "saber-fazer" da investigação para dissertações e teses*. Lisboa: Escolar Editora, 2002. 156 p. ISBN 972-592-147-X.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Pedro Guedes, SEQUEIRA, Tiago Neves – *As vantagens competitivas das cidades do interior de Portugal*. [on-line]. 2002 Disponível em: www.dge.ubi.pt/tsequeira/soc-terr3.PDF (acedido em: 01/04/06)

CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. 962p. ISBN 972-31-0173-4

CHARTIER, Roger – *A história Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988. Cap. V

CHARTIER, Roger – *L'Ordre des Livres*. Paris: Aliena, 1992 (Trad. Portuguesa: Vega, 1997).

CHARTIER - *Lecteurs et lectures à l'âge de la textualité électronique*. [on-line]. 2001. Disponível em: http://www.texte.org/conf/index.cfm?fa=texte&Context_ID=5 (acedido em 12/11/05)

CHARTIER, Roger – *Livres, Lecteur, lectures: Le Monde des Lumières*, Paris: Aubier, 1999, p. 284-315.

CORREIA, Ana Maria Ramalho – *Literacia em informação para uma cidadania activa e eficiente* [on-line]. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, campus de Campolide, 2003. Disponível em: www.ndis.gov/libinter/infolitconf&meet/papers/correia-portuguese-fulpaper.pdf (acedido em 01/04/2006)

CORREIA, Ferrer – *40 anos ao serviço da leitura pública em Portugal (1958/1998)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

CORREIA, João David Pinto – *A literatura juvenil em Portugal*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional, 1973.

CRISTÓVÃO, Artur – *Educação e Meios Rurais: Problemas e Caminhos do desenvolvimento*. Actas do seminário realizado em 19 de Junho de 1995. Conselho Nacional de Educação. Lisboa. 1996. 196 p. ISBN 972-8360-00-2

CRUZ, António Anastácio. *Evolução tecnológica em sistema de informação*. [on-line]. 2003. Disponível em: <http://www.bibli.fae.unicamp.br/rtd/revlit01v5n1.pdf> (acedido em 12/05/05)

DARNTON - *The New Age of the Book*. [on-line]. 2003. Disponível em: <http://www.nybooks.com/articles/546> (acedido em 19/04/05)

DARNTON, Robert - *História de la Lectura, Formas de Hacer Historia*. Madrid: Alianza Editorial, 1993.

DECRETO-LEI n.º111/87. Diário da República, I-A Série 58 (11/03/1987). 999.

DELANNOY, Jean-Pierre – *Guia para a transformação de bibliotecas escolares*. Porto: Livros Horizonte, 1983

Referências Bibliográficas

DESHAIES, Bruno – *Metodologia da Investigação em ciências humanas*. Lisboa: Instituto Piaget, 1992, 456p. ISBN: 972-8329-95-4

DOMINGOS, Manuela – *Para a história da Biblioteca da Real Mesa Censória*. Revista da Biblioteca Nacional. Lisboa, 1992, p. 137-158.

DÓNDE ESTÁN LOS LECTORES? LA CONTRIBUCIÓN DE LA BIBLIOTECA PÚBLICA FRENTE A LOS PROCESOS DE EXCLUSIÓN. 5.^{as} jornadas de *Bibliotecas Infantiles y Escolares*. Salamanca: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1998. 217 p. ISBN84-89384-15-0

ECO, Umberto – *Como se faz uma tese em ciências humanas*. 9.^a Ed. Barcarena: Editorial Presença, 2002. 238 p. ISBN 972-23-1351-7

EL SERVICIO de bibliobús. *Pautas básicas para su funcionamiento*. Madrid: Ministério de Educación, Cultura e Deporte. Secretaria de Estado de Cultura. Dirección General del Libro, Archivo y Bibliotecas, 2002.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-jean – *O aparecimento do livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. 506 p.

FERNANDES, António José – *Métodos e regras para a elaboração de trabalhos académicos e científicos*. Porto: Porto Editora, 1997. ISBN 972-0-34204-8

FONSECA, João José Saraiva – *A educação à janela: Educação à distância – potencialidades e vulnerabilidades*. Lisboa. 1999. Tese de mestrado. Universidade Católica Portuguesa

FONTES, Fernando – *Leitura juvenil: hábitos e práticas no distrito de Coimbra*. Coimbra: Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, 1999

FREITAS, Eduardo – *As bibliotecas em Portugal: elementos para uma avaliação*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais, 1998. 151 p. ISBN 972-8488-01-7

FREITAS, Eduardo de; SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos – *Hábitos de leitura em Portugal: inquérito sociológico*. Lisboa: publicações Dom Quixote, 1992. ISBN 972-20-0964-8

FRIPO, Susana – *El uso de bibliotecas móviles para apoyar una educacion para toda la vida y conseguir la inclusion social* [on-line]. In 70th IFLA General Conference and Council, 2004. Disponível em: www.ifla.org/lifla70/papers/155s-fripo.pdf (acedido em 12/01/2006)

FURTADO, José Afonso – *O que é o livro*. Lisboa: Difusão cultural, 1995

FURTADO, José Afonso – *As bibliotecas públicas, as suas missões e os novos recursos de informação*. "Liberpolis: Revista das Bibliotecas Públicas". Setúbal: Liberpolis, 1999. ISSN 0874-3878. N.º 2

Referências Bibliográficas

FURTADO, José Afonso – *Os livros e as leituras: novas ecologias da informação*. Lisboa: Livros e Leituras, 2000. 474 p. ISBN 972-8483-21-X

GASCUEL, Jaqueline – *Um espaço para o livro: como criar, animar ou renovar uma biblioteca*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987. 301 p.

GENEVIEVE, Tom – *Le pain de l'esprit à domicile: les bibliobus en France – Une histoire de la lecture publique rurale à travers les reveus professionnelles (1956 – 1986)*. Section Politique et société [on-line]. 2005. Disponível em: [www.rennes.iep.fr/IMG/pdf/Tom, pdf](http://www.rennes.iep.fr/IMG/pdf/Tom.pdf)(acedido em 12/12/2006)

GILL, Phillip, coord. - *Os serviços da biblioteca pública: directrizes IFLA/ UNESCO*. Lisboa: Caminho, 2003.

GOMES, José António – *Para uma história da literatura portuguesa para a infância e para a juventude*. Porto: IPLB, 1997. ISBN 972-8436-01-7

GOMES, Maria do Carmo et al – *Novas análises dos níveis de literacia em Portugal: comparações diacrónicas e internacionais*. [on-line]. Disponível em: <http://www.aps.pt/ivcong-actas/Acta104.PDF> (acedido em 03/08/05)

GOMEZ, Hernández – *Servicios de extension bibliotecaria*. Murcia:DM. [on-line]. 2002. Disponível: <http://gti.edu.um.es:8080/jgomez/bibesp/intranet/203servicios2002.PDF> (acedido a 10/08/05)

GOUVEIA, L. B. *Ensinar a aprender e ensinar e aprender, competências para a sociedade de informação e do conhecimento*. [on-line]. 2002. Disponível em <http://www.ufp.pt/~lmbg/com/interado-2002.pdf>

GUEDES, Fernando – *O livro e a leitura em Portugal: Subsídios para a sua história séculos XVIII – XIX*. Lisboa: Editorial Verbo, 1987. 308p.

HERMANGE, Marie-Thérese – *Documento de trabalho sobre iliteracia e exclusão sócia*. [on-line]. 2001. Disponível em: europa.eu.int/eur-lex/lex/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2002:284E:0343:0346:PT:PDF – (acedido em 10/08/05)

HERNANDEZ, Gómez, - *Gestión de Bibliotecas: Servicios de extensión bibliotecaria*. Múrcia: DM, 2002

HISTÓRIA DE PORTUGAL – *O liberalismo: 1807-1890*. Direcção de José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. p. 568-697.

IPLB – Instituto Português do Livro e da Biblioteca – *Programa de Apoio às bibliotecas públicas*. Lisboa: IPLB, 1997

IPLB – Instituto Português do Livro e da Biblioteca – *Promoção da Leitura na Europa*. [on-line]. 2005. Disponível em: http://www.iplb.pt/pls/diplb/lget_page?pageid=1224 (acedido em 30/08/05)

Referências Bibliográficas

ISAÍAS, Pedro; SOUSA, Ivo de – *Concepção e Pesquisa de Informação na Internet*. Lisboa: Universidade Aberta, 1999. ISBN: 972-674-287-0

JACINTO, Rui – *Educação e Meios Rurais: Problemas e Caminhos do desenvolvimento*. Actas do seminário realizado em 19 de Junho de 1995. Conselho Nacional de Educação. Lisboa, 1996. 196 p. ISBN 972-8360-00-2

JEAN, Y.– *Estado, escola e crises dos espaços rurais*. Cadernos ICE, 1995. p.37-50

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Mariana de Andrade – *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Editora Atlas, 1994. 214 p., ISBN: 85-224-0859-9

LEITURA PÚBLICA: *Páginas: Arquivos e Bibliotecas*. Lisboa, n.º 13 de 2004. 220 p. ISSN 0873-5670

LISBOA, João Luís – *Ao Leytor*. Cultura: revista de história e teoria das ideias. Centro de História da Cultura, 1997

LOPES, João Teixeira, ANTUNES, Lima – *Bibliotecas e hábitos de Leitura: Balanço de quatro pesquisas*. Lisboa: IPLB, 1999. ISBN 972-8436-07-6

LOPES, M. I. – *As bibliotecas e a organização do conhecimento (evolução e perspectivas)*. Lisboa: Didáctica Editora, 1998

LOS BIBLIOBUSES EN ESPAÑA 1997. Subdirección General de Coordinación bibliotecária, Dirección del libro, archivos y bibliotecas, Ministerio da cultura y educación. [on-line]. 1997. Disponível em: <http://travesia.meu.es/documentos/bibliobuses97.pdf>

MANGUEL, Alberto – *Uma história da leitura*. Lisboa: Presença, 1999. 366p.

MANIFESTO SOBRE A LEITURA PÚBLICA EM PORTUGAL *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*: Lisboa. (1), 1983. p. 11-14

MANIFESTO DA UNESCO SOBRE BIBLIOTECAS ESCOLARES [on-line]. [S.I.]: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://www.ifa.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>

MANIFESTO DA UNESCO SOBRE BIBLIOTECAS PÚBLICAS [on-line]. [S.I.]: UNESCO, 1994. Disponível em : <http://rbt.iplb.pt/Documentos.html>. (acedido em 15/04/05)

MANIFESTO DE OEIRAS. [on-line]. Oeiras: Pulman, 2003 – Disponível em: www.pulmanweb.org/documents/manifesto/Manifesto-Portuguese-version.doc - (acedido em 12/12/06)

MASSON, André, PALLIER, Denis – *Les bibliothèques*. Presses Universitaires de France : 1986

Referências Bibliográficas

McGARRY, K. J. – *Da documentação à informação: um contexto em evolução*. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

MACMURTIE, D. - *O Livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997

MELO, Daniel – *As bibliotecas da Fundação Gulbenkian e a leitura pública em Portugal (1957-1987)*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. [on-line]. (2002) Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218708963Z4hRT9bf5Dp01CL0.pdf> (acedido em 20/05/10)

MELO, Daniel – *Leitura e leitores nas bibliotecas da Fundação Gulbenkian (1957-1987)*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. [on-line]. (2004) Disponível em: www.ics.ul.pt (acedido em 20/05/05)

MELO, Daniel - *Leitura Pública no Portugal Contemporâneo (1926-1987)*, Lisboa: Imprensa Ciências Sociais, 2004.

MELO, Eduardo – *A globalização, a democratização da informação e o papel do bibliotecário neste contexto*. [on-line]. 2003. Disponível em: <http://www.solavanco.com/artigos23.html> (acedido em 12/05/2005)

MIRIBEL, Marielle de – *Les réticences des professionnels de bibliothèque au marketing*. In “IFLA Workshop on Marketing”, Copenhagen, 1997

MISSÃO PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO – *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal*. [on-line]. Lisboa: Ministério da Ciência e da tecnologia, 1997. Disponível em: www.missao-si.mct.pt (acedido em 12/01/06)

MONSERRAT, Cristina, VENTURA, Núria – *Los bibliobuses: La respuesta bibliotecaria a los municipios rurales*. [on-line]. 2002. Disponível em: <http://www.bibliobuses.com/documentos/bibliobusesbarna.pdf> (acedido em 12/08/05)

MOURA, Maria José, coord. - *Leitura Pública: rede de bibliotecas municipais: relatório*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

MOURA, Maria José Sabino – *Para uma política de leitura pública*. In “2.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e documentalistas – A integração europeia: um desafio à informação: actas”. Coimbra: Livraria Minerva, 1987.

NEVES, Rui Manuel – *Bibliotecas em movimento: As bibliotecas móveis em Portugal*. [on-line]. 2006. Disponível em: www.bibliobuses.com/documentos/ruineves.pdf (acedido em 18/12/2010)

NUNES, Henrique Barreto; PORTILHEIRO, José; CABRAL, Luísa – *Bibliotecas e leitura pública em tempo de mudança*. Porto: Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 1986. 29 p.

Referências Bibliográficas

NUNES, Henrique Barreto – *Bibliotecas públicas em Portugal (1986-1989)*. Lisboa: Instituto Português do livro e da Leitura, 1991. 43 p.

NUNES, Henrique Barreto – *Da biblioteca ao leitor* – Braga: Instituto Português do Livro e da Leitura. 1996. ISBN 972-82026-10-2

NUNES, Luís Filipe de Abreu – *Como organizar uma pequena biblioteca*. Lisboa: BAD, 1987. 71 p.

O LIVRO E A LEITURA: O PROCESSO EDUCATIVO. Actas do seminário de 6 de Junho de 1994. Conselho Nacional de Educação. 1995. 204 p. ISBN 972-95810-5-3

OCHÔA, Paula – *Construir e compreender as inovações nos serviços: a emergência do primado do utilizador*. In “Bibliotecas e novas tecnologias”. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2001. p.99-102. ISBN 972-8695-06-3.

OHIRA, M., PRADO, N. – *Bibliotecas virtuais e digitais*. [on-line]. 2002. Disponível em: <http://www.ibicit.br/cionline/310102/3110207.pdf> (Acedido em 10-03-2004)

ORERA, Luísa – *Manual de biblioteconomia*. Madrid: Editora Sintesis, 1998

PATRÍCIO, Manuel – *Educação e Meios Rurais: Problemas e Caminhos do desenvolvimento*. Actas do seminário realizado em 19 de Junho de 1995. Conselho Nacional de Educação. Lisboa, 1996. 196 p. ISBN 972-8360-00-2

PAZ, Lourdes Santos – *Un servicio veterano: el bibliobús en León (España)*. 71th IFLA General Conference and Council 2005. Norway, 2005. [on-line]. Disponível em: [on-line]. Disponível em: www.ifla.org/IV/ifla71/Papers/102s-Santos-de-Paz.pdf (acedido em 12/01/06)

PINTO, Leonor Gaspar – *Bibliotecas públicas e certificação de qualidade: uma nova estratégia de funcionamento*. In “Bibliotecas e novas tecnologias”. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2001. p.91-97. ISBN 972-8695-06-3.

PINTO, Maria Leonor Cardoso Sérgio – *O marketing nas bibliotecas públicas portuguesas* – 2003. Dissertação de tese de mestrado. Évora: Universidade de Évora, 2003

PORTILHEIRO, Joaquim – *A leitura Pública: uma batalha urgente e necessária*. Cadernos de biblioteconomia. Lisboa: BAD, 1983. p.13-19

PORTILHEIRO, Joaquim – *As novas bibliotecas de leitura pública – Aptidões e desafios*. Cadernos de biblioteconomia. Lisboa: BAD, 1994. p. 85-89

PRODEP. [on-line]. Disponível em: <http://www.qca.pt/po/download/prodep.pdf> (acedido 12/01/06)

PROUST, Marcel – *Sobre a leitura*. Lisboa: Passagens, 1998. ISBN 972-699-287-7

Referências Bibliográficas

PULMAN. [on-line]. 2003. Disponível em: <http://www.pulmanweb.org/DGMs/DGM-Portugal-ver-jan03.doc> (acedido em 12/09/05)

QUINTAS, Célia – *O mito da interioridade: desenvolvimento local no Alentejo*. [on-line]. Disponível em: <http://www.asp.pt/ivcong.actas/Acta120.pdf> (acedido em 16/04/05)

REBELO, Carlos Alberto – *A difusão da leitura pública*. Porto: Campo das letras, 2002. 230 p. ISBN 972-610-495-5

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2005 – Associação para a promoção e desenvolvimento da sociedade da informação [on-line]. 2006. Disponível em: www.apdsi.pt/Relatório_de_Actividades_-_2005.pdf (acedido em 18/03/06)

RUNKEL, Ana Maria Azinheira – *Qual o papel das bibliotecas públicas nos nossos dias?* "Cadernos de biblioteconomia, Arquivística e Documentação". Lisboa: BAD, 1994. p.27-37. ISSN 007-9421. N.º 3

SALVIA, Nati Moncasi. COSTA, Mercé Palomera – *El bibliobús Garrigues-Segriá: una forma de acceso universal a la información*. [on-line], <http://www.ahm.uem.mz/converg.pdf> (acedido em 12/08/05)

SAVARD, Réjean; PAINCHAUD, Mireille – *Láttitude des bibliothécaires – documentalistes envers le marketing*. "Documentaliste". Paris : Association des professionnels de l'Information et de la documentation, 1996. ISSN0012-45-08. Vol.33, n.º 2

SER BIBLIOTECÁRIO NUMA BIBLIOTECA PÚBLICA [on-line]. Lisboa: BAD, [s/d].Disponível em www.apbad.pt/0002111p.htm (acedido em 12/08/05)

SERVIÇO de bibliotecas itinerantes e fixas: boletim informativo. Ed. António Branquinho da Fonseca. N.º 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1961

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 1982 Vol. VIII pág. 368-377.

SOUSA, Carla, M.; ARRUDA, Guilhermina - *A formação do profissional de biblioteconomia frente às novas tendências do mercado globalizante*. [on-line]. 1998. Disponível em <http://www.encontros.bibli.ufsc.br/eb6art3.html>. (acedido em 08-05-2004).

SYRÉ, Ludger, SEFELDT, Jurgen – *Portais de acesso ao passado e ao futuro – As bibliotecas alemãs*. [on-line]. Berlim: Confederação das Associações Bibliotecárias Alemãs, 2003. Disponível em: www.bideutschland.de/dokumente/sesyportuiesich.pdf. (acedido em 05/05/06)

TARAPANOFF, Kira – *As novas tendências e o profissional da informação nas bibliotecas do século XXI: o bibliotecário na sociedade pós-industrial* [on-line].

Referências Bibliográficas

2000. Disponível em: <http://snbu.bus.br/snbu2000/docs/pt/doc/Kira.doc> (acedido em 10/01/2006)

TENGARRINHA, José – *A novela e o leitor Português: estudos de sociologia da leitura*. Lisboa: Prelo, 1973

UNICAMP – *Modernização de Bibliotecas*. [on-line]. Disponível em www.unicamp.br/bc/informatiz.htm (acedido em 10-05-2005).

USHERWOOD, Bob – *A biblioteca pública como conhecimento público*. Lisboa: Caminho, 1999. 212 p. ISBN 972-21-1284-8

VAZ, Francisco – *Instrução e Economia. As ideias económicas no discurso da ilustração Portuguesa (1746-1820)*. Lisboa: Colibri, 2003 (2 parte Cap. I).

VAZ, Francisco – *A fundação da Biblioteca Pública de Évora*. [on-line]. 2004. Disponível em http://www.evora.net/bpe/2005Bicentenario/dias/01_Mar05/Simposio/FVaz.pdf (acedido em 11/11/05)

VAZ, Francisco – *As bibliotecas e os livros na obra de Frei Manuel do Cenáculo*. [on-line]. 2004. Disponível em http://www.evora.net/bpe/as_%20bibliotecas_%20e_%20livros.pdf (acedido em 09/11/05)

VAZ, Francisco; CALIXTO, José António: coord. – *Frei Manuel do Cenáculo – Construtor de Bibliotecas*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006. 95 p. ISBN 989-8010-00-2

VEJA, José. A. M. – *El Servicio bibliotecário de referencia*. Anales de documentación, nº 3, 2000, pág. 93-126

VENTURA, João J. B. – *Bibliotecas e esfera pública*. Oeiras: Celta, 2002. 165 p. ISBN 972-774-138-X

VILCHEZ, Carmen Madrid – *Animacion a la lectura en bibliotecas multiculturales* [on-line], s/d. http://travesia.meu.es/documentos/seminario_h_b/31forocarmenmadrid.pdf (acedido em 27/07/05)

ZHAOCHUM, Li – *Mobile libraries in groups: na innovation to improve the library service in the depressed area*. 71th IFLA General Conference and Council 2005 [on-line]. Norway, 1995. Disponível em: www.ifla.org/IV/ifla71/Papers/103e-Santos-de-Paz.pdf (acedido 12/01/06)

ZORRINHO, Carlos – *Gestão da Informação*, Lisboa, Editorial Presença, 1991

Anexos

ANEXO I

MANIFESTO DA UNESCO SOBRE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

A liberdade, a prosperidade e o progresso da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais. Só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse das informações que lhes permitam exercer os seus direitos democráticos e ter um papel activo na sociedade. A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação.

A biblioteca pública-porta de acesso local ao conhecimento fornece as condições básicas para a aprendizagem ao longo da vida, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural do indivíduo e dos grupos sociais.

Este Manifesto proclama a confiança que a UNESCO deposita na Biblioteca Pública, enquanto força viva para a educação, cultura e informação, e como agente essencial para a promoção da paz e do bem-estar espiritual através do pensamento dos homens e mulheres. Assim, a UNESCO encoraja as autoridades nacionais e locais a apoiar activamente e a comprometerem-se no desenvolvimento das bibliotecas públicas.

A BIBLIOTECA PÚBLICA

A biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os géneros.

Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo minorias linguísticas, pessoas com deficiências, hospitalizadas ou reclusas.

Todos os grupos etários devem encontrar documentos adequados às suas necessidades. As colecções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriados assim como materiais tradicionais. É essencial que sejam de elevada qualidade e adequadas às necessidades e condições locais. As colecções devem reflectir as tendências actuais e a evolução da sociedade, bem como a memória do esforço e da imaginação da humanidade. As colecções e os serviços devem ser isentos de qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa e de pressões comerciais.

MISSÕES DA BIBLIOTECA PÚBLICA

As seguintes missões-chave, relacionadas com a informação, a literacia, a educação e a cultura deverão ser a essência dos serviços da biblioteca pública:

Anexos

- Criar e fortalecer hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância;
- Apoiar a educação individual e a autoformação, assim como a educação formal a todos os níveis;
- Oferecer possibilidades de um criativo desenvolvimento pessoal;
- Estimular a imaginação e criatividade das crianças e jovens;
- Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;
- Facilitar o acesso às diferentes formas de expressão cultural das manifestações artísticas;
- Fomentar o diálogo inter cultural e, em especial, a diversidade cultural;
- Apoiar a tradição oral; Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação à comunidade;
- Proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse;
- Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática;
- Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e actividades de alfabetização para os diferentes grupos etários.

FINANCIAMENTO, LEGISLAÇÃO E REDES

Os serviços da biblioteca pública devem, por princípio, ser gratuitos. A biblioteca pública é da responsabilidade das autoridades locais e estatais. Deve ser objecto de uma legislação específica e financiada pelos governos nacionais e locais. Tem de ser uma componente essencial de qualquer estratégia a longo prazo para a cultura, o acesso à informação, a literacia e a educação. Para assegurar a coordenação e cooperação das bibliotecas, a legislação e os planos estratégicos devem ainda definir e promover uma rede nacional de bibliotecas, baseada em padrões de serviço previamente acordados. A rede de bibliotecas públicas deve ser criada em relação com as bibliotecas nacionais, regionais, de investigação e especializadas, assim como com as bibliotecas escolares e universitárias.

FUNCIONAMENTO E GESTÃO

Deve ser formulada uma política clara, definindo objectivos, prioridades e serviços, relacionados com as necessidades da comunidade local. A biblioteca pública deve ser eficazmente organizada e mantidos padrões profissionais de funcionamento. Deve ser assegurada a cooperação com parceiros relevantes, por exemplo,

Anexos

grupos de utilizadores e outros profissionais a nível local, regional, nacional e internacional.

Os serviços têm de ser fisicamente acessíveis a todos os membros da comunidade. Isto pressupõe a existência de edifícios bem situados, boas condições para a leitura e o estudo, assim como o acesso a tecnologias adequadas e horários convenientes para os utilizadores. Implica igualmente serviços destinados àqueles a quem é impossível frequentar a biblioteca.

Os serviços da biblioteca devem ser adaptados às diferentes necessidades das comunidades das zonas urbanas e rurais. O bibliotecário é um intermediário activo entre os utilizadores e os recursos disponíveis. A formação profissional contínua do bibliotecário é indispensável para assegurar serviços adequados. Têm de ser levados a cabo programas de formação de utilizadores de forma a fazê-los beneficiar de todos os recursos.

APLICAÇÃO DO MANIFESTO

Aos que têm poder de decisão, a nível nacional e local, e à comunidade bibliotecária, em todo o mundo, pede-se que apliquem os princípios expressos no presente Manifesto.

ANEXO II

MANIFESTO IFLA/UNESCO PARA BIBLIOTECA ESCOLAR

A BIBLIOTECA ESCOLAR NO ENSINO E APRENDIZAGEM PARA TODOS

A biblioteca escolar (BE) propicia informação e ideias fundamentais para o seu funcionamento bem sucedido na actual sociedade, baseada na informação e no conhecimento. A BE habilita os estudantes para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis.

A MISSÃO DA BIBLIOTECA ESCOLAR

A biblioteca escolar promove serviços de apoio à aprendizagem e livros aos membros da comunidade escolar, oferecendo-lhes a possibilidade de se tornarem pensadores críticos e efectivos utilizadores da informação, em todos os formatos e meios. As bibliotecas escolares ligam-se às mais extensas redes de bibliotecas e de informação, em observância aos princípios do Manifesto UNESCO para Biblioteca Pública. O quadro de pessoal da biblioteca constitui-se em suporte ao uso de livros e outras fontes de informação, desde obras de ficção até outros tipos de documentos, tanto impressos como electrónicos, destinados à consulta presencial ou remota. Este acervo complementa-se e enriquece-se com manuais, obras didácticas e metodológicas.

Está comprovado que bibliotecários e professores, ao trabalharem em conjunto, influenciam o desempenho dos estudantes para o alcance de maior nível de literacia na leitura e escrita, aprendizagem, resolução de problemas, uso da informação e das tecnologias de comunicação e informação. Os serviços das bibliotecas escolares devem ser oferecidos igualmente a todos os membros da comunidade escolar, a despeito de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua e *status* profissional e social. Serviços e materiais específicos devem ser disponibilizados a pessoas não aptas ao uso dos materiais comuns da biblioteca. O acesso às colecções e aos serviços deve orientar-se nos preceitos da *Declaração Universal de Direitos e Liberdade do Homem*, das Nações Unidas, e não deve estar sujeito a qualquer forma de censura ideológica, política, religiosa, ou a pressões comerciais.

FINANCIAMENTO, LEGISLAÇÃO E REDES

A biblioteca escolar é essencial a qualquer tipo de estratégia de longo prazo no que respeita a competências à leitura e escrita, à educação e informação e ao desenvolvimento económico, social e cultural. A responsabilidade sobre a biblioteca escolar cabe às autoridades locais, regionais e nacionais, portanto deve essa agência ser apoiada por política e legislação específicas.

Deve também contar com fundos apropriados e substanciais para pessoal treinado, materiais, tecnologias e instalações. A BE deve ser gratuita. A biblioteca escolar é parceiro imprescindível para actuação em redes de biblioteca e informação tanto em nível local, regional como nacional. Os objectivos próprios da biblioteca escolar devem ser devidamente reconhecidos e mantidos sempre que ela estiver compartilhando instalações e recursos com outros tipos de biblioteca, em particular com a biblioteca pública.

OBJECTIVOS DA BIBLIOTECA ESCOLAR

A biblioteca escolar é parte integral do processo educativo. Para o desenvolvimento da literacia e/ou competência na leitura e escrita e no uso da informação, no ensino e aprendizagem, na cultura e nos serviços básicos da biblioteca escolar, é essencial o cumprimento dos seguintes objectivos:

- _ Apoiar e intensificar a consecução dos objectivos educacionais definidos na missão e no currículo da escola;
- _ Desenvolver e manter nas crianças o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem, bem como o uso dos recursos da biblioteca ao longo da vida;
- _ Oferecer oportunidades de vivências destinadas à produção e uso da informação voltada ao conhecimento, à compreensão, imaginação e ao entretenimento;
- _ Apoiar todos os estudantes na aprendizagem e prática de habilidades para avaliar e usar a informação, nas suas variadas formas, suportes ou meios, incluindo a sensibilidade para utilizar adequadamente as formas de comunicação com a comunidade onde estão inseridos;
- _ Prover acesso em nível local, regional, nacional e global aos recursos existentes e às oportunidades que expõem os aprendizes a diversas ideias, experiências e opiniões;
- _ Organizar actividades que incentivem a tomada de consciência cultural e social, bem como de sensibilidade;
- _ Trabalhar em conjunto com estudantes, professores, administradores e pais, para o alcance final da missão e objectivos da escola;
- _ Proclamar o conceito de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são pontos fundamentais à formação de cidadania responsável e ao exercício da democracia;
- _ Promover leitura, recursos e serviços da biblioteca escolar junto à comunidade escolar.

À biblioteca escolar cumpre exercer todas essas funções, por meio de políticas e serviços; selecção e aquisição de recursos; provimento do acesso físico e intelectual a fontes adequadas de informação; fornecimento de instalações voltadas à instrução; contratação de pessoal treinado.

PESSOAL

O bibliotecário escolar é o membro profissionalmente qualificado, responsável pelo planeamento e gestão da biblioteca escolar. Deve ser apoiado tanto quanto possível por equipa adequada, trabalha em conjunto com todos os membros da comunidade escolar e deve estar em sintonia com bibliotecas públicas e outros. O papel do bibliotecário escolar varia de acordo com orçamentos, currículos e metodologias de ensino das escolas, dentro do quadro legal e financeiro do país. Em contextos específicos, há áreas gerais de conhecimento que são vitais se os bibliotecários escolares assumirem o desenvolvimento e a operacionalização de serviços efectivos: gestão da biblioteca, dos recursos, da informação e ensino. Em vista do crescimento dos ambientes de rede, os bibliotecários escolares devem tornar-se competentes no planeamento e na instrução das diferentes habilidades para o manuseio de novas ferramentas de informação, tanto a professores como a estudantes. Portanto, devem obter contínuo treino e desenvolvimento profissional.

Anexos

SERVIÇOS E GESTÃO

Para assegurar serviços efectivos e responsáveis:

- _ Formular política própria para os serviços de biblioteca, definindo objectivos, prioridades e serviços de acordo com o currículo da escola;
- _ Aplicar padrões profissionais na organização e manutenção da biblioteca escolar;
- _ Prover acesso a serviços e à informação a todos os membros da comunidade, e funcionar dentro do contexto da comunidade local.
- _ Incentivar a cooperação entre professores, gestores experientes na área escolar, administradores, pais, outros bibliotecários e profissionais da informação e grupos interessados da comunidade.

ANEXO III

GRELHA DE OBSERVAÇÕES	
Localidade: _____ Hora: _____ Data: _____	
Existência/Inexistência de biblioteca	
Características da localidade	
Local de Paragem	
Outras informações	

ANEXO IV

Anexos

Descrição técnica dos elementos do veículo especializado de forma a cumprir correctamente a sua função de biblioteca móvel

A – características gerais do motor

- Direcção: Assistida hidraulicamente.
- Motor: Diesel, 6 cilindros em linha, 4 tempos de injeção directa, potência 227 C.V. (167 KW) a 2.700 R.P.M.
- Caixa de velocidades: 6 velocidades totalmente sincronizadas.
- Embraiagem: mono disco em seco, de 330 mm de diâmetro com accionamento hidráulico tipo Pull.
- Sistema de freio: à frente é de disco e atrás de tambor.
- Accionamento pneumático com dois circuitos independentes.
- Freio de estacionamento e emergência mediante actuadores de molas sobre as rodas traseiras.
- Freio eléctrico "Telma".
- Suspensão: Dianteira: amortecedores telescópicos e barra estabilizadora. Traseira: pneumática.
- Tensão do veículo: 24 V
- 2 Baterias de 12 V e 110 AH
- Alternador de 55 A
- Motor de arranque 4 Kw
- Desconector de bateria

B. Características referidas da carroçaria

- Dimensões:
 - Longitude total aprox. 9.200 mm
 - Altura total aprox. 2.500 mm
 - Altura exterior aprox. 3.510 mm
 - Altura interior aprox. 2.150 mm/2.200 mm.
- Estrutura: Construída totalmente com perfis laminados em frio, de grande resistência e flexibilidade, unidos entre si com soldadura eléctrica e protegidos totalmente com pinturas antioxidantes.
- Revestimento exterior:
 - O tecto é de poliéster.

Anexos

- As laterais estão chapadas com placas laminadas em frio e galvanizadas de primeira qualidade, tratada por ambos os lados com pinturas anticorrosivas e pastas anti-vibráticas.
- Pára-choques (dianteiro e traseiro) em poliéster reforçado de grande resistência ao impacto.
- Frontal de poliéster integrando sistemas de iluminação.
- Faróis anti-nevoeiro
- Pára-brisas panorâmico de grandes dimensões e laminado incolor com armação.
- Traseira em poliéster integrando sistemas de pilotos de iluminação.
- As portas de bagagens são feitas com chapas de alumínio mediante fechos hidráulicos e fechadura com chave.
- Na porta da parte esquerda situa-se o gerador Honda série EX 5500, montado sobre uma plataforma giratória que permita a sua saída do habitáculo para posteriores reparações. Deverá existir também uns ventiladores eléctricos coordenados com o gerador para a saída e entrada de ar no habitáculo e um sistema de tubos conectados ao tubo de escape do gerador para evacuar os gases do mesmo. No mesmo habitáculo deverá constituir-se um depósito adicional de 50 litros de gasolina. Deverá também existir um relógio junto ao condutor para que este possa verificar o número de horas que o gerador está a trabalhar.

Na zona onde se encontra o gerador deverá existir uma porta com entradas de ar para que se proceda a refrigeração.

- Portas:

As portas do condutor e do acompanhante serão de fecho manual com vidros eléctricos.

A de serviço (entrada biblioteca) será de abertura paralela à da carroçaria.

- Escadas de acesso ao interior:

Será de prancha laminada em frio e galvanizada de primeira qualidade, tratada com pinturas anticorrosivas, de 2 mm de espessura e polegada conforme uma escala de 4 alturas, de 185 mm aprox. cada. Será forrado com pavimento anti deslizante para os pés.

Lateralmente deverá existir uma lâmpada de 24 V de piloto de emergência.

- Janelas

Existirá três janelas com possibilidade de abertura superior, duas delas situadas na parte direita segundo o sentido da marcha e uma na parte esquerda. Estas janelas são montadas com cristal laminado fixas na chapa.

- Acabamento exterior:

Pintura na carroçaria com tinta acrílica. Rótulos com desenho e logótipos a incluir no veículo. Esta pintura existirá em ambos os lados do veículo e na parte traseira.

- Cabine:

Assento do condutor e acompanhante com apoio para as cabeças e tablier com todos os elementos necessários. Terá também leitor de cassetes, microfone e porta-luvas.

Anexos

Luz a 24 V, sincronizada com a porta do condutor e luz de leitura no tecto junto ao acompanhante.

Cortinas de filtro solar enroláveis tanto no pára-brisas dianteiro como nas portas laterais.

Ar condicionado para a cabina integrado no veículo.

- Revestimentos interiores:

O tecto forrado por um tecido branco isolante térmico e acusticamente.

Colocam-se aeroaspiradores de accionamento eléctrico, quatro lâmpadas de serviço conectadas à bateria do veículo.

C. Características do desenho interior

- Desenho interior

O desenho interior está estabelecido de acordo com quatro características básicas:

Máxima capacidade de livros, revistas, vídeos e CDs, espaço interior o mais atractivo possível, máxima luminosidade do exterior sem transmissão de calor.

Iluminação artificial interior de dois tipos: uma ambiental e directa e outra pontual direccionada sobre as estantes.

Necessidade de controlar a temperatura interior com sistemas de refrigeração ou aquecimento com ar condicionado e dupla porta para a manutenção das temperaturas.

As estantes encontram-se situadas numa posição regulável em altura, que permita permanecer os livros de lado. Estará também em posição inclinada para evitar a queda dos documentos. Os cerra-livros serão utilizados sempre que uma prateleira não esteja totalmente preenchida.

- Acesso

Para o acesso à biblioteca existirá duas portas com um espaço intermédio com vista à manutenção da temperatura.

- Iluminação

A iluminação indirecta será por meio de luzes fluorescentes.

- Vários

Rádio, cassete, leitor de CD, altifalantes e microfones.

ANEXO V

Anexos

Guião da Entrevista ao bibliotecário responsável pela dinamização de uma biblioteca itinerante

A – Características pessoais do bibliotecário responsável

1. Nome
2. Idade
3. Há quanto tempo trabalha nesta instituição?

B – Caracterização da instituição

1. Quais os objectivos da biblioteca itinerante?
2. Quais são os utilizadores?
3. Porquê uma biblioteca itinerante para a região considerada?
4. A biblioteca itinerante encontra-se sob a dependência da Biblioteca Municipal? Sob que aspectos?
5. Quais os serviços que a biblioteca itinerante disponibiliza?
6. Como é composta a colecção da biblioteca itinerante? Há renovação da mesma? Como?
7. Quais as principais actividades da biblioteca itinerante?

C – Gestão de pessoas

1. Quantas são as pessoas que trabalham na biblioteca itinerante?
2. Planeia as actividades de acordo com o pessoal?

D – Gestão de recursos

Recursos financeiros

1. A biblioteca itinerante prevê no seu plano de actividades os recursos financeiros para atingir os objectivos?
2. Nesses recursos estão incluídas as verbas para equipamentos tecnológicos e fundos documentais?
3. A biblioteca itinerante tem fontes de financiamento próprias?

Anexos

Recursos tecnológicos

1. A biblioteca itinerante dispõe de um sistema de informação integrado em rede?
2. A biblioteca itinerante disponibiliza ao público o acesso à Internet?
3. Existe frequente actualização e manutenção de hardware e software?
4. Existem bases de dados disponíveis ao público?
5. Quais os programas usados no tratamento documental?
6. Existem catálogos on-line dos fundos da biblioteca?

E – Satisfação dos utilizadores

1. Existe avaliação da satisfação dos utilizadores?
2. Realizam pesquisa bibliográfica solicitada por correio, fax, telefone ou correio electrónico?

F – Impacte na sociedade

1. A biblioteca itinerante colabora com outras organizações?
2. O horário de atendimento corresponde às necessidades dos utilizadores?

G - Resultados da actividade

1. Há uma verificação da prossecução dos objectivos?

H – Outras

1. Quais os requisitos para usufruir dos serviços da biblioteca?
2. Quantos empréstimos são permitidos por pessoa?
3. Quantas são as localidades visitadas?

ANEXO VI

Entrevista

A – Características pessoais do bibliotecário responsável

1. José Ferreirinha, técnico bibliotecário e motorista.
2. Trabalho na instituição desde que ela abriu (biblioteca municipal), mais ou menos há doze anos. No entanto a biblioteca itinerante teve início apenas há oito anos e desde essa altura tenho sido o responsável pela mesma.

B – Caracterização da instituição

1. Os principais objectivos da biblioteca itinerante são idênticos aos das outras bibliotecas municipais e consistem no empréstimo de livros à população em geral. No entanto o principal objectivo da biblioteca itinerante diz respeito sobretudo a disponibilizar informação a pessoas que não têm acesso à biblioteca principal por razões de distância. A biblioteca itinerante visa sobretudo ir às aldeias de Cantanhede que tenham escolas do primeiro ciclo, portanto está fortemente direccionada para a população infantil.
2. Os principais utilizadores da biblioteca itinerante são as crianças do primeiro ciclo. No início da fundação da biblioteca houve uma intenção de ir a lares e centros de dia (eram mais ou menos oito ou nove lares), mas verificou-se um grande desinteresse por parte da população mais idosa, ficando agora apenas três lares a serem visitados pela biblioteca itinerante. Os idosos têm dificuldade em ler devido a problemas de visão próprios da idade e além disso não estão muito interessados em actividades de leitura preferindo o sossego. Apenas alguns lares apresentam pessoas interessadas, às vezes os próprios funcionários é que faziam a requisição dos livros, o que acabou por se considerar uma perda de tempo e de dinheiro gasto em gasolina, o que fez com que praticamente se abandonasse esta vertente.
3. A biblioteca itinerante foi impulsionada pelo Doutor Jorge Paes de Sousa para a região de Cantanhede por se tratar de uma região com carências em termos informacionais. A população em geral e sobretudo as crianças, que são os principais utilizadores, não dispõem nas aldeias de recursos informativos. A biblioteca itinerante, por seu lado, poderia colmatar esta lacuna transportando cerca de três mil livros que a população pode usufruir de forma gratuita.
4. A biblioteca itinerante está dependente da biblioteca municipal sobre diversos aspectos, nomeadamente os funcionários, a organização, os recursos multimédia e informáticos. Contudo a biblioteca itinerante tem um arquivo próprio com cerca de vinte mil livros de modo a renovar o espólio da mesma.
5. A biblioteca itinerante disponibiliza empréstimo domiciliário de livros de forma gratuita (três livros por pessoa), durante quinze dias. Também disponibiliza às escolas leitores de DVD's e DVD's.
6. A colecção da biblioteca itinerante é composta por cerca de três mil livros transportados na carrinha. São frequentemente renovados, pois no arquivo

Anexos

existe cerca de vinte mil livros. O espólio documental é formado por cerca de 50 a 60% de livros da Fundação Calouste Gulbenkian. Verificou-se que este espólio documental se encontrava desajustado e desactualizado em relação à procura, daí que foram sendo feitas aquisições com base no orçamento da biblioteca.

O fundo documental da biblioteca itinerante é totalmente independente do fundo da biblioteca municipal (não há rotatividade) porque existem registos diferentes. Os recursos multimédia com DVD's, CD's e vídeos estão no catálogo da biblioteca itinerante e podem ser requisitados pelos utilizadores.

7. Além do empréstimo, houve alturas em que se fez a “hora do conto”, nos lares. Esta actividade foi desenvolvida logo no início da biblioteca, mas ultimamente (no último ano lectivo) um bibliotecário da biblioteca municipal tem acompanhado a biblioteca itinerante até às escolas e tem feito também a “hora do conto”.

C – Gestão de pessoas

1. Trabalho apenas eu na biblioteca itinerante. Sou o responsável pelas requisições de materiais e condução do veículo. Quando a biblioteca desenvolve outras actividades há a colaboração dos bibliotecários da biblioteca municipal, o mesmo acontece quando é preciso fazer actualizações do software.

2. As actividades da biblioteca são planeadas de acordo com o pessoal da biblioteca, o local da actividade, a altura do ano e o público-alvo.

D – Gestão de recursos

Recursos financeiros

Os recursos financeiros que são disponibilizados para a biblioteca itinerante visam a compra do espólio documental, a manutenção do equipamento (veículo, informática, ...), não me competindo a mim falar mais sobre o assunto.

Recursos tecnológicos

Em termos de recursos tecnológicos a biblioteca itinerante está informatizada desde o seu arranque e penso mesmo que deve ter sido a primeira biblioteca itinerante informatizada no país. Dispõe de um computador portátil, onde são feitas as requisições, onde se faz a pesquisa por títulos e onde se efectua as reservas dos materiais requisitados pelos utilizadores como seja DVD's, CD's ou livros do arquivo. A biblioteca no entanto não dispõe de Internet para o público. No início foi feito um projecto que visava o acesso à Internet, mas este nunca se concretizou porque muitas escolas não tinham fio telefónico ou este não era suficientemente longo para chegar à carrinha. Além deste aspecto perdia-se muito tempo para se fazer a ligação e aceder à Internet, não restando tempo suficiente para se fazerem as requisições já que sou apenas eu que estou encarregue da biblioteca.

Anexos

E – Satisfação dos utilizadores

1. Os utilizadores da biblioteca, sobretudo crianças mostram-se bastante contentes com a chegada da biblioteca ambulante. É uma festa sempre que a carrinha pára junto às escolas.
2. Fazem-se pesquisas bibliográficas sempre que solicitadas, pelos mais diversos meios. Seguidamente procede-se à requisição do material, que será entregue na viagem seguinte.

F – Impacte na sociedade

1. A biblioteca itinerante colabora apenas com as escolas, lares e alguns infantários.
2. Se considerarmos que os utilizadores são apenas crianças, o horário corresponde às suas necessidades, já que os professores acompanham os alunos até à carrinha e estes requisitam os materiais que querem. Mas se pensarmos nas restantes pessoas, sobretudo os adultos, o horário está longe de estar adequado para estes, já que a biblioteca pára num horário em que normalmente estão a trabalhar. O ideal seria que a biblioteca parasse depois das 18.30 ou 19.00 horas.

G - Resultados da actividade

1. Há verificação da prossecução dos objectivos que se baseia no número de requisições.

H – Outras

1. Todas as pessoas, desde que se inscrevam como utilizadores da biblioteca, mediante apresentação de documento de identificação.
2. Três livros por pessoa durante quinze dias.
3. Quarenta e quatro localidades já que existem quarenta e quatro escolas do primeiro ciclo.